



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

AELEJANCER BARBOSA MACEDO

**A ARTICULAÇÃO ENTRE PRONATEC E BOLSA FAMÍLIA:
A EXECUÇÃO DO BOLSA-FORMAÇÃO TRABALHADOR PARA OS
BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO VALE DO URUCUIA,
NOROESTE DE MINAS**

**BRASÍLIA – DF
2015**

AELEJANCER BARBOSA MACEDO

**A ARTICULAÇÃO ENTRE PRONATEC E BOLSA FAMÍLIA:
A EXECUÇÃO DO BOLSA-FORMAÇÃO TRABALHADOR PARA OS
BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO VALE DO URUCUIA,
NOROESTE DE MINAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Brasília/UnB, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Remi Castioni.

**BRASILIA - DF
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AM141a Aelejancer Barbosa, Macedo
A articulação entre o pronatec e bolsa família: a
execução do bolsa-formação trabalhador para os
beneficiários do bolsa família no vale do urucuia /
Macedo Aelejancer Barbosa; orientador Castioni Remi.
-- Brasília, 2015.
140 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Educação) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Educação Profissional. 2. Pronatec. 3. Bolsa
Formação. 4. Bolsa Família. 5. Inclusão Social. I.
Remi, Castioni, orient. II. Título.



Faculdade de Educação – PPGE – UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A ARTICULAÇÃO ENTRE PRONATEC E BOLSA FAMÍLIA: A EXECUÇÃO DO
BOLSA-FORMAÇÃO TRABALHADOR PARA OS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA
FAMÍLIA NO VALE DO URUCUIA, NOROESTE DE MINAS**

AELEJANCER BARBOSA MACEDO

Orientador: Prof. Dr. Remi Castioni

Banca Examinadora

**Prof. Dr. Remi Castioni – Orientador
Faculdade de Educação – PPGE – UnB**

**Prof^a. Dr^a. Olgamir Francisco Carvalho
Faculdade de Educação – PPGE – UnB**

**Prof^a. Dr^a. Natália de Souza Duarte
FEPECS - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde**

**Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Silva Freitas
Faculdade de Educação – PPGE – UnB - Suplente**

A Deus: por mim, por todos e por tudo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Brasília (UnB), por oportunizar o Mestrado Profissional, e ao IFNMG pelo apoio.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Remi Castioni, pelos ensinamentos, por toda a sua disposição, boa vontade, compreensão. Pessoa de alma generosa e que me faz acreditar ser ainda possível sonhar com uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária.

Às professoras Dr^a. Maria da Conceição Silva Freitas e Dr^a. Natália de Souza Duarte, pelas valiosas contribuições no momento da banca de qualificação.

À professora Dr^a. Olgamir Francisco Carvalho e ao Prof. Dr. Bernardo Kipnis, pelas importantes contribuições e encaminhamentos.

À minha esposa, Ana Neta, meu filho, Leonardo Jancer, minha mãe, irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas, sogro e sogra, demais familiares e amigos, pelo carinho e compreensão pelos momentos de ausência.

Aos alunos, egressos, familiares, dirigentes do IFNMG, coordenadores do programa, Secretários Municipais, o meu muito obrigado pela participação na pesquisa. Sem a boa vontade, a disponibilidade, a dedicação, o carinho e o consentimento de vocês, este trabalho jamais teria sido concluído.

Agradeço aos servidores Nonato e Raí pela acolhida nos apartamentos da “Colina” e, principalmente, pela atenção com o meu bem estar e dos demais colegas do mestrado, no período das aulas em Brasília. Tal ação foi muito significativa para o nosso bom desempenho durante o curso.

Aos colegas do mestrado, cada um com suas experiências de vida, obrigado pela companhia, carinho e amizade. Ao longo de quase dois anos, dividiram comigo toda a minha preocupação, ansiedade, alegria, medos e incertezas, possibilitando, com isso, crescimento pessoal e acadêmico.

Aos colegas que trabalham comigo no Campus Arinos, docentes, administrativos, terceirizados, por todos os momentos de convivência, de troca, de discussão e de aconselhamento, e, em especial, ao Diretor Geral Elias Rodrigues de Oliveira Filho, pela confiança e apoio para a capacitação dos servidores do Campus.

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.”

Guimarães Rosa

RESUMO

Realizou-se, neste estudo, a análise da articulação entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Uruçuia. Nesse contexto, elegeu-se o IFNMG, Campus Arinos, como *lócus* desta pesquisa. Os resultados evidenciaram que a condição de agente ou empoderamento pode ser verificada nos seguintes elementos que implicam situação favorável à inclusão social no vale do Uruçuia: acesso ao Programa, possibilidade de ingresso aos cursos técnicos e superiores do IFNMG, maior participação na vida da comunidade, inserção ao mundo do trabalho, autonomia, empreendedorismo, acesso a informações, melhoria no conhecimento profissional, melhor interação e mediação nos municípios, conselhos e órgãos. As análises permitem inferir que a articulação entre o Pronatec e o Bolsa Família constitui-se como uma forma de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das pessoas e formação para a ampla cidadania, visando à oportunidade de escolhas e consciência crítica diante de um projeto coletivo rumo ao fortalecimento das ações representativas, empreendedoristas e democráticas na região noroeste de Minas, Vale do Uruçuia. Assim, pode-se falar em um despertar para a cidadania por intermédio da atuação do Programa no Vale do Uruçuia, que não descarta as fragilidades condizentes a um processo amplo como o Pronatec. Fica evidente a dimensão de compreensão dos efeitos positivos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, que leva em consideração aspectos de inclusão produtiva e social. Nesse sentido, pode-se afirmar que os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Uruçuia, são de potencialidades para a construção de “portas de saídas”, que implicam o alargamento das possibilidades de inserção no mundo do trabalho, na geração de renda e, evidentemente, no aumento da qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Profissional; Pronatec – Bolsa-Formação; Bolsa Família; Trabalho; Inclusão Social.

ABSTRACT

We conducted in this study, the analysis of the relationship between the National Program for Access to Technical Education and Employment - Pronatec - and *Bolsa Família* program: the implementation of Work training scholarship (*Bolsa Formação trabalhador*) for the beneficiaries of *Bolsa Família* in Vale do Urucuia. In this context, IFNMG Arinos Campus was elected as this research locus. The results showed that the condition of agent or empowerment can be checked in the following elements which imply favorable situation to social inclusion in Vale do Urucuia: access to the program, the possibility of entry to technical and higher education of IFNMG, greater participation in the community life, insertion into the labor market, autonomy, entrepreneurship, access to information, improved professional knowledge, better interaction and mediation in municipalities, councils and organs. The analyzes allow us to infer that the relationship between Pronatec and the *Bolsa Família* program may be considered a form of employment and income opportunities, social inclusion, poverty reduction, fighting discrimination and reducing people's vulnerability and training for full citizenship, seeking the opportunity of choice and critical consciousness on a collective project towards the strengthening of the representative, entrepreneur and democratic actions in the northwest of Minas, Vale do Urucuia. Thus, it may be considered an awakening for citizenship through the Program's activities in Vale do Urucuia that does not rule out the weaknesses conducive to a broader process as Pronatec. It is evident to see the extent of understanding from the positive effects of the participation of the *Bolsa Família* program beneficiaries in Pronatec, which takes into account aspects of productive and social inclusion. In this sense, we may say that the effects of the participation of the *Bolsa Família* beneficiaries in Pronatec, considering factors of inclusion and exclusion linked to the labor market with social inclusion in Vale do Urucuia, are potentialities for the construction of "output ports" which imply extending the possibilities of the insertion in the labor market, income generation, and evidently, increased quality of life.

Keywords: Professional Education; Pronatec; Training Scholarship; *Bolsa Família* program; Work; Social Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- ANPED** - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
- BNDS** - Banco Nacional do Desenvolvimento Social
- CADUnico** - Cadastro Único
- CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRAS** - Centro de Referência e Assistência Social
- DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
- EPT** - Educação Profissional e Tecnológica
- EAA** - Escola de Aprendizizes e Artífices
- EPCT** - Encontro de Produção Científica e Tecnológica
- FIC** - Formação Inicial e Continuada
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICCN** - Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- IFNMG** - Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Norte de Minas Gerais
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- MI** - Ministério da Integração
- TEM** - Ministério do Trabalho e Emprego
- PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento
- PAD- MG** - Pesquisa Por Amostra de Domicílios
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PBF** - Programa Bolsa Família
- PBSM** - Programa Brasil Sem Miséria

PIB - Produto Interno Bruto

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNAA - Programa Nacional de Acesso à Alimentação

Pnad / IBGE - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

REP DEM – Representante de Demandante

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Expansão de matrículas no Pronatec no período de 2011 a 2014 no território Nacional	45
Figura 2 - Caracterização das matrículas por sexo	46
Figura 3 - Caracterização das matrículas por faixa etária	46
Figura 4 - Caracterização das matrículas por escolaridade	47
Figura 5 - Mapa do Estado de Minas Gerais, área de abrangência do IFNMG	50
Figura 6 - Mapa do Noroeste de Minas.....	59
Figura 7 - Mapa de Localização da Região do Vale do Urucuia.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedimentos de coleta de dados, sujeitos envolvidos e o perfil	66
Quadro 2 - Caracterização Socioeconômica nos municípios da	79
Quadro 3 - Caracterização Sociodemográfica de Alunos do Bolsa-Formação Trabalhador na região do Vale do Urucuia	80
Quadro 4 - Caracterização Sociodemográfica de egressos do BF	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bolsa-Formação – Municípios e Cursos	63
Tabela 2 - Campus Arinos – Consolidado: Categoria/ Vagas	63
Tabela 3 - Arinos – Município (Mulheres Mil: Bolsa-Formação).....	63
Tabela 4 - Cursos FIC/ Vagas (Arinos)	63
Tabela 5 - Cursos FIC/ Vagas (UR Buritis).....	64
Tabela 6 - Cursos FIC/ Vagas (Chapada Gaúcha)	64
Tabela 7 - Cursos FIC/ Vagas (Formoso)	64
Tabela 8 - Cursos FIC/ Vagas (Unai)	64
Tabela 9 - Cursos FIC/ Vagas (Urucuia)	65
Tabela 10 - Cursos FIC/ Vagas (Riachinho).....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS	19
Geral	19
Específicos.....	19
CAPÍTULO I - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	20
1.1 Estado de bem-estar no Brasil: a Era Vargas e as políticas sociais na Constituição Federal de 1988	20
1.2 A crise no neoliberalismo	23
1.3 A chegada da política do “neodesenvolvimentismo/lulismo”	26
1.4 Bolsa Família	30
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	32
2.1 Contextualização Histórica da Educação Profissional no Brasil	32
2.2 O IFNMG e sua abrangência	48
2.3 O Pronatec no IFNMG	51
2.4 Bolsa Família e Bolsa-Formação Trabalhador no contexto do Vale do Urucuia	55
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
3.1 Tipo de Estudo	58
3.2 População Local e Participantes da Pesquisa	58
3.2.1 O Vale do Urucuia, Noroeste de Minas: Concepções Políticas e Estruturais	61
3.2.2 Pactuação 2014 – Pronatec – Mulheres Mil	63
3.3 Procedimentos de Coleta e de Análise	65
3.4 Análise dos Dados	69
3.5 Considerações Éticas	71
CAPÍTULO 4 - A EXECUÇÃO DO BOLSA-FORMAÇÃO TRABALHADOR PARA OS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO VALE DO URUCUIA	72
4.1 Educação e Trabalho - Pronatec/Bolsa-Formação	75
4.2 Os efeitos da participação dos Beneficiários do Bolsa Família no Pronatec e a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador	77
CAPÍTULO 5 - PRODUTO TÉCNICO: ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS ...	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICE A - ALUNOS DO BOLSA-FORMAÇÃO	130
APÊNDICE B - ALUNOS EGRESSOS	132

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MEMBROS DAS FAMÍLIAS (Pai, mãe, esposa, marido e filhos – responsáveis)	133
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA - REPRESENTANTES DOS DEMANDANTES	135
APÊNDICE E – DIRIGENTES IF/COORDENADORES PRONATEC BOLSA-FORMAÇÃO	136
APÊNDICE F – GRUPO DE DISCUSSÃO GUIA ORIENTADOR DA DINÂMICA	137
APÊNDICE G	137
APÊNDICE H	137
ANEXO A - FORMULÁRIO DE CADASTRO	138

INTRODUÇÃO

A articulação entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia é uma temática relevante por se tratar de uma ação que vem sendo desenvolvida em âmbito nacional e em específico no IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos.

O Pronatec, na atualidade, aponta múltiplas possibilidades de pesquisa, pois é um programa de qualificação e, em específico, conta com um volume substancial de recursos, com indicadores de área de formação e de intenções que precisam ser desveladas. A análise aqui proposta justifica a relevância do estudo, pois se sabe da necessidade de ações consistentes para a formação profissional no Brasil, bem como dos desafios frente aos desvelamentos das intenções, contradições e interesses que cercam essa formação.

Assim, o Programa, objeto do nosso trabalho, delinea-se em uma primeira percepção como uma forma de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das pessoas e formação para a ampla cidadania, visando à oportunidade de escolhas e consciência crítica diante de um projeto coletivo rumo ao fortalecimento das ações representativas, empreendedoristas e democráticas na região noroeste de Minas, Vale do Urucuia.

Acredita-se que a oferta de cursos vem ao encontro das necessidades regionais marcadas pelos seguintes elementos de insustentabilidade socioeconômica: é parte do semiárido mineiro, possui baixos indicadores de desenvolvimentos sociais, os quais se refletem nas limitações do capital social regional; êxodo rural-urbano acentuado, com base em atividades econômicas tradicionais, relação de trabalho precária e informal.

Nesse sentido, a análise que se pretende desenvolver centra-se no tipo de concepção de qualificação circunscrita ao Programa, problematizando-se um de seus pressupostos: o de que a qualificação concebida pelo Pronatec apresenta implicações na melhoria da qualidade de vida da população, possibilitando uma formação cidadã.

Portanto, a relevância deste estudo constitui-se pela indagação frente a algumas questões que serão norteadoras para o estudo, tais como: a educação profissional ofertada no contexto do Programa, por intermédio do Bolsa-Formação, relativa aos cursos técnicos concomitante e FIC, provocou e provoca transformações sociais? Tal formação tem contribuído para a ampliação da cidadania ou denota uma concepção tecnicista e reprodutivista? Também se faz necessário analisar as políticas para a qualificação profissional no âmbito da atuação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ressalta-se que a expansão da educação profissional no IFNMG tem potencializado oportunidades de acesso à formação profissional, garantindo o acesso a um emprego que se constitui como fator significativo de diminuição das condições de vulnerabilidade socioeconômica dos mais carentes de renda e de serviços. De acordo com a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Pronatec foi criado para expandir e democratizar a oferta de cursos relacionados à Educação Profissional. Conhecer a expansão da educação profissional e tecnológica por intermédio do Pronatec e analisar a sua atuação na qualificação X formação dos cidadãos no IFNMG constitui-se elemento fundamental para a consolidação de uma educação emancipatória e cidadã. Portanto, propõe-se analisar a atuação do Pronatec no IFNMG no âmbito da oferta de cursos de formação inicial e continuada considerando o processo de formação na perspectiva da ampliação da cidadania frente às transformações sociais.

OBJETIVOS

Geral

Analisar se a articulação entre Pronatec e o Bolsa Família está proporcionando novas oportunidades aos beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia.

Específicos

- Caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico e ocupacional, os beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador;
- Identificar o perfil dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador – Pronatec e beneficiários do Bolsa Família;
- Analisar os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia.
- Analisar a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar.
- Indicar um produto final capaz de auxiliar no fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação profissional e tecnológica, no sentido de contribuir na implementação do Pronatec, favorecendo o acompanhamento dos egressos para o conhecimento da prática profissional destes bem como o real atendimento dos objetivos propostos pelo Programa.

CAPÍTULO I - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

É notório que os programas de transferência de renda têm ocupado lugar de destaque nas discussões relativas ao tema de combate à pobreza. Tal abordagem, em se tratando de políticas sociais e de programas de distribuição de renda referentes à redução da pobreza e desigualdades, tem favorecido importantes reflexões, considerando que, em determinados contextos da sociedade, ocorre um enfrentamento que pode implicar fragilidades, que têm apresentado uma expressiva resistência para o fortalecimento da cidadania e, em consequência, da emancipação.

Diante da complexidade do assunto em relação ao sistema de proteção social no Brasil, é necessária uma análise quanto aos seus conceitos. Historicamente, o conceito de proteção social é relativamente novo no âmbito da discussão no Brasil. Di Giovanni (1998, p.10) define proteção social como sendo:

[...] as formas – às vezes mais, às vezes menos – institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social. [...] Incluo, neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

Necessário fazer um resgate histórico ao início do século XX, em que as políticas sociais existiam somente como mediadoras de conflitos existentes entre classes; no caso, a classe detentora do capital, classe dominante, e a classe dos trabalhadores, até então desamparados da legislação e de instrumento de proteção social.

1.1 Estado de bem-estar no Brasil: a Era Vargas e as políticas sociais na Constituição Federal de 1988

Não se pode negar que a implantação das políticas sociais no Brasil ocorreu de forma lenta e gradual, por meio de lutas e reivindicações de condições que fossem capazes de atender as necessidades do povo, o que o levaria a uma

vida com o mínimo de dignidade possível.

Em um resgate histórico, chega-se ao governo de Getúlio Vargas, grande provocador de mudanças de ordem econômica e social. Nesse governo, foram sancionadas leis referentes aos direitos sociais assegurando ao indivíduo uma melhor condição no trabalho e em sua vida social, consequência de muita luta da classe dominada. Esse período coincide com a Segunda Guerra Mundial e o Estado do Bem-Estar Social que teve pouca repercussão em nosso país, contrariamente ao efeito na Europa.

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho em alguns momentos; em outros, como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes e, ainda, como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991, p.8).

Levine (2001), em uma reflexão sobre até que ponto Vargas pode ser considerado pai dos pobres, evidencia que, na Era Vargas, merece destaque um programa nacionalista e reformista, com ressaltos para as questões trabalhistas. O autor enfatiza que, apesar de ter permanecido quase que intacta a estrutura hierárquica arcaica da oligarquia brasileira e não ter ocasionado uma mudança qualitativa para as classes menos favorecidas, ainda assim, Vargas elevou a dignidade do povo brasileiro.

Nos últimos anos, na formulação das políticas de governo em nível nacional, depois de assegurar a estabilidade econômica da moeda, é perceptível que se tem assegurado o crescimento sustentado da economia e buscado promover a correção das desigualdades sociais e regionais. É fato que o Estado brasileiro vem inovando em cumprir o seu papel.

Evidencia-se a atuação do Estado com maior interação com a sociedade brasileira e seus problemas, cumprindo o seu papel definido na Constituição Federal promulgada em 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a qual inovou as diversas ações como uma rede de proteção social para as pessoas menos favorecidas. Nessa perspectiva, o artigo 3º da Constituição é assim apresentado: os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nessa mesma direção, o artigo 6º do mesmo dispositivo legal determina que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000).

Assim, enxergando o Estado como aparelho de transformações e cumprindo o seu papel, o Governo Federal, nos últimos anos, implantou um número significativo de programas que buscam a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social. Os principais foram:

a) Bolsa Alimentação, que substituiu, em 2001, o Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais – ICCN, que buscava promover as condições de saúde e a nutrição das gestantes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade com risco nutricional;

b) Em 2003, cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, como instrumento de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional;

c) Cria o Auxílio-Gás para compensar os mais carentes pelos constantes aumentos do custo do botijão, sendo pago diretamente a famílias que tinham renda per capita inferior a meio salário mínimo no ano de 2001;

d) E, em 2003, foi criado o Bolsa Família, com o objetivo de promover o desenvolvimento de ações articuladas e intersetoriais buscando racionalizar o uso dos recursos federais. Ocorre então a Integração dos programas remanescentes como Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação;

e) Lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, em 2011, o qual, nas palavras da presidente Dilma em seu pronunciamento de lançamento do Programa, “era um instrumento que significava aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e integração social” (ROUSSEF, 2011).

Isso nos permite inferir que, diante desse contexto, destacam-se as políticas públicas, como fator de sustentabilidade, capazes de produzir melhorias nos indicadores de desenvolvimento social. Chamam à atenção projetos como o Pronatec, que apresenta possibilidades de elevação da escolaridade e de inclusão produtiva.

Portanto, as ações do Pronatec instituídas pelo Governo Federal constituem-se como agente indutor de transformação social, com o objetivo de buscar soluções aos problemas relativos ao subdesenvolvimento histórico e da falta de oportunidade imposta há anos às pessoas menos favorecidas.

Com todas as políticas sociais descritas, o que se preconiza é um novo e relevante papel da economia social no país, o que possibilita um encaminhamento de queda na desigualdade da renda do trabalho e nas taxas de pobreza para o Brasil romper com a marca do subdesenvolvimento.

1.2 A crise no neoliberalismo

Pochmann (2011) faz uma análise do impacto econômico do Estado de Bem-Estar Social no Brasil.

Somente com a Constituição Federal de 1988, responsável pela consolidação dos grandes complexos do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, especialmente no âmbito da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), que o gasto social como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) passou a crescer, salvo o seu congelamento relativo durante a década de 1990 conduzido pelas políticas neoliberais. Nos dias de hoje, o gasto social agregado equivale a cerca de 23% do PIB, ou seja, quase 10 pontos percentuais a mais do verificado em 1985 (13,3%). Noutras palavras, constata-se que a cada quatro reais gastos no Pa, um real encontra-se vinculado diretamente à economia social. Se for contabilizado também o seu efeito multiplicador (elasticidade de 1,8) pode-se estimar que quase a metade de toda a produção de riqueza nacional relaciona-se direta e indiretamente à dinâmica da economia social. Essa novidade na composição da dinâmica econômica puxada pelo gasto social impõe diferenças significativas com outras fases de expansão produtiva. (POCHMANN, 2011, p.13)

É notório que os mais beneficiados pela constituição do Estado de Bem-Estar Social foram os segmentos de menor rendimento, pois, em 2008, a base da pirâmide social tinha 25% de seu rendimento dependente das transferências

monetárias; já em 1978, era somente de 7%. Nessa natureza, evidencia-se que, passados quarenta anos, 58,3% das famílias na base da pirâmide social recebem transferências monetárias, assim como 40,8% do total dos domicílios mais ricos do país. Com isso, ocorre um aumento de 7 vezes para famílias de baixa renda e de 1,7 vezes nas famílias de maior rendimento. (POCHMANN, 2011).

Assim, a análise proveniente do autor é que se ocasiona um novo padrão de mudanças sociais no Brasil, decorrente da retomada da dinâmica expansionista da produção e, ainda, da ocupação da força de trabalho aliada à reorientação das políticas públicas. E, nesse sentido, a ascensão social vislumbra alterações na identidade social mais inclusiva.

Vale ressaltar que muitas transformações foram sendo agregadas para que ocorresse uma identidade social mais inclusiva. Dessa forma, um breve histórico que demonstra a crise no neoliberalismo é feito pelo autor:

Assim como durante o regime militar, que tinha como meta central crescer o bolo da economia para só depois reparti-lo, os governos neoliberais da década de 1990 focaram a estabilidade monetária como um fim em si mesma. Privatizar sem critério, murchar o Estado nos seus pontos vitais, abrir ainda mais e de graça o setor produtivo ao capital forâneo e apropriar-se de mais renda dos pobres por meio do brutal aumento da carga tributária fazia parte do ataque antiinflacionário que deveria automaticamente resultar no crescimento econômico. Ao invés do desenvolvimento, assistiu-se à regressão social, econômica e ambiental do Brasil, com a queda do 8º posto econômico mundial, em 1980, para o 14º em 2000, e a subida no ranking do desemprego global (do 13º posto, em 1980, para o 3º, em 2000). Ao mesmo tempo houve um dos maiores processos de concentração de renda e riqueza, decorrido da geração do expressivo endividamento do setor público (de 1/3, em 1993, para 55% do PIB em 2002), do aumento de 10 pontos percentuais da carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto, e da transferência do patrimônio público para grandes grupos privados nacionais e estrangeiros equivalente a 14% do PIB, com demissão de mais de meio milhão de trabalhadores. O resultado disso foi a queda na participação do rendimento do trabalho de 50% do PIB para menos de 40% com crescente exclusão social. (POCHMANN, 2011, p. 16,17)

Ainda considerando a análise referente ao processo que culmina na crise do neoliberalismo, a força do negativismo para as políticas públicas advém da concepção adquirida nos anos de 1990 que reforçava a ideia de que os programas sociais poderiam gerar quebra da Previdência Social e, conseqüentemente, desorganização das finanças públicas e, ainda, a ideia de que não se poderia elevar

o poder aquisitivo do salário mínimo, pois seria causador de informalidade e desemprego no mercado de trabalho. Pode-se destacar também como mito do neoliberalismo a concepção de que a desregulamentação das leis sociais e trabalhistas seria responsável pela contratação de mais trabalhadores. (POCHMANN, 2011).

Portanto, vale dizer que a crise do neoliberalismo estava instalada, e, mediante tal contexto, o Brasil foi caminhando por outros rumos e retomando a luta para a superação do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, vale ressaltar a reflexão de Draibe e Riesco (2011), que questionam a existência de um neodesenvolvimentismo em formação em razão das mudanças recentes nas economias, na vida política e nos modos de pensar, fato que permite pensar que o esgotamento do ciclo de hegemonia neoliberal na América Latina está próximo. Nesse contexto, infere-se que novas possibilidades e escolhas de novos paradigmas de crescimento econômico e de desenvolvimento social podem ocorrer. Então os autores ressaltam que, estando o continente ancorado em movimentos sociais e políticos, as grandes transformações ocorreram, assim como evidenciam os resultados eleitorais na última década, estabelecendo um novo modelo de crescimento, sem perder de vista princípios sociais de maior igualdade.

Ao que foi denominado por alguns como estratégia neoliberal de desenvolvimento implementada pelos Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, tinha esse momento da história republicana o discurso de que o mercado era o mais original elemento organizador da sociedade, além de completa subordinação ao capital internacional. Nesse sentido, tal política impôs internamente o acelerado crescimento do desemprego, uma vez que, segundo dados do IBGE em um dado momento desse período, o Brasil chegou a ocupar o segundo lugar em número de desempregados, além de redução da indústria, privatização do setor produtivo estatal, elevação do déficit público, elevação das desigualdades sociais e regionais, redução de investimentos em áreas sociais, como saúde, educação, habitação, com nítido distanciamento do Estado das camadas sociais menos favorecidas. A crise financeira de 1999 mostrou a face vulnerável, principalmente da política externa do país, forçando-nos a um novo redirecionamento. Com a eleição de governantes mais alinhados à “esquerda” na América do Sul, prenuncia-se aí o início da queda do pensamento liberal, e isso fica evidenciado no curso do mandato de FHC, enfrentando as constantes

manifestações de descontentamento da opinião pública com aquele modelo. (DRAIBE; RIESCO, 2011).

Para Sader (2012), a década que teve fim em 2002 combinou várias formas de retrocesso. Entre elas, a prioridade do ajuste fiscal, as correspondentes quebras da economia e as cartas de intenção do FMI, que desembocaram na profunda e prolongada recessão que o governo Lula herdou. Os caminhos que os governos Lula e Dilma trilharam e ainda trilham para enfrentar essa herança foram mais complexos e conflituosos do que se poderia esperar. E é nessa perspectiva que se encaminha para o novo modelo político compreendido como neodesenvolvimentismo.

1.3 A chegada da política do “neodesenvolvimentismo/lulismo”

O IFNMG vem se tornando uma instituição identificada com um novo projeto de sociedade que, conforme Pacheco (2011), é uma institucionalização pautada na participação de seus atores, traçando objetivos capazes de transformar e de enriquecer de conhecimento a vida social, atribuindo-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, o que seria completamente inconcebível sem a ampliação do raio de visão da sociedade atual.

O Brasil, país mais desenvolvido das economias da região do cone Sul, apresentou, em início de 2003, um projeto de desenvolvimento alternativo à ordem neoliberal, até então predominante, que se denominou de “neodesenvolvimentismo”, cuja primeira fase ocorreu sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) e teve prosseguimento na gestão da presidente Dilma. Cabe destacar que tal modelo, na percepção de alguns, denominou-se de “lulismo” (SINGER, 2012).

É fato que, ao verificar os indicadores do Pnad/IBGE, de 2002 a 2013, depara-se com a redução da desigualdade social e da pobreza, o que permitiu, consideravelmente, o acesso a serviços públicos essenciais e ao consumo de bens duráveis a uma grande parcela da população brasileira, até então excluída por políticas econômicas que a ela não eram direcionadas. E é justamente nesse sentido que ressalta Singer (2012):

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do ‘mensalão’ [que afasta as classes médias (JMD)], um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o “lulismo”. O aparecimento de uma base “lulista”, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” esboçado no primeiro quadriênio”. (SINGER, 2012, p. 13).

Ao analisar o processo histórico, verifica-se que, no primeiro governo Lula (2003-2006), conforme explicita Singer (2012), foram mantidas as bases da macroeconomia com viés neoliberal em busca de acalmar os mercados financeiros, permitindo a determinados setores uma percepção de que aquele governo que ora se iniciava não era de todo anticapitalista. Assim, os compromissos firmados no período que antecedeu as eleições – como honrar os pagamentos com os credores da dívida pública, que estrangulava até então aproximadamente 50% do orçamento público da União e que comprometia investimentos em algumas áreas, principalmente na área social – foram fielmente cumpridos. Dessa forma, o Estado neodesenvolvimentista marca a ação reguladora do próprio Estado como agente capaz de colocar em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atender às demandas sociais e econômicas, articulando diversos programas em torno de uma determinada ação. Tal situação da ação do Estado investidor se manifesta, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é a expressão de que o Estado é o protagonista de seu papel na indução do crescimento da economia do país, como disciplina fiscal e responsabilidade social.

Destaca-se que o neodesenvolvimentismo é um novo projeto de desenvolvimento que surge diante da crise do neoliberalismo no Brasil, especificamente no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2012). Trata-se de uma nova visão de desenvolvimento ainda capitalista com bases na criação de um novo agir do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia, ainda capitalista e, ao mesmo tempo, permitir a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e de políticas sociais redistributivistas voltadas ao subproletariado como enfatiza o

autor André Singer (2012) em sua obra *Os sentidos do lulismo* – que o neodesenvolvimentismo tem como base social os pobres.

Assim, de acordo com Singer (2012), o tripé do neodesenvolvimentismo seria constituído pelos seguintes eixos: programas de incentivo estatal à economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES); programas de investimentos públicos em infraestrutura – com ou sem parceria público-privada; e, ainda, programas estatais de transferência de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando à valorização do mercado interno de consumo.

Torna-se necessário mencionar que as políticas redistributivistas representam um fator significativo na trajetória e êxito desse modelo implantado, por meio de programas sociais, aumento de salário-mínimo e formalização do mercado de trabalho, que tem como pressuposto o crescimento sustentável da economia, o aumento da produtividade e a competitividade da economia brasileira no mercado mundial. Dessa forma, convém reiterar que não se trata de construção de Estado de Bem-Estar Social à semelhança do capitalismo nacional/desenvolvimentista do pós-guerra, até porque a situação geopolítica na atualidade é outra, pois o capitalismo não se sente ameaçado por qualquer outro regime comunista. Vale lembrar que a construção do *Welfare State* foi fruto de uma identidade que desapareceu com a derrocada da antiga URSS. (SINGER, 2012).

O autor menciona ainda que estudos indicam que, no período que compreende os Governos Lula e Dilma, o país melhorou significativamente, visto sob um novo olhar pela comunidade internacional, quando deparamos com uma série de indicadores sociais que apontam a redução da desigualdade social, com a recuperação do valor do salário-mínimo, maior participação dos salários no PIB (Produto Interno Bruto), redução ou quase extinção histórica das filas de desempregado em busca de uma colocação, queda da informalidade e aumento da taxa de formalidade no mercado de trabalho. Ressalta-se que, nesse período, o volume de vendas do comércio varejista dobrou com o acesso ao crédito da “nova classe média”, formada em sua maioria por trabalhadores e trabalhadoras, até então relegados historicamente do acesso a bens e serviços. Pode-se dizer que em um primeiro período, o neodesenvolvimentismo propiciou aumento do investimento público, redução dos juros, controle da inflação e crescimento da economia, mesmo considerando um cenário de crise financeira internacional. Enfim, o novo padrão de

desenvolvimento capitalista conduzido pela frente política neodesenvolvimentista, de modo indiscutível, conseguiu melhorar o padrão de vida de milhões de trabalhadores, por meio de programas de transferência de renda que, a despeito disso, ainda são passíveis de críticas por parte de alguns setores da sociedade. Nesse sentido, ao dar prioridade aos programas sociais de caráter distributivista, sempre voltados para a camada pobre da população brasileira, buscando a redução da pobreza extrema, os governos Lula e Dilma constituíram uma base política focada nas massas. Dessa natureza e com indiscutível sucesso eleitoral, tal base política reelegeu Lula em 2006, constituindo muitos legados políticos. (SINGER, 2012).

Ainda conforme explicita Singer (2012), ao fazer opção pelas camadas sociais menos privilegiadas, o neodesenvolvimentismo fez uma opção por um “reformismo fraco” que, na sua observação, tenta minimizar, desse modo, um confronto direto dos interesses do grande capital financeiro-industrial e, ainda, amenizar o tradicional acirramento de luta entre capital e trabalho no país.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a ênfase dada por Pochmann (2011), no tocante ao tratamento que as políticas públicas recebem no contexto do neodesenvolvimentismo/lulismo:

A recuperação do papel do Estado a partir do governo Lula se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento, cujos resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maiores que na década de 1990 (com a consequente volta ao posto do 8º PIB mundial), combinado com a redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (44% em 2010). Para isso, foi necessário recompor as empresas e bancos estatais, ampliar o universo de funcionários públicos por substituição dos terceirizados na execução das políticas de Estado e inovar as ações públicas, como nos casos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura, do Programa Nacional de Habitação Popular (Minha Casa, Minha Vida), da exploração do petróleo no pré-sal, do alargamento da saúde, da educação, eletrificação, entre tantos outros exemplos. O Brasil emergiu com vontade própria e a capacidade de se reorganizar em torno de um novo projeto de desenvolvimento nacional foi liderada por importante convergência política conduzida pelo governo Lula. (POCHMANN, 2011, p. 17)

Assim, é perceptível que é nesse contexto de atender às classes sociais menos privilegiadas que surge o Bolsa Família.

1.4 Bolsa Família

Em se tratando do Bolsa Família, verifica-se que é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com valor medido do benefício a R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais) mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

De acordo com o MDS (2013), o Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam. A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução (MDS, 2013).

A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚnico, do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013).

Com base nesses dados, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento

não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício (MDS, 2013).

Diante do exposto, ressalta-se que a pretensão é investigar a articulação entre Pronatec e Bolsa Família no contexto de execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal no Vale do Urucuia, Noroeste de Minas. Dessa forma, questiona-se quais as implicações em se tratando da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho naquela região, com base nas categorias trabalho e empregabilidade. A pactuação dos cursos entre os municípios e o IF Campus Arinos na oferta dos cursos de FIC, modalidade Bolsa-Formação, tem fortes implicações com as demandas apresentadas no seio das comunidades na área de abrangência do IF no Vale do Urucuia. Como o Pronatec tem por objetivo também atender famílias cadastradas no CAD Único, beneficiários do Bolsa Família, essa pactuação marca uma parceria entre as prefeituras da região, que promovem levantamento da demanda para a capacitação para esse público, evidenciando a importância dos cursos para as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, preparando o cidadão para o mundo do trabalho e contribuindo para a ampliação da sua cidadania.

As transformações ocorridas no país levam a um caminho de universalizar oportunidades que, até então, era verdadeiro monopólio de uma minoria, quando também possibilita a inclusão produtiva por meio dos cursos do Pronatec a um público que sempre viveu à margem de um processo de desenvolvimento. O efeito do Bolsa Família, principalmente para as mulheres, tem provocado um modo de constituição da relação familiar, da relação homem-mulher e como as mulheres se percebem como sujeitos sociais e sujeitos políticos e não apenas como instrumento de uso. O Bolsa Família alterou por completo o conjunto de relações interpessoais na relação familiar e, articulado ao Pronatec, possibilita a inserção desse público a qualificação profissional, de modo a permitir a inserção ao mundo do trabalho, que é fator de significativa transformação na região.

Assim, este projeto estrutura-se a partir da constituição do tema em problema definindo alguns olhares teóricos. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, vai se construindo o problema de pesquisa.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

2.1 Contextualização Histórica da Educação Profissional no Brasil

Em se tratando da contextualização da política para a qualificação profissional no Vale do Urucuia, cabe ressaltar que, para melhor entendimento do contexto atual, faz-se necessária uma breve recuperação histórica da educação profissional no Brasil.

Ao fazer uma análise sobre o sistema educacional nas mais variadas sociedades, percebe-se que todos os países que chegaram ao lume de serem considerados desenvolvidos, em algum momento da sua trajetória rumo a esse patamar de desenvolvimento, buscaram priorizar a formação de sua força de trabalho, de forma a potencializá-la para enfrentar os desafios impostos pela concorrência e pelas inovações, sempre impostas pelo progresso técnico. Nesse sentido, consideram-se significativas as ações adotadas ainda no final do século XVIII, apesar de, somente na centúria seguinte, o fenômeno ter se generalizado, surgindo, assim, as escolas de artes e ofícios, os colégios agrícolas, as escolas profissionais e as instituições politécnicas (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Em relação à história do ensino técnico profissional escolar e acerca das políticas de formação de trabalhadores no Brasil, Lima Filho (2008) ressalta que é necessário que se observem os caminhos percorridos à luz das transformações ocorridas no Estado-Nação brasileiro, ao longo do século XX até a atualidade. Nessa perspectiva, enfatiza-se a existência de inúmeros debates acerca da relação entre educação básica e formação dos trabalhadores, no processo de sucessivas legislações e reformas educacionais que ocasionaram, pela forma de organização dos projetos políticos e sociais, um processo excludente dos trabalhadores no tocante ao acesso à educação de qualidade. Nessa abordagem, o autor mostra que, no Brasil, a qualificação de trabalhadores esteve sempre condicionada à maneira e ao modo de produção vigente a cada momento da história, e que os processos formativos foram sempre voltados aos interesses do capital.

Para Frigotto (2010), em determinados períodos da trajetória educacional brasileira, a formação profissional assume um determinante papel no campo das mediações da prática educativa, já que cumpre a função de responder às condições gerais da produção capitalista.

Dessa maneira, a formação escolar e profissional em nosso país passou por vários ciclos: iniciando com a implantação e estabilização (1910-1940); organização e estruturação do ensino técnico (1940-1960); diversificação e expansão do ensino técnico (1960-1980); estagnação (anos 1980); e redefinição e expansão privada (anos 1990). (LIMA FILHO, 2008). Assim, nessa cronologia histórica, evidencia-se que, no primeiro período, as instituições cumpriam papel assistencial e ocupacional com políticas educacionais referentes à educação profissional com cunho mais segregacionista, ou seja, o Estado atendia aos órfãos e desvalidos como se infere do Decreto n. 7.566 de 23 de Setembro de 1909, instrumento que regulamentou a criação de escolas de aprendizes artífices nas capitais dos Estados da República (CORBARI, 2013).

Assim, pode-se considerar que as políticas públicas instituídas sobre educação e trabalho se trataram menos de uma ação de inclusão dos trabalhadores ao acesso à educação, do que de um processo altamente exclusivo à educação daquelas camadas sociais menos favorecidas economicamente.

Amorim (2013) ressalta que, se a configuração de uma rede federal de educação profissional, no Brasil, remonta à criação, em 1909, da Escola de Aprendizes Artífices (EAA) em 19 estados brasileiros, é somente a partir da década de 30 que a educação nacional apresenta maior notoriedade, buscando maior organicidade e potencializando a expansão de sua oferta. Em conformação com o processo de industrialização, a educação profissional ofertada destinava-se à formação da força de trabalho e apresentava um caráter assistencialista, ou seja, foi concebida dentro de uma perspectiva de atendimento aos “desfavorecidos da fortuna” mediante a sua capacitação e adestramento.

É nesse sentido que a percepção de educação assistencialista marca a trajetória da educação profissional no Brasil que, conforme Corbari (2013), a perspectiva assistencialista, nesse momento, fez-se mais efetiva do que propriamente educacional [...] “o trabalho era visto como elemento regenerador da personalidade de crianças e adolescentes” (OLIVEIRA, 2003. p.31).

Dessa forma, percebe-se que, no desenrolar do Processo Educativo destinado à formação de trabalhadores, são inúmeras as cobranças acerca de uma dívida secular do Estado com a formação de pessoas de classes menos abastadas economicamente. Assim, Ciavatta (2008, p.78) destaca que

A sociedade brasileira tem uma dívida secular para com a população relegada, desde os primórdios do país, a não receber conhecimentos senão aqueles que fossem necessários ao trabalho produtivo no campo e nos espaços urbanos. Mais tarde, com séculos de atraso em relação aos países europeus colonizadores, o ideário educacional necessário à produção capitalista se implantou, de modo escasso e limitado, apenas nas funções de ler, escrever, contar e aprender um ofício. (CIAVATTA, 2008, p.78).

Na análise de Spósito (1984), o ensino secundário, até a década de 1930, era inacessível às camadas sociais de menor poder econômico, incluindo, nesse caso, trabalhadores, e que tal formação não deveria ser propiciada pelo Estado e, sim, efetivada pela iniciativa particular. Ao chegarmos à Era Vargas (1930 a 1945), foi efetivada a Reforma de Francisco Campos (1941) regulamentando por meio de decretos, estruturando a organização da educação brasileira com ensino secundário e profissional, médio e ensino superior. (CORBARI, 2013).

Ainda nos anos trinta, ocorre, no país, um intenso debate em se tratando da oferta de educação pública e organização do sistema educacional brasileiro, o que se caracteriza como embate entre os “Pioneiros da Escola Nova” e os intelectuais católicos (AMORIM, 2013). De acordo com Dore (1989), o Estado passa a atender parte das reivindicações de liberais e católicos, e acaba configurando-se o dualismo da organização escolar. Nesse sentido, a autora evidencia:

No início dos anos trinta, registraram-se os primeiros confrontos entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada. Do lado da escola pública encontravam-se intelectuais liberais, como Anísio Teixeira (1900-1971) e Fernando de Azevedo (1894-1974). Eles ficaram conhecidos como “Pioneiros da Escola Nova” por terem apresentado suas concepções pedagógicas num manifesto em defesa da “Reconstrução educacional”, de 1932, cujos princípios estavam fundados no modelo de “escola nova”: a escola única, pública, comum, obrigatória, gratuita. (DORE, 1989, p.1)

Nessa mesma perspectiva, Manfredi considera que:

Nesse contexto, durante o período da chamada Primeira República, que vai da proclamação da República até os anos 30, o sistema educacional escolar e a Educação Profissional ganharam nova configuração. As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do governo federal e de outros protagonistas: a Igreja Católica, trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou de natureza sindical, os quais contribuíram com algumas

iniciativas pontuais, e membros da elite cafeeira. (MANFREDI, 2002, p. 80)

Manfredi (2002) enfatiza que a política educacional do Estado Novo foi responsável por legitimar a separação entre o trabalho manual e o intelectual, criando uma arquitetura educacional que evidenciava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, ou seja, um ensino secundário objetivando atender as elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas.

Lima Filho (2008) denomina como o segundo período da evolução histórica da educação profissional, quando, em 1942, evidencia-se a preocupação com a organização e estruturação do ensino técnico, em um contexto marcado pelo autoritarismo (Estado Novo) e pelo chamado “nacionalismo estratégico” de Vargas. Nesse contexto, foi elaborada a Reforma Capanema (1942-1946) (OLIVEIRA, 2003), com o propósito de prosseguir com trabalho de renovação e elevação do ensino secundário, que foi iniciado por Francisco Campos. Assim, a Reforma Capanema é fundamentada pelas Leis Orgânicas da Educação Nacional, culminando na reforma de vários ramos do ensino médio. Concernente ao ensino técnico – profissional, tem-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Comercial, em 1943, e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 1946. (PINTO, 2013).

Na análise de Xavier (1990), a Reforma Capanema promoveu a organização do ensino técnico profissional, mas de forma mais a atender as demandas do setor do capital, ou seja, do setor de produção, mas, dentro das suas finalidades, tinha por objetivo uma abordagem à “formação humana”. Foi um momento significativo quando se trata de políticas educacionais direcionadas à formação técnica – profissional e com uma abordagem de formação humana.

O ensino técnico-profissional oficial, ramo especial do ensino médio, visava nas suas finalidades gerais a garantir: a “formação humana” do trabalhador, além da sua formação técnica ou profissional; o suprimento das diferentes áreas da economia nacional de mão-de-obra, “suficiente e adequada”, de profissionais aptos a desempenharem suas atividades; e a “mobilização contínua” de “eficientes construtores” da economia e da cultura nacionais (XAVIER, 1990, p. 111).

Conforme explicita Xavier (1990), é proveniente desse contexto que culmina a criação de um sistema de ensino e aprendizagem, posteriormente

denominado Sistema S, que obteve instituições focadas a atender às exigências imediatas do mercado de trabalho, ficando a cargo das empresas os cursos de aprendizagem, destinados ao treinamento rápido e à reciclagem. Assim, tem-se como precursor desse conjunto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Agricultura (SENAR) e o Serviço Nacional de Transporte (SENAT).

Nessa perspectiva, para Manfredi (2002), tanto o SENAI quanto o SESI foram criados em um momento em que a indústria e serviços se expandiam, período que marca o término do Estado Novo dentro de um contexto político e econômico da Era Vargas.

O surgimento do SENAI e do SESI, nesse momento, partiu de uma necessidade momentânea (MANFREDI, 2002): quando era evidenciada a carência de operários qualificados, ou seja, mão de obra especializada em decorrência do aumento da produção industrial e do declínio da imigração naquele período que coincide com o da guerra.

Dessa forma, observa-se que a configuração da educação profissional dos anos de 1930 a 1945 vai se organizando em torno do propósito de formar trabalhadores para a sociedade urbano-industrial como um sistema a par da educação geral, acadêmica e propedêutica, que busca reforçar a divisão entre trabalho manual e intelectual, e, ainda, o veio privatista ganha espaço importante nas políticas educacionais do período. (AMORIM, 2013).

Amorim (2013) ressalta que o período de 1946 a 1964 é caracterizado por significativa abertura democrática que culmina com o golpe militar de 64, que, de certa forma, interrompe um processo de democratização no Brasil, que se considera uma nova fase no âmbito da luta pela escola pública no país.

Nesse resgate histórico das políticas públicas direcionadas à Educação Profissional, a Lei nº 3.552/1959, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 16 de fevereiro de 1959, dispunha sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Essa lei traçava dois objetivos para as escolas de ensino industrial: o primeiro tinha por objetivo proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica de modo a permitir a integração na comunidade e a participação no trabalho produtivo ou o prosseguimento nos estudos; o segundo objetivo era a preparação para o

exercício de atividade especializada de nível médio (BRASIL, 1959). Ainda estabelecia que os cursos ofertados deveriam adaptar-se às necessidades da vida econômica do país, das diversas profissões e do progresso da técnica e articular-se com a indústria em busca do atendimento às exigências do mercado (BRASIL, 1959).

De acordo com Lima Filho (2008), em 1960, foi denominado como período de diversificação e expansão do ensino técnico e, mais precisamente, em 1961, durante o governo de João Goulart, a LDB foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente, e aí trouxe uma nova dinâmica ao sistema educacional quando permitiu que as escolas privadas pudessem receber financiamento público, conforme mostra Zibas (2005).

Oliveira (2003) enfatiza acerca da alteração mais significativa concernente ao ensino profissional que foi a completa equivalência dos cursos técnicos ao secundário, para efeito de ingresso nos cursos superiores, que também possibilitou às instituições criar cursos pré-técnicos, com duração de um ano, cujas disciplinas seriam apenas as de caráter geral, obrigatórias para todo o curso técnico, mas desenvolvidas em três séries nos cursos secundários.

Em face das alterações no cenário econômico do país, introduzidas pela crescente industrialização, surgem demandas que levam à criação de novos formatos de cursos, que tinham por objetivo capacitar de forma rápida a força de trabalho, e que fossem capazes de fazer frente às exigências impostas pelo momento econômico do país. Nesse contexto, surge a Teoria do Capital Humano (OLIVEIRA, 2003).

É importante ressaltar aqui o conceito de Capital Humano que, para Schultz (1971), a Teoria do Capital Humano, que foi desenvolvida por tal autor a partir da década de 60, objetivava mostrar que os países em desenvolvimento destruídos na Segunda Guerra Mundial, como o Japão, tiveram condições de reconstruir suas economias de forma mais rápida devido ao desenvolvimento desta teoria. Schultz (1971) demonstra que os pressupostos da teoria do capital humano foram responsáveis pelo crescimento econômico de alguns países. Assim, passou-se a defender que o investimento na pessoa humana implicaria, conseqüentemente, o desenvolvimento na área econômica bem como no campo competitivo de muitos países. Ou seja, para o autor, quando ocorre o investimento em si mesmas, as pessoas tendem a ampliar as suas possibilidades de escolha que pode também

culminar no aumento do bem-estar. Dessa maneira, o referido teórico demonstra que o aumento no investimento no capital humano influencia no aumento dos ganhos produtivos do trabalhador considerando tanto os ganhos econômicos quanto os sociais. (FRIGOTTO, 1993).

Para Frigotto (1993, p.41):

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

Na perspectiva de Cassiolato e Garcia (2014), o aspecto desenvolvimentista corresponde ao período denominado de milagre econômico (1968 a 1973), que tinha como premissa a ampliação acelerada do setor econômico; provocou uma grande demanda para o setor educacional, em todos os seus níveis, destacando aí o ensino profissional, em níveis técnico e superior.

Nos anos 1980-1990, ocorre uma estagnação na oferta da educação profissional que tem reflexos nos baixos indicadores de crescimento econômico do Brasil e dos países da América Latina que registraram quedas significativas em seu PIB (Produto Interno Bruto), conforme Lima Filho (2008).

No tocante à Constituição Federal de 1988, depois de muitos debates que contaram com a participação de representantes de educadores e das demais representações da sociedade civil, ocorreu a sua promulgação em 05 de Outubro de 1988, recebendo a denominação de Constituição Cidadã, com aspectos significativos na esfera educacional e por ser a primeira Constituição a criar instrumentos para assegurar o seu cumprimento (OLIVEIRA, 2003).

Com a chegada aos anos 1990, esse período introduz, entre outros, na legislação educacional, a Lei nº 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); o Decreto nº 2.208 de 1997 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, marcando a educação profissional; e, nesse período, presenciamos uma maior flexibilização, com privatização e políticas compensatórias, forjadas em um modelo neoliberal atrelado aos aspectos da globalização (LIMA FILHO, 2008).

Para compreender as reformas educacionais promovidas nos anos 1990, com relação ao ensino médio e educação profissional, torna-se necessário buscar explicações nas relações econômicas e políticas que dominaram tal período. Garcia

(2009) salienta o compromisso do país com as regras impostas pelas agências internacionais promovendo uma profunda transformação do perfil do Estado Brasileiro.

Frigotto; Ciavatta e Ramos (2008) apresentam o cenário da década de 1990 como uma regressão profunda concernente às políticas de reformas do Estado, objetivando o ajustamento da economia ao processo de desregulamentação, flexibilização e privatização, que foi considerado como uma subordinação associada ao grande capital, mormente financeiro e, ainda, agravamento da dependência no período dos oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Cêa (2007) evidencia que, dentro das políticas públicas voltadas ao emprego, a qualificação profissional tem papel fundamental na sua implementação que ficava a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na década de 1990. Segundo Cêa (2007), esse período também evidencia a elaboração de Planos Plurianuais, traçando diretrizes e perspectivas para alavancar o desenvolvimento do país e inclui, dentro dessas diretrizes, instrumentos que buscam a formação e qualificação do trabalhador. Nesse período, as reformas introduzidas à educação profissional, segundo Garcia (2009), foram orientadas tendo como base interesses econômicos e políticos.

Assim, conforme Amorim (2013), em se tratando da luta pela escola pública no país, instala-se uma nova fase, de 1964 a 1984. Para Dore (1989), é a fase denominada de a vitória dos interesses privatistas. Assim, a autora explicita:

As medidas destinadas a reordenar o processo de diferenciação do sistema escolar foram acompanhadas de diretrizes que permitiram expandir as forças privatistas do ensino. [...] O crescimento da rede privada se fez em detrimento da escola pública, contando com o descaso do governo, a canalização de verbas públicas para a escola particular e a repressão ao movimento popular, privando o povo de controlar os seus governantes. (DORE, 1989, p.13).

De acordo com Manfredi (2002), no final da década de 70, as escolas técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, ou seja, instituições que passam a ofertar uma organização que assume como tarefa a formação de engenheiros e tecnólogos para atender às mudanças do sistema produtivo. Para o autor, tais instituições são caracterizadas pela oferta de cursos profissionais em diversos graus

e níveis de ensino e mantêm um estreito vínculo com o mundo da produção. Assim, Dore e Luscher (2008) esclarecem que, em 74, de forma lenta e gradual, os militares dão início a permitir uma maior expressão da sociedade política e civil, e começa um processo de democratização do país que culmina ao longo dos anos oitenta, quando vários setores da sociedade se mobilizam para a construção da democracia no país.

No contexto que se pode denominar de restauração democrática que acontece na perspectiva de redemocratização do país, evidencia-se uma 4ª fase, no período de 1984 a 1989. Dessa natureza, nessa fase, as forças progressistas impõem às classes dominantes a possibilidade de um projeto de abertura da sociedade civil, que culmina na contestação da compreensão da escola como um espaço meramente de reprodução da sociedade e, conseqüentemente, começa a surgir a proposta de realização da “escola unitária”, defendida por Gramsci, que vem em defesa da escola pública e na luta contra o dualismo escolar. (DORE, 1989).

Como o eixo de organização cultural dos trabalhadores – assim como o sindicato o é no plano econômico e o partido no plano político – adquirindo uma importância que nunca desfrutara nas teorias revolucionárias da esquerda. A partir dessa nova posição teórica frente à questão cultural, o movimento popular moderno apresentou a proposta de “escola unitária” como perspectiva capaz de se contrapor à hegemonia da “escola nova”, proposta escolar das forças dominantes. (DORE, 1989, p.14).

Para o entendimento do dualismo escolar conceituado por Gramsci, Amorim et al. (2011) enfatizam:

Para Gramsci, a escola deveria ser única, no sentido de dar a todos oportunidades iguais de formação, e diversa no sentido de propiciar diferentes possibilidades de formação. Trata-se da unidade na diversidade, um dos princípios dialéticos mais caros ao pensamento de Marx. A unicidade, como igualdade, não significa a supressão do diverso, da multiplicidade, e sim a supressão das desigualdades. Significa adquirir uma formação que propicie a todos alcançar o nível mais elevado do pensamento humano, conquistando capacidades para exercer a crítica do mundo em que vivem e, ao mesmo tempo, serem capazes de dirigir, de governar (AMORIM et al, 2011, p.12).

Contrariamente, Soares (2000) demonstra que a proposta de escola unitária constitui-se num equívoco da esquerda brasileira:

O entendimento da escola como instância da sociedade civil e, desse modo, espaço de disputas pela hegemonia, permite a Gramsci

afirmar como necessário, desde já e na própria sociedade em que vivemos – desigual e capitalista –, o desenvolvimento de uma proposta escolar destinada a oferecer a todos uma educação de boa qualidade. Desse modo ele considera fundamental partir da escola que está aí, resultante do confronto de forças sociais antagônicas, da luta entre projetos políticos distintos. Enfim, a única escola que a classe trabalhadora conseguiu realizar no seu confronto com a classe dominante. (SOARES, 2000, p.23-24).

Em 1994, a Lei nº 8.948 dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transformava as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, por meio de decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, considerando em primeiro plano as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro. (CORBARI, 2013).

Conforme Manfrendi (2002 p.162), em fevereiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do país e governa por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 2003). Nesse período, havia a previsão de que todas as escolas técnicas seriam transformadas em CEFETs, mas isso não aconteceu em função do Decreto 2.406/97, “definindo os termos do Decreto 2.208/97 que instituiu os centros de Educação Profissional”.

Assim, a Reforma da Educação Profissional instituída em 1997 (Decreto Nº 2.208) faz uma organização da educação profissional como um sistema paralelo ao sistema regular de ensino e que oferece o ensino básico (voltado para a qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente da escolarização prévia), o ensino técnico (destinado à habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos do ensino médio) e o ensino tecnológico (destinado a formar egressos do ensino médio e técnico em nível superior na área tecnológica). (AMORIM, 2013).

Então, considerando todo o contexto econômico, político e ideológico, entre os anos de 1995 a 2002, diversos instrumentos legais que impactam a educação brasileira foram aprovados, entre os quais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (Lei Nº 9424-96) e a já

citada determinação da obrigatoriedade de independência entre ensino técnico e ensino médio (Decreto Nº 2208/97). (DORE e LUSCHER, 2008).

Assim, a reforma da educação profissional que ganha corpo na década de 90, a partir da promulgação da Lei 9394/96 e do Decreto 2208/97, é implantada dentro de uma perspectiva de redução de gastos públicos com a educação e confere prioridade de investimentos para o ensino fundamental, admitindo sua complementação por meio de qualificação profissional de curta duração e baixo custo. Tal lógica, inspirada nos princípios neoliberais e influenciada pela intervenção dos organismos internacionais interessados nos rumos da economia brasileira, traz, em seu bojo, a defesa de uma educação profissional que favorece a iniciativa privada, impõe restrições na organização dos currículos (tornando obrigatória a independência entre ensino técnico e ensino médio) e preconiza uma formação com foco no desenvolvimento de competências profissionais. (AMORIM, 2013, p. 50).

Para Amorim (2013), a obrigatoriedade da separação entre formação profissional e formação geral (Decreto 2.208/97) é alvo de significativas críticas por parte de diversos educadores e instituições de educação profissional, uma vez que trazem inúmeros questionamentos acerca do tratamento separado dos ensinos básico e médio e do ensino profissional e defendem a universalização da escola média integrada a uma formação profissional articulada à educação geral e educação para o trabalho.

A proposta de “unificação” da Escola Média “ganha força” nos anos 2000 – com as políticas educacionais empreendidas pelo presidente Lula (2003-2010) e continuadas na gestão de Dilma – iniciada em 2011. A referida proposta encontra relevo na política de criação dos IFs. (AMORIM, 2013, p. 53).

Dore e Luscher (2008) ressaltam a importância do período de gestão de Luiz Inácio "Lula" da Silva que assume a presidência em janeiro de 2003 e governa até 2006, então reeleito para governar de 2007 a 2010, num contexto de ruptura com a tradição até então presente no país de eleger representantes da elite. Assim, nessa fase, tem-se na gestão o pagamento da dívida com o FMI, que liberta o país do estrangulamento e um considerável investimento em políticas de redução das desigualdades sociais. Constitui-se como políticas prioritárias o combate à fome no país, dando início ao programa Fome Zero criado a partir de alguns programas de

ajuda instituídos pelo governo anterior (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás), os quais foram unificados no Bolsa Família. (DORE e LUSCHER, 2008).

Para vários autores como WEISSHEIMER (2006) e ZIMMERMANN (2009), estudos indicam que o programa Bolsa Família vem beneficiando um grande contingente de famílias pobres, apresentando um grande impacto no combate à fome, na erradicação da pobreza e no incentivo ao aumento da escolaridade entre os mais pobres.

Pelo exposto, evidencia-se uma expansão extremamente significativa para a sociedade concernente à educação profissional, ou seja, criam-se inúmeros programas, ocasiona-se uma expansão da oferta dessa modalidade educativa, com a criação dos Institutos Federais, o país vivencia um processo de reorganização da rede federal. Nessa natureza, é revogado o Decreto que determinava que a educação profissional de nível técnico deveria ter organização curricular própria e independente do ensino médio. (Art. 5º, Decreto nº 2.208/97). E, nesse bojo, as escolas da rede federal de EPT (CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, e Escola Técnica Federal de Palmas), passam a ter autonomia para implantar cursos nos diferentes níveis da educação profissional, o que permite a integração entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico (Decreto n.5.154/04).

Apesar de o Decreto n.5.154/04 ampliar as possibilidades, ainda não resultou num abandono aos princípios do Decreto anterior, já que possibilita tanto a organização de cursos integrando ensino médio e técnico quanto a estruturação de cursos completamente separados. (OLIVEIRA,2005, p.91).

Pois bem, finda-se o segundo mandato de Lula, e a então Ministra-Chefe da Casa Civil do seu governo, Dilma Vana Rousseff, é eleita presidente, assume o governo do país com o compromisso de ampliar programas-chave do governo Lula (como o Bolsa Família e o ProUni) e declara que a erradicação da miséria no Brasil e a criação de oportunidades para todos serão prioridades para seu governo. No plano da educação profissional, a presidente dá continuidade às políticas e aos programas do governo Lula, entre os quais se encontram a expansão e reordenamento da rede federal, o programa Brasil Profissionalizado, o PROEJA e o Ensino Médio Inovador. Segundo o atual governo, o processo de expansão da rede superior e profissional e tecnológica, que abarca investimentos para a rede federal (Universidades e Institutos), encaminha-se no sentido de propiciar mais

oportunidades para os brasileiros e, conseqüentemente, mais formação (BRASIL, 2008). São objetivos desse processo:

Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional, Tecnológica e Superior; promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais. (BRASIL, 2008).

Pelo exposto, denota-se que a educação profissional no Brasil constitui-se num novo cenário, configurando-se em uma política de expansão e de reordenamento da rede federal de educação profissional, por intermédio da organização de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, cumpre enfatizar a atuação dos Institutos Federais.

Nesse contexto organizacional de Educação e Trabalho, não é por demais ressaltar que as características da indústria sediada no país adotavam até bem pouco tempo um padrão tecnológico-organizacional fordista, que, conforme Cassiolato e Garcia (2013), pouco primava em escolaridade, e preparava ali mesmo, no ambiente fabril, a sua força de trabalho. Com a chegada do que, para alguns estudiosos, denominou-se Terceira Revolução Industrial, que marca a introdução de novos elementos na nossa indústria, com ênfase na área de tecnologia com aprimoramento na eletrônica e na mecânica, foi necessário um novo formato e uma nova dinâmica capazes de adaptar a força de trabalho às demandas do momento.

A educação profissional foi a grande aposta do governo de Dilma Rousseff, não apenas na perspectiva de qualificar a mão de obra, mas para melhorar a qualidade do ensino e atender às necessidades do mundo do trabalho concernente ao apagão de mão de obra especializada que demandava a sociedade.

Assim, o Governo Brasileiro, por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, instituiu o Pronatec, o qual foi criado para expandir e democratizar a oferta de cursos relacionados à Educação Profissional, promovendo cursos gratuitos de qualidade, reconhecidos pelo Ministério da Educação e pelo mercado. Em sua vertente voltada às pessoas de baixa renda, o programa é conhecido como Pronatec Brasil sem Miséria, sendo estratégico para o processo de desenvolvimento do país com inclusão social. Com esse programa, foi possível expandir, interiorizar e

democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica além de possibilitar inúmeras oportunidades educacionais para os jovens e para os trabalhadores. Segundo dados do MDS (2015) e conforme Montagner e Muller (2015), foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas até 2014, com a expansão física de redes públicas e a ampliação de matrículas em cursos presenciais e a distância com a participação das diversas redes de educação profissional e tecnológica e quinze ministérios. Ocorreram entre 2011 e 2014, 2,3 milhões de matrículas em mais de 220 cursos técnicos e 5,8 milhões em mais de 640 cursos de formação inicial e continuada (FIC), alcançando mais de 4 mil municípios e 98% das microrregiões do Brasil.

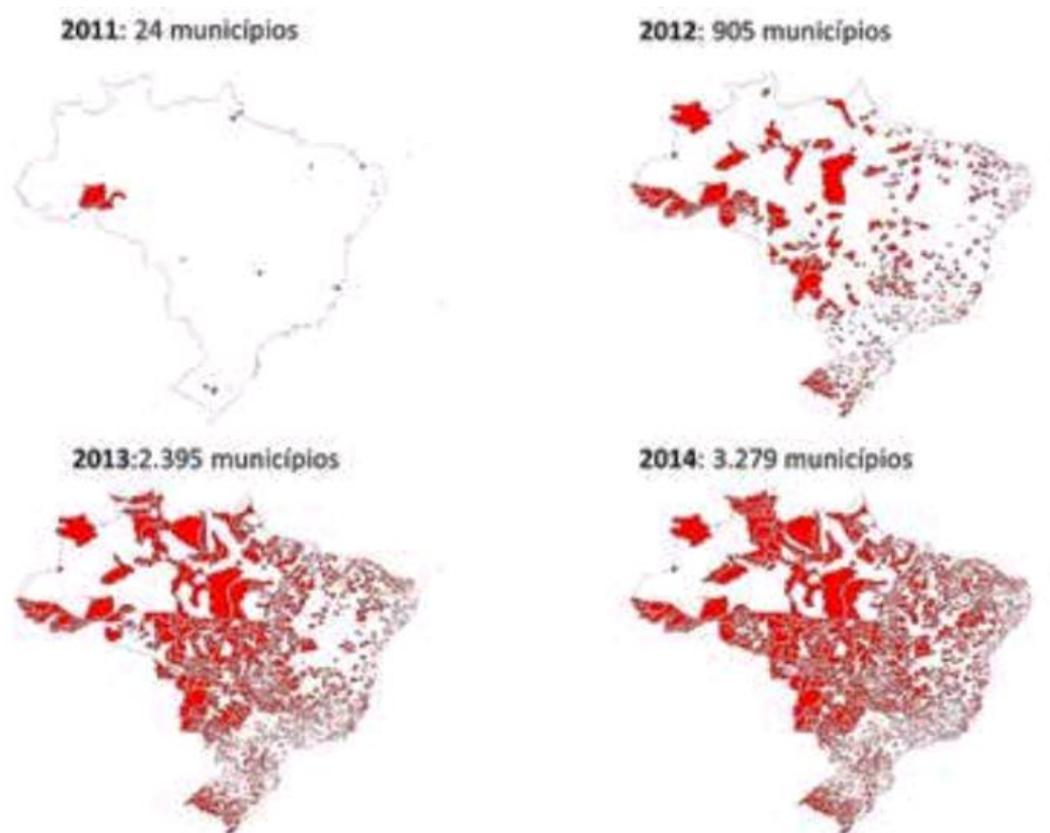


Figura 1 - Mapa de Expansão de matrículas no Pronatec no período de 2011 a 2014 no território Nacional

Fonte: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate - N 24 (2015)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - BRASÍLIA - DF

Com expressiva cobertura territorial, o mesmo cumpre um significativo papel quando observados os dados oficiais do MDS, os quais apontam que 63% dos

matriculados são inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais, e mais da metade são beneficiários do Programa Bolsa Família, evidenciando que esse público, além de buscar a formação e a capacitação, procura vencer as limitações impostas pela ausência do Estado de ofertar, em etapas anteriores de suas vidas, formação escolar. (MONTAGNER; MULLER, 2015).

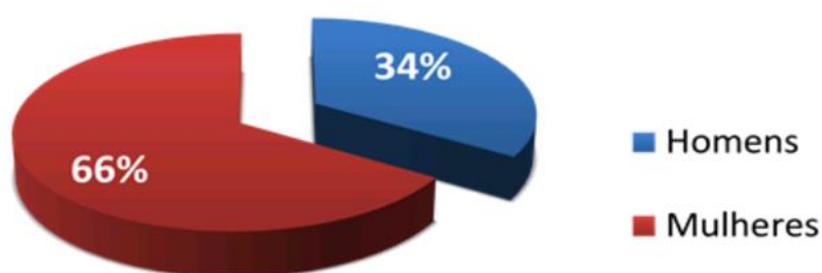


Figura 2 - Caracterização das matrículas por sexo

Fonte: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate - N 24 (2015)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - BRASILIA - DF

Segundo dados do MDS, as principais características dos alunos matriculados no Programa mostram uma presença majoritária de adolescentes e jovens, mulheres e negros (incluindo pretos e pardos); sem dúvida, uma camada da população que apresenta as maiores fragilidades de inserção ao mundo do trabalho.

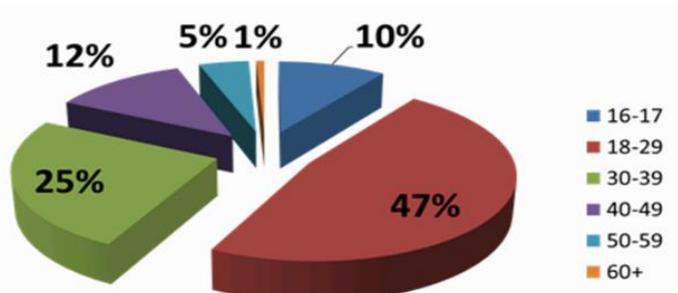


Figura 3 - Caracterização das matrículas por faixa etária

Fonte: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate - N 24 (2015)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - BRASILIA - DF

Dentre os cursos de FIC, destacou-se o Bolsa-Formação, que atua com as modalidades: trabalhador e estudante. A primeira (trabalhador) refere-se a cursos de formação inicial e continuada – FIC – ou qualificação profissional (que, no Pronatec, por imperativo legal, possui no mínimo 160 horas-aula), preferencialmente para beneficiários do seguro-desemprego e de programas de inclusão produtiva do Governo Federal. A segunda (estudante) oferece cursos técnicos de nível médio (com pelo menos 800 horas-aula) preferencialmente para estudantes da rede pública. As metas na iniciativa Bolsa-Formação, para o período 2011-2014, que eram de 411.190 vagas em cursos técnicos e de 2.574.102 vagas em cursos FIC, foram alcançadas e também ultrapassadas segundo dados constantes dos Cadernos de Estudos do MDS. (MONTAGNER; MULLER, 2015).

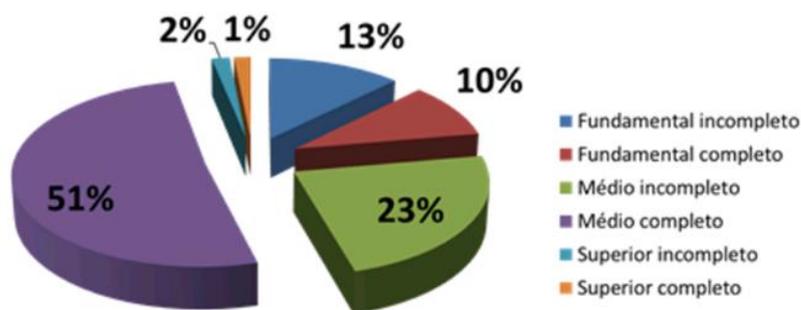


Figura 4 - Caracterização das matrículas por escolaridade

Fonte: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate - N 24 (2015)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - BRASÍLIA - DF

Diante do exposto, observa-se que, dentro desse contexto, a educação profissional e tecnológica ganhou destaque nas políticas voltadas ao desenvolvimento do país sem, contudo, perder de vista a inclusão social. Assim, a breve contextualização da educação profissional no Brasil nos faz perceber que, de uma forma ou de outra, ocuparam espaço no cenário brasileiro a discussão e, significativamente, as ações referentes à atuação da educação profissional, mesmo que nem sempre a tão esperada formação humana e cidadã estivesse pujante no bojo da trajetória e da atuação da EPT no Brasil. Ainda assim, há de se considerar a expansão e consolidação da educação profissional no Brasil além da inserção do Pronatec, bem como o seu impacto e relevância para o mundo do trabalho.

2.2 O IFNMG e sua abrangência

O IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais –, em sua abrangência, trata-se de uma estratégia de ação política e de transformação social para as regiões Norte, Nordeste, Jequitinhonha e parte da região Noroeste.

E é nesse contexto que surge o IFNMG com Campus na cidade de Arinos, município com área territorial de 5.279,419 Km², população de 18.210, e IDHM 2010 0,656, com grande extensão territorial, fazendo limites com os seguintes municípios: Formoso, Buritis, Unaí, Uruana de Minas, Riachinho, Urucuia e Chapada Gaucha, com distância da Cidade de Belo Horizonte de 727 km e de Brasília a 220 km. O IFNMG, ao implantar o seu Campus na Região Noroeste, região do Vale do Urucuia, teve como proposta produzir, disseminar e ampliar o conhecimento para formação dos cidadãos, buscando a formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico daquela região, com desenvolvimento sustentável e perfeita integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo. De acordo com o PDI-IFNMG (2014-2018), o Instituto tem como função social o compromisso de intervir de forma direta nessa região, identificando problemas e criando soluções para o seu desenvolvimento com inclusão social.

A área de abrangência do Instituto Federal do Norte Minas Gerais (IFNMG) é constituída de 126 municípios distribuídos em 03 (três) mesorregiões (Norte de Minas, parte do Noroeste e parte do Jequitinhonha), identificando-as com os seguintes elementos de insustentabilidade socioeconômicos: abrange o semiárido mineiro, englobando sub-regiões heterogêneas que apresentam baixos indicadores de desenvolvimento sociais, os quais se refletem nas limitações do capital social regional; êxodo rural-urbano acentuado, através do qual as microrregiões baseadas em atividades econômicas tradicionais apresentam perda populacional para as outras mais dinâmicas; atividades de exploração do carvão, representando condições de produção e relações de trabalho precárias e informais; e, são encontrados os piores indicadores de infraestrutura social, especialmente de saneamento básico, da região Sudeste e carências crescentes na oferta de equipamentos e serviços de consumo coletivo (Cadernos BDMG, 2006).

Nessa perspectiva, surge a criação do IFNMG que tem como função social o compromisso de intervir nessas regiões, identificando os problemas e

criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social. Ressalta-se que a educação profissional no Brasil, atualmente, fundamenta-se em uma política de expansão e de reordenamento. Presencia-se, assim, uma expansão da oferta da educação profissional e tecnológica com a criação dos Institutos Federais. Nesse contexto, analisa-se a execução de uma política pública concebida pelo Governo Federal para a inclusão produtiva e a geração de renda de seus beneficiários. A análise que se pretende desenvolver centra-se no tipo de concepção de qualificação circunscrita ao Programa. Nesse sentido, problematiza-se um dos pressupostos do Programa de que a qualificação concebida no Pronatec apresenta implicações na melhoria da qualidade de vida e de geração de emprego e renda e, portanto, na formação cidadã. Pressupõe-se que tal programa da forma como vem sendo conduzido pode causar significativos impactos na garantia de uma formação integral e cidadã no contexto das políticas de expansão da educação profissional e tecnológica do IFNMG.

O acesso à educação no Brasil e o tipo de educação obtido são condizentes com a origem socioeconômica do cidadão, uma vez que, aos filhos de classe média-alta e alta, é previsto o acesso a uma educação com base nas ciências e nas artes, de caráter privado e de alto custo mensal, enquanto aos filhos da classe trabalhadora tal oferta é inacessível. Portanto, tem-se como crítica o tipo de oferta educacional no ensino médio que não se organiza na perspectiva de uma formação integral, com a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica como traço presente na educação brasileira, proveniente da separação entre a educação ofertada aos filhos de elite e aquela destinada aos filhos dos trabalhadores (BRASIL, MEC/SETEC, 2007 b, p. 25-26; AMORIM, 2013).

A educação profissional, no Brasil, atualmente, fundamenta-se em uma política de expansão e de reordenamento que teve relevância no governo Luiz Inácio Lula da Silva e com continuidade na gestão da presidente Dilma Rousseff. Assinala-se, dessa forma, a criação dos Institutos Federais. Assim, é importante ressaltar, conforme Castioni (2009, p.37):

Os resultados em educação não dependem apenas de medidas de cunho pedagógico; dependem de um conjunto de ações que conformam o contexto onde os empreendimentos públicos de educação estão inseridos. Seria bom que a educação pudesse liderar esse processo, e isso depende de cada um de nós nas nossas práticas diárias, na relação com o aluno, com a comunidade. É pensar a educação como libertadora e emancipadora, no dizer de Paulo Freire.

Nessa perspectiva, Castioni (2009) faz uma reflexão sobre a importância dos “Institutos Federais que têm importante missão de, a partir da educação e do conhecimento, contribuir para o desenvolvimento deste país”. E, assim, não é diferente no vale do Urucuia quando acolhe o IF, tornando-o parte integrante desse imenso território com propósito de “educar, e educar para a vida”. (CASTIONI, 2009 p. 53).

2.3 O Pronatec no IFNMG

Em abril de 2011, foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o objetivo principal de “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de

formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país” (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011) mediante a criação de Bolsas e de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico. Evidencia-se, assim, que a educação profissional é a grande aposta do governo de Dilma Rousseff para qualificar a mão de obra do país; contudo, há de se considerarem os caminhos percorridos para melhorar a qualidade do ensino. O Pronatec foi pensado inicialmente como uma das possibilidades para fortalecer e melhorar o nível do ensino médio, por intermédio da formação do aluno para o mundo do trabalho. O objetivo é financiar cursos profissionalizantes no nível médio para pessoas de baixa renda e podendo também abranger os trabalhadores com interesse em participar da qualificação profissional. Assim, a Bolsa-Formação Trabalhador constitui uma das iniciativas do Pronatec, com a finalidade de contribuir de forma direta para a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica para grupos em situação de vulnerabilidade social. A Bolsa-Formação Trabalhador tem como prioridade o atendimento a trabalhadores com diversos perfis e beneficiários de programas federais de transferência de renda, além de representar uma oportunidade de aproximação com o mundo do trabalho para os estudantes matriculados no ensino médio da rede pública. Os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional no âmbito da Bolsa-Formação são ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; os Serviços Nacionais de Aprendizagem SENAI, SENAC e SENAR e as Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, além de parceiros demandantes, em particular, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. (MEC, 2012). O Pronatec apresenta um processo de gestão centralizada no nível federal e descentralizada na sua implementação, e o impacto das parcerias privadas imprime um movimento de conservação em relação à Política de Educação Profissional dos anos 1990. Demonstra que as políticas educacionais encerram linguagens diferentes, apresentam discursos ideológicos, não são lineares e podem ser contraditórias, pois pertencem a sociedades determinadas em tempo e espaço e apresentam projetos defendidos por sujeitos com interesses diversos (SALDANHA, 2012, p. 10).

Para Novaes (2012), com a atuação do Pronatec, ocorre um aumento no número de vagas de cursos da educação básica em relação aos cursos

concomitantes e aos cursos de Formação Inicial Continuada (FIC). No entanto, evidencia-se que tal atuação não promove avanços no que se refere ao ensino médio integrado no país. Nesse sentido, a ampliação de vagas não significa, necessariamente, ampliação e financiamento na escola pública, uma vez que o programa dá uma abertura questionável para as redes privadas de ensino, no tocante aos investimentos nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, aos financiamentos dos cursos da rede particular e ainda quando possibilita que empresas adquiram financiamento para a formação inicial, continuada ou qualificação profissional de seus funcionários. Assim, um significativo investimento público no sistema privado é ocasionado por intermédio do Pronatec. Outros pontos são levantados pela autora em se tratando da Lei nº 12.513 que não prevê dois problemas básicos na educação brasileira, que é a formação continuada de professores e o incentivo à pesquisa. Ressalta-se, ainda, a condução do programa que pode ocasionar uma precarização do ensino considerando a forma de contratação temporária dos profissionais que atuam como autores de materiais didáticos, supervisores, professores e técnicos administrativos. A questão da elevação de escolaridade é outro aspecto bastante pontuado no contexto do Programa.

Nessa perspectiva, Carvalho (2013, p.78) ressalta:

O que interessa, sobretudo, é reafirmar que o processo de qualificação dos trabalhadores não pode se restringir a um mero adestramento para ocupação de determinado posto. Ao contrário da concepção da educação profissional aqui adotada, esta qualificação passa pela educação formal e assume uma dimensão de forma integral. Mas, que papel a educação profissional tem assumido historicamente? Ao recuperarmos a trajetória da educação profissional, vemos que a concepção econômico-tecnicista, identificada como hegemônica no debate atual não surge agora, apenas encontrando nesse momento histórico, condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Em se tratando da atuação do Pronatec, corrobora-se com Carvalho (2013) quando se faz uma reflexão sobre o papel da educação, do conhecimento e do educador, considerando que a autora enfatiza que, na sociedade atual, o papel da educação e do conhecimento exige a redefinição do papel do educador, que pode ocasionar um processo de profissionalização tendo como princípio a melhoria das

condições de trabalho e do desenvolvimento da capacidade profissional, que são aspectos fundamentais ao crescimento da sua atividade.

Portanto, enfatiza-se a necessidade de reflexões e debates constantes sobre os princípios da educação democrática, pública e gratuita: cidadania, participação, autonomia, sustentabilidade e solidariedade; e tal exercício requer o cultivo constante de valores que visem à abertura ao diálogo, e, principalmente, ao reconhecimento da pluralidade de interesses convergentes em um processo tão amplo, complexo e abrangente pelo qual passa a consolidação do Programa.

Assim, as discussões tratadas aqui nos remetem a formular a problemática da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, especificamente, no *lócus* de atuação do IFNMG – Campus Arinos, na região do Vale do Urucuia. Busca-se primeiro conhecer e reconhecer quem é esse público nesse tecido social, ou seja, saber quem é o articulador do Bolsa Família no município, como é feito o encaminhamento para os cursos pactuados, a recepção do beneficiário quanto à importância dos cursos em suas vidas, em que o curso favorece e os efeitos provocados, bem como entender qual o papel do IFNMG nessa região e na vida de sua população. No entanto, acredita-se que se está diante de alguns desafios, bem como conhecer se o curso frequentado provoca elevação da escolaridade, inclusão, relação familiar, empregabilidade e geração de renda.

Considerando Montagner e Muller (2015), o Pronatec/Bolsa-Formação é uma iniciativa que agrega o conhecimento acumulado em experiências anteriores das redes da assistência social, articulado com as instituições da Rede Federal – Institutos Federais e Escolas vinculadas às Universidades Federais –, as redes Estaduais e Distrital de educação profissional e tecnológica e os Serviços Nacionais de Aprendizagem. Assim, tornou-se possível realizar 2,8 milhões de matrículas em cursos técnicos e de FIC, em 72% dos municípios brasileiros, com crescente sintonia na oferta de cursos, relacionados com áreas de maior geração de emprego e de trabalho para microempreendedores individuais.

Assim, os autores apresentam:

Bolsa-Formação – criada pela Lei 12.513, de 2011, tem como propósito potencializar a oferta de cursos técnicos de nível médio, com a Bolsa-Formação Estudante, e de cursos de formação inicial e continuada, com a Bolsa-Formação Trabalhador, aproveitando a capacidade instalada nas redes públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, nos serviços nacionais de aprendizagem e

nas instituições de ensino superior, para atender os seguintes públicos:

- estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
- beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. (MONTAGNER; MULLER 2015, p. 26).

Ainda de acordo com os referidos autores, além de estabelecer essas prioridades, a Lei 12.513, de 2011, prevê o estímulo à participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física; atendimento aos povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; bem como o estímulo à participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. (MONTAGNER; MULLER, 2015).

Dessa maneira, para Montagner e Muller (2015), o Pronatec notoriamente destaca-se na agenda de políticas sociais, quando passa a convocar as instituições de educação profissional e tecnológica no sentido de compreender e articular as políticas de educação, de trabalho e de desenvolvimento social e econômico, com o intuito de reconhecer demandas objetivas de cada contexto e as necessidades e interesses dos indivíduos. Assim, a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica passa a ser sustentada na identificação das demandas de qualificação profissional e tem a orientação de princípios político-pedagógicos, a saber: direito ao pleno desenvolvimento pessoal, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

2.4 Bolsa Família e Bolsa-Formação Trabalhador no contexto do Vale do Urucuia

Em se tratando da discussão relativa à Bolsa Família e Bolsa-Formação trabalhador, necessário se faz retomar a reflexão de Pochmann (2011) que retrata:

A despeito da ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, da incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e da inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros, o endividamento público caiu de mais de 55% do PIB, em 2002, para cerca de 40% do PIB, em 2010. Simultaneamente, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar ao leito da forte ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais e de renda e ocupação.

Atualmente, a dinâmica da economia nacional encontra-se associada ao comportamento do gasto social, pois responde pelo fortalecimento do setor privado na produção de bens e serviços adequados à crescente demanda decorrente do processo de inclusão de enormes segmentos tradicionalmente excluídos. Assim, o gasto social, ao mesmo tempo em que representa uma ferramenta fundamental na promoção da coesão da sociedade brasileira, torna-se cada vez mais o multiplicador da incorporação pelo mercado de consumo. Distribuir para ampliar os horizontes da economia e fazer crescer mais rapidamente a renda para redistribuí-la menos desigualmente configuram a singular experiência de liderança mundial, sobretudo após a crise internacional de 2008, que tem no Brasil, Índia e China os propulsores do novo desenvolvimentismo internacional. (POCHMANN, 2011, p. 18,19).

Nesse sentido das oportunidades educacionais, cabe destacar a atuação do IFNMG – Campus Arinos no contexto do Vale do Urucuia referente à Bolsa-Formação trabalhador. Dessa natureza, no Campus e Unidades Remotas Vinculadas, são efetivadas 80 matrículas para o curso na categoria Mulheres Mil, sendo 40 para padeiro e 40 para auxiliar de costura. Tais cursos representam de forma bastante significativa qualidade de vida das mulheres inseridas, bem como possibilitam a inserção, autonomia e inclusão no próprio núcleo familiar e na comunidade em geral. Dentre a oferta de cursos FIC, resultou-se em 1.050 matrículas referentes aos cursos: língua brasileira de sinais, cuidador de idoso, auxiliar financeiro, condutor cultural local, assistente de produção cultural, recepcionista, espanhol básico, agricultor familiar, vendedor, cuidador infantil, auxiliar administrativo, manicure e pedicure, domador de cavalos, cabeleireiro, apicultor e massagista.

Assim, pode-se perceber que, no cenário da expansão da Rede Federal de EPCT, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas na rede federal, tendo como prioridade os Territórios da Cidadania e como beneficiários os estudantes egressos do ensino fundamental e médio, no Vale do Urucuia, tal papel vem sendo

desenvolvido. Ressalta-se que a formação ofertada no IFNMG provoca mudanças significativas, como o alcance do sucesso profissional, a elevação da escolaridade e da renda, a ampliação das possibilidades no mundo do trabalho e, sobretudo, o amadurecimento intelectual e social, ou seja, a autonomia para a vida e para o mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que este estudo busca ampliar a produção teórica acerca da atuação educação profissional, propiciar novas análises sobre a expansão da educação profissional e, em específico, a atuação do Pronatec. Acredita-se, assim, ser inovador para a região do Vale do Urucuia e Minas Gerais.

Pelo exposto, vale mencionar a importância da investigação acerca da atuação do Bolsa Família e Bolsa-Formação Trabalhador no contexto do Vale do Urucuia, enfatizando a articulação entre Pronatec e o Bolsa Família e as novas oportunidades aos beneficiários no Vale do Urucuia, bem como os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de Estudo

Carvalho e Silveira (2008) demonstram a importância de se observar a dinamicidade do espaço das relações sociais e econômicas, que se constitui num locus de constantes transformações, apontando para desafios no processo educacional e de formação.

Cabe ressaltar que se trata de um estudo empírico com abordagem qualitativa, pois, de acordo com Minayo e Sanches (1993), a natureza qualitativa da pesquisa possibilita o acesso à realidade social e a critérios que são capazes de estabelecer os procedimentos e as regras interpretativas, adequados para a representação dos processos de construção do senso dos atores sociais.

Para Lakatos e Marconi (2007), a abordagem qualitativa tem a preocupação de analisar e interpretar aspectos mais profundos, que descrevem a complexidade do comportamento humano; portanto, fornece uma análise mais detalhada da investigação.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, neste estudo, além do desenho qualitativo, julgaram-se necessárias algumas quantificações ilustrativas e a caracterização sociodemográfica e ocupacional dos alunos e dos egressos do Pronatec na modalidade Bolsa-Formação. Portanto, tem-se um estudo que focaliza as condições/situações sociais e de trabalho dessas pessoas antes e depois do curso. Nesse sentido, utilizaram-se os seguintes procedimentos: questionários para levantamento do perfil dos participantes do Pronatec; Discussão de Grupo, considerando a participação de alunos, egressos, pactuadores e pais ou responsáveis, com objetivo de levantar os efeitos na vida deles (emprego, relação familiar, inclusão, geração de renda, escolaridade, etc.) e, ainda, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas.

3.2 População Local e Participantes da Pesquisa

O trabalho empírico foi realizado na área do IFNMG – Campus Arinos em sua abrangência territorial, ou seja, a região do Urucuia, no Noroeste de Minas, com base inicialmente em um estudo exploratório documental no referido contexto. Para

a efetivação das entrevistas, realizaram-se entrevistas com alunos, egressos, representantes dos municípios, gestores e coordenadores do Pronatec no âmbito de atuação do IFNMG na região do vale do Urucuia. E, ainda, contou-se com membros das famílias dos Alunos e Egressos os quais foram determinantes para a compreensão da realidade e da dinâmica social, familiar, sobre aspectos atitudinais, na perspectiva da inclusão produtiva, objetivo maior da articulação dos programas de governo em que está inserido o Pronatec.



Figura 6 - Mapa do Noroeste de Minas

Fonte: <<http://www.minas-gerais.net/diretorio/catimages/mapa-noroestedeminas.gif>>

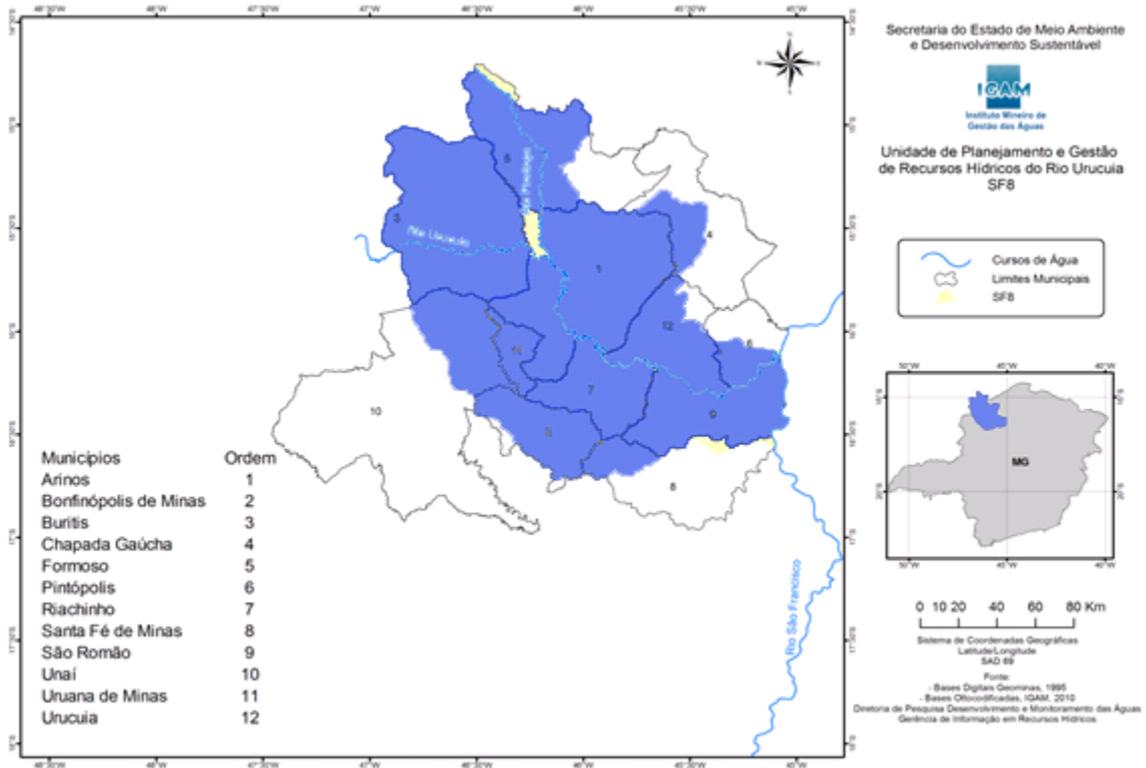


Figura 7 - Mapa de Localização da Região do Vale do Urucuia

Fonte: <<http://www.minas-gerais.net/diretorio/catimages/mapa-noroestedeminas.gif>>

Para as entrevistas (APÊNDICE A, B, C, D e E), os informantes foram escolhidos aleatoriamente dentre alunos e egressos dos cursos, totalizando 26 (vinte e seis) e, ainda, 04 (quatro) secretários municipais, que representam os municípios demandantes, 03 (três) coordenadores, 04 (quatro) membros da família, 03 (três) dirigentes. Contou-se também com a realização de 1 (um) grupo focal, com 10 (dez) alunos. Considerando toda a dinâmica do espaço territorial do vale do Urucuia, região Noroeste de Minas com baixa densidade demográfica e pouca infraestrutura de mobilidade, realizou-se somente uma Discussão de Grupo.

Portanto, o grupo de participantes da pesquisa foi constituído de 50 pessoas, dentre os quais estão alunos e egressos, em um universo de aproximadamente 1200 matrículas pactuadas e realizadas para o biênio 2013/2014. A escolha dos alunos e egressos foi feita por amostra qualificada, priorizando os que tiveram a saída de sua matrícula com êxito, ou seja, tenham concluído e, ainda, em diferentes faixas etárias, dentre os que aceitaram participar. Cumpre ressaltar que, de acordo com a necessidade, outras entrevistas surgiram no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Cabe também evidenciar que é majoritária a oferta de cursos do FIC no IFNMG, como se inferem os dados institucionais aqui apresentados,

compreendendo, assim, os fatores socioeconômicos da região, pois, tal programa é instrumento significativo de transformação e de desenvolvimento regional.

3.2.1 O Vale do Urucuia, Noroeste de Minas: Concepções Políticas e Estruturais

O Vale do Urucuia, inserido na região Noroeste de Minas Gerais, caracteriza-se por grande variedade de ordem social e econômica, apresentando clima semiárido, altas temperaturas, irregularidades de chuvas, com longos períodos secos e ainda com pouca concentração de chuvas em alguns meses do ano. A somatória de todos esses fatores em uma região tipicamente agrícola produz fortes desequilíbrios socioeconômicos, a saber: altas taxas de mortalidade infantil, pobreza, analfabetismo, subnutrição, baixo dinamismo econômico e grande dependência de recursos e programas governamentais.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional - MI (2010, p.26):

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semiárido constitui uma das sub-regiões que mais dependem de políticas públicas diversificadas, voltadas para a eliminação dos efeitos sociais e econômicos decorrentes das adversidades climáticas a que a área está submetida.

Dessa forma, constitui-se o Vale do Urucuia como uma região de grande insustentabilidade de ordem socioeconômica, com baixos indicadores de desenvolvimento social e com condições de produção e de trabalho precárias.

É claro, também, que não podem passar despercebidas algumas particularidades da região do Vale do Urucuia, como mencionado, inserido na região do Noroeste de Minas. Em 2008, o Governo Federal, ao lançar o programa Território da Cidadania, delimitou macrorregiões, e a região noroeste de Minas, por reunir os seguintes municípios, a saber: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Urucuia, Varjão de Minas, Vazante e Chapada Gaúcha (<http://sit.mda.gov.br>), acabou obtendo com isso a

identidade coletiva e territorial, recebendo a denominação: Território da Cidadania Noroeste de Minas, segundo dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2010) do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O território do Noroeste de Minas, onde está inserido o Vale do Urucuia, tem como característica sua vasta extensão territorial, uma área de 60.906,30 km², equivalente a 10,38% da área de todo o Estado de Minas Gerais, contendo apenas 1,60% da população do estado, o que resulta em apenas 5,15 hab./km², enquanto o estado tem 33,41 hab./km². Possui características heterogêneas, fruto também de sua divisão geográfica em duas importantes bacias hidrográficas, a do Rio Paracatu e a do Rio Urucuia.

Essa característica de heterogeneidade tem forte impacto também no aspecto socioeconômico da região, no qual ficam evidenciadas duas situações distintas: em primeiro plano, um número de municípios com sérias demandas de políticas públicas e, conseqüentemente, com baixos indicadores sociais; em outro plano, alguns municípios com empregabilidade e renda que diminuem os indicadores de pobreza tão acentuados em outros municípios da região.

Segundo dados do Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009, considerando como parâmetro os habitantes com renda inferior a R\$ 70,00, linha de pobreza definida pelo Programa de Erradicação da Pobreza, no Território Noroeste de Minas, 9% da população está abaixo da linha de pobreza, enquanto a média do Estado é de 5%. Na microrregião de Arinos, todos os municípios possuem patamar superior a 17% da população abaixo da linha de pobreza extrema. Já no município de Pintópolis, chega a 30%. Na Microrregião de João Pinheiro, Santa Fé de Minas tem 19% da população abaixo da linha de pobreza, e o restante entre 7% a 4%. A microrregião de Paracatu reúne um conjunto de municípios entre 4% a 9% da população abaixo da linha de pobreza. O patamar de 9% no território gerou 27.840 habitantes abaixo da linha de pobreza. Evidencia-se que o valor do IDH 2000 para todos os municípios é menor que a média estadual (0,773). Assim, a renda média de todos os municípios, em agosto de 2010, foi inferior à média mineira (R\$ 773,00). Em vários municípios, está-se próximo ao piso de menor rendimento do Estado. Tais municípios registraram crescimento expressivo na renda, pelo menos parte é explicada pelos programas sociais dos anos 2000.

3.2.2 Pactuação 2014 – Pronatec – Mulheres Mil

3.2.2.1 IFNMG – Bolsa-Formação

Tabela 1 - Bolsa-Formação – Municípios e Cursos

Campus	Mulheres Mil	FIC	Técnico	Total
Almenara	80	719	0	799
Araçuaí	60	305	0	365
Arinos	80	1050	0	1130
Januária	200	2896	0	3096
Montes Claros	70	2997	0	3067
Pirapora	240	733	118	1091
Salinas	120	2240	0	2360
Soma	850	10940	118	11908

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.2.2.2 Campus Arinos e Unidades Remotas Vinculadas –Urs

Tabela 2 - Campus Arinos – Consolidado: Categoria/ Vagas

Categoria	N. de vagas
Mulheres Mil	80
Cursos FIC	1050
Cursos Técnicos	0
Total	1130

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

Tabela 3 - Arinos – Município (Mulheres Mil: Bolsa-Formação)

Nome do Curso	Vagas
Padeiro	40
Auxiliar de Costura	40
Soma	80

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

Tabela 4 -Cursos FIC/ Vagas (Arinos)

Nome do Curso	Vagas
Língua Brasileira de Sinais	30
Cuidador de Idoso	30
Auxiliar Financeiro	40
Condutor Cultural Local	40
Assistente de Produção Cultural	40
Recepcionista	20
Espanhol Básico	20
Agricultor Familiar	40
Soma	260

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.2.2.3 UR Buritis

Tabela 5 - Cursos FIC/ Vagas (UR Buritis)

Nome do Curso	Vagas
Vendedor	40
Cuidador Infantil	30
Cuidador de Idoso	40
Agricultor Familiar	40
Soma	120

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.2.2.4 UR Chapada Gaúcha

Tabela 6 - Cursos FIC/ Vagas (Chapada Gaúcha)

Nome do Curso	Vagas
Vendedor	40
Cuidador Infantil	30
Auxiliar Administrativo	20
Agricultor Familiar	40
Soma	130

Fonte: Ministério Da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.2.2.5 UR Formoso

Tabela 7 -Cursos FIC/ Vagas (Formoso)

Nome do Curso	Vagas
Vendedor	40
Horticultor Orgânico	40
Soma	80

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.2.2.6 UR Unai

Tabela 8 - Cursos FIC/ Vagas (Unai)

Nome do Curso	Vagas
Vendedor	40
Cuidador Infantil	30
Auxiliar Administrativo	20
Agricultor Familiar	40
Soma	130

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.2.2.7 UR Urucuia

Tabela 9 - Cursos FIC/ Vagas (Urucuia)

Nome do Curso	Vagas
Vendedor	40
Cuidador Infantil	30
Auxiliar Administrativo	20
Agricultor Familiar	40
Soma	130

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. . (2014).

3.2.2.8 UR Riachinho

Tabela 10 - Cursos FIC/ Vagas (Riachinho)

Nome do Curso	Vagas
Manicure e Pedicure	20
Domador de Cavalos	30
Cabeleireiro	20
Apicultor	30
Agricultor Familiar	40
Massagista	30
Soma	170

Fonte: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Pró – Reitoria de Extensão. (2014).

3.3 Procedimentos de Coleta e de Análise

Para o trabalho em questão, foram totalizadas entrevistas com 50 pessoas, circunscritas ao Campus Arinos, inseridas no Pronatec, além disso, tiveram como eixo norteador um roteiro semiestruturado que explorou as condições/situações de vida e de trabalho dos alunos e que incluiu: perfil com dados gerais dos mesmos, trajetória social e econômica e se o curso proporcionou aos concluintes ocupação e renda.

Cumprе ressaltar o aspecto relevante das entrevistas, uma vez que são responsáveis pela interação concernente ao pesquisador e pesquisado, além de promover maior compreensão e entendimento do contexto em abordagem.

Considera-se que, em conformidade com Lakatos e Marconi (2007), a entrevista semiestruturada é uma técnica que auxilia o entrevistador com base em

um roteiro previamente elaborado, que busca proporcionar uma interação social, sendo, contudo, uma forte maneira de estabelecer um diálogo assimétrico.

Enfatiza-se que, para maior consistência no aspecto da coleta e, conseqüentemente, geração de dados, algumas informações documentais do Programa, bem como do contexto inerente à sua atuação, foram complementadas com a observação e o diário de campo que se apresentaram determinantes para o registro de reflexões e impressões dos alunos no âmbito do Programa e dos agentes inseridos no contexto desses alunos.

Sendo assim, pode-se constatar que a observação é um elemento de extrema relevância para a pesquisa, passando pela formulação do problema, construção de hipóteses, coleta e análise até a interpretação dos dados (Gil, 1991).

Optou-se pela caracterização de um perfil sociodemográfico e ocupacional dos alunos do Programa e de analisar dinâmicas da vida dos mesmos nas comunidades onde estão inseridos, demanda que culminou na realização de uma Discussão de Grupo, que proporcionou maior interação com as pessoas envolvidas e potencializou um debate fluido e natural, de vários assuntos referentes aos modos de vida e trabalho dos envolvidos no Pronatec.

Abaixo, segue o quadro descritivo para os procedimentos de coleta de dados, sujeitos envolvidos e o perfil.

Quadro 1 - Procedimentos de coleta de dados, sujeitos envolvidos e o perfil

Procedimento de Coleta	Participantes	Perfil
Entrevista Semiestruturada	- 05 alunos - 21 egressos	Alunos e egressos do Bolsa-Formação/Pronatec
Entrevista Semiestruturada	- 04 membros das famílias	Esposos, Irmão, Filho
Entrevista Semiestruturada	Representantes dos demandantes, em cada município, sendo: 04 Secretários Municipais (Assistência Social e Educação), 03 coordenadores dos cursos do Pronatec, 03 dirigentes do IFNMG	Secretários Municipais, coordenadores de curso e gestores do IFNMG.
Discussão de Grupo	-- 10 alunos	Alunos

A coleta de dados contou, ainda, com pesquisa documental que possibilitará o diagnóstico dos contextos social e econômico, referente ao local da

pesquisa, favorecendo a análise da infraestrutura, situação organizacional, perfil dos alunos, formas de perspectivas de inserção ao mundo do trabalho e outros.

Dessa forma, evidencia-se que o trabalho de entrevistas propiciou uma caracterização dos participantes da pesquisa, com os dados: faixa etária, sexo, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade, atividades de atuação, beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal, número de filhos e faixa etária dos filhos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, anteriormente à pesquisa exploratória, efetivaram-se alguns contatos com as Prefeituras dos Municípios de Chapada Gaúcha, Riachinho, Urucuia e Formoso, municípios demandantes para identificar quais setores eram responsáveis pela execução do programa no âmbito do município. Assim, com a pretensão de buscar um conjunto de informações que subjaz impressões e percepções, necessário se fez visitar os municípios, tentando conhecer as suas dinâmicas e, também, com o intuito de localizar o público egresso do Programa Bolsa-Formação, com apoio do CRAS e das Secretarias de Educação Local. Ressalta-se, ainda, a participação no evento de formatura das Turmas do Bolsa-Formação no município de Urucuia, o que permitiu estabelecer um contato com os sujeitos envolvidos no programa, familiares e bem como com lideranças locais.

Assim, em se tratando da dinâmica do trabalho empírico realizado, observou-se que o processo foi determinante para as possibilidades de construção de uma relação que proporcionasse confiança, evidenciando vários aspectos da dinâmica da vida dos entrevistados. Dessa forma, tal processo de relação dialógica provocou, de maneira mais fluida, a realização dos encontros, que sempre ocorreram nas secretarias municipais. Em relação à Discussão de Grupo, foi realizada na cidade de Arinos, nas dependências do IF, com a preocupação de que tais encontros não implicassem alterações no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

Um procedimento que se tornou necessário e padrão para todos os encontros foi a explicação detalhada dos objetivos do trabalho, bem como sucessivos momentos de esclarecimentos para que, assim, a entrevista transcorresse numa relação profícua. Apesar do procedimento, ainda assim, alguns fatores podem ser citados como dificultadores, a princípio, para o andamento das entrevistas: uma certa timidez dos sujeitos envolvidos, alunos, egressos e familiares

que, por vezes, ocasionaram uma falta de fluidez nas entrevistas; o receio de estabelecer uma relação com quem é desconhecido e prestar essas informações. Percebe-se que tal fato é ocasionado pela condição social e econômica dessas pessoas e também por estarem inseridas em uma região cheia de contrastes sociais e econômicos que implicam diretamente na autoestima das pessoas. Vale enfatizar que quanto maiores as possibilidades de crescimento educacional das pessoas, maior a sua autonomia e, conseqüentemente, o seu poder de comunicação e empoderamento. Tal situação pode ser comprovada pela condução das entrevistas com os demandantes, coordenadores de curso e gestores do Programa, que apresentaram muita facilidade na abordagem e, dessa natureza, propiciando uma discussão bastante significativa.

Entretanto, depois do momento inicial de expectativas e dificuldade para o estabelecimento de um processo natural e produtivo nas entrevistas, garantindo uma relação dialógica, os alunos, os egressos e familiares envolveram-se no processo e nos encaminhamentos da pesquisa, aceitando participar das entrevistas e atuando de forma bastante consistente. Portanto, as notas de campo foram fundamentais para se extrair a descrição do contexto físico e social e, ainda, a percepção da espontaneidade e expressividade da vida desses sujeitos, e, por vezes, pode-se dizer que fomos tomados pela emoção diante de entrevistas e bate-papos sobre a dinâmica da vida dessas pessoas, sendo enriquecedoras tais experiências na atuação como docente e como cidadão. Em se tratando da abordagem realizada com os dirigentes, coordenadores, secretários municipais, foi perceptível a disponibilidade de efetivar as entrevistas e contribuir com as informações que couberam a cada um deles. Além dos fatores acima apontados, a mobilização dos egressos desacelerou o processo de coleta de dados, frente a alguns fatores e, dentre eles, o geográfico.

Em se tratando de pesquisa com egressos, Duarte (2009) considera a complexidade e dificuldades bem específicas, apesar de ser um recurso metodológico muito enriquecedor. Para Silveira (2009), o trabalho com egressos constitui-se numa estratégia que apresenta o objetivo de conhecer como os participantes ou beneficiários se apropriam das informações, habilidades e ferramentas que, normalmente, são ofertadas pelo programa educativo. Tal meio pode ser considerado como o mais poderoso e informativo no entendimento da

eficácia de um programa, pois pode favorecer o entendimento e a percepção de como a vida, as práticas e os valores dos sujeitos foram influenciados, ou o que mudou na inserção social, nos valores, no modo de pensar e agir, e, especificamente, na participação no universo do trabalho e da cultura, diretamente associado à participação do sujeito no programa. Ou seja, a pesquisa com egressos, mesmo considerando as suas dificuldades como a localização dos sujeitos; a disposição do egresso em cooperar e a escassez de referenciais teóricos e metodológicos, constitui-se uma fonte privilegiada de informações que é capaz de fazer entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa. (SILVEIRA, 2009).

Em relação à realização da Discussão de Grupo, este foi feito com alunos nas dependências do Campus Arinos. E, para esse momento, foram apresentadas algumas orientações como um guia facilitador para a discussão e para potencializar a relação dialógica. Portanto, inicialmente, fez-se uma explanação do objetivo da reunião e dos procedimentos a serem adotados. Apresentaram-se algumas imagens com a solicitação de prestar atenção em todas elas; em duplas, escolher duas imagens mais marcantes; falar dos critérios/motivos que foram utilizados para a escolha das duas imagens; fazer análise por intermédio de desenhos ou de palavras; falar da relação imagem/participação das mulheres na sociedade atual e dar exemplos de situações de autonomia e poder de decisão das mulheres na região do Vale do Urucuia. Por fim, fazer a apresentação para o grupo.

A técnica de grupo focal é utilizada para coleta de dados que se caracteriza como uma entrevista semiestruturada, que tem um roteiro pré-estabelecido para um grupo pequeno e é dirigida por um moderador, com o objetivo de discutir e comentar um tema, a partir de sua experiência pessoal. Nessa perspectiva, faz-se emergir uma multiplicidade de pontos de vista sobre o tema, possibilitando a construção de um discurso coletivo. (GATTI, 2005).

3.4 Análise dos Dados

Para tratar de aspectos referentes à análise de dados, necessário se faz recorrer às considerações de Bardin (2006) que aponta três fases importantes para a análise, a saber: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise, organiza-se o material para torná-lo

operacional, fazendo a sistematização das ideias iniciais, o que preconiza uma leitura flutuante, escolha dos documentos, ou seja, a demarcação do que será analisado; a formulação das hipóteses e dos objetivos; a referenciação dos índices e elaboração de indicadores. Na segunda fase, tem-se a exploração do material, que conta com a definição de categorias e a identificação das unidades de registro. Tal fase consiste numa etapa bastante importante, pois possibilita ou não a riqueza das interpretações e inferências. Ou seja, é a fase da descrição analítica. Assim, a codificação, a classificação e a categorização são essenciais nessa fase. Na terceira fase, tem-se o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, o que culmina nas interpretações inferenciais; na intuição, na análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

Dessa maneira, neste trabalho, optou-se pela análise de conteúdo, que, conforme Minayo (1996), é uma forma de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que possibilitam encaminhar interpretações mais definitivas.

Assim, conforme Bardin (2006), foram realizados os procedimentos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ou seja, a explicitação, sistematização e expressão de conteúdo de mensagens para se estabelecerem deduções lógicas e justificadas sobre tais mensagens. (BARDIN, 2006).

Nesse aspecto, após a geração das informações das entrevistas, foram feitas as transcrições, a sistematização e a análise de conteúdo por meio de algumas categorias, conforme preconizam os objetivos. Então, em posse da coleta de informações, realizaram-se as transcrições, as quais possibilitaram maior aproximação com o universo da pesquisa, como as categorias e o conhecimento das informações de forma mais sistematizada. Assim, a primeira análise foi feita considerando os aspectos de faixa etária, sexo, nível de escolaridade, estado civil, atividades de atuação (ocupação) e número de filhos.

Salienta-se que, para a análise dos efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia e, ainda, analisar a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar, foram consideradas as categorias: trabalho, renda, fatores de

inclusão, fatores de exclusão, família e relações comunitárias com os seus respectivos aspectos, conforme descrição a seguir:

- Inclusão Social: acesso ao Programa, acesso às informações, aumento do nível de escolaridade, inserção e participação social, autonomia;
- Inclusão Produtiva: trabalho e geração de renda;
- O Papel do IFNMG no Vale do Urucuia – função social;
- Relevância do Programa para a comunidade; para o fortalecimento de políticas públicas; para o Vale do Urucuia e relevância na escolha do curso.

3.5 Considerações Éticas

Em se tratando dos aspectos relativos às considerações éticas, cumpre ressaltar que os participantes inseridos nesta pesquisa foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como, para o uso de imagem, foi assinada a Autorização de Imagem. Em relação aos cursistas e aos que já concluíram, acompanhará o Termo de Consentimento “uma Folha Explicativa”, na qual constaram dados do projeto, instituição de origem, forma de contato, para garantir aos sujeitos a livre participação.

CAPÍTULO 4 - A EXECUÇÃO DO BOLSA-FORMAÇÃO TRABALHADOR PARA OS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO VALE DO URUCUIA

No presente capítulo, abordam-se aspectos relativos à articulação entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia.

É notório que a educação profissional e tecnológica tem ocupado um lugar de relevância na agenda de políticas públicas, fato que faz da educação uma estratégia para as ações de inclusão social e desenvolvimento da sociedade. Exemplo disso é a iniciativa do Pronatec.

Conforme documentos do MEC (2012), o Pronatec, que foi criado no dia 26 de Outubro de 2011, com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela presidente Dilma Rousseff, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional. Ressalta-se que tal Programa prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que objetivaram ofertar oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis, desde a sua implantação. Nesse sentido, posteriormente à sanção da Lei nº 12.513/2011, o MEC lançou uma série de decretos, portarias e resoluções para regulamentar as ações do Pronatec. Assim, conforme o previsto na Lei nº 12.513/2011, Artigo 2º, o Pronatec atenderá prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, incluindo a educação de jovens e adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e os estudantes que tenham cursado o ensino médio.

O Artigo 4º da Lei nº 12.513/2011 define as ações do Programa:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de

bolsa-formação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador; V - financiamento da educação profissional e tecnológica; VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância; VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa; VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego (MEC, 2011).

Nesse contexto de criação do Programa, a presidente Dilma, durante discurso, enfatizou uma das ações do Pronatec:

[...] O Pronatec vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um projeto extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não seja um ensino desfocado da realidade que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de ensino médio que introduz na educação brasileira um momento decisivo, que é a formação técnica profissional. E vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, no qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam, de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento e, portanto, tenham salários cada vez mais adequados (ROUSSEF, 2011).

A intenção do Pronatec é a de ofertar cursos de formação e qualificação profissional para os trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho e a oferta de cursos de formação profissionalizante para alunos do ensino médio. Dessa maneira, salienta-se que o Programa tanto cumpre o seu papel no atendimento ao jovem quanto ao trabalhador.

Em se tratando da organização do Pronatec, conforme preconiza a Lei nº 12.513/2011, Artigo 5º, consideram-se modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, e de educação profissional técnica, os cursos de nível médio. Para os cursos FIC, é necessária a observância ao Guia de Cursos Pronatec FIC, instituído pelo Ministério da Educação; em relação aos cursos de educação profissional técnica de nível médio, a observância far-se-á de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Cabe ressaltar que, para a abordagem dos aspectos relativos à articulação entre o Pronatec e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia, foram consideradas categorias que implicam a percepção do Pronatec como uma forma de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das pessoas e formação para a ampla cidadania, visando à oportunidade de escolhas e consciência crítica diante de um projeto coletivo rumo ao fortalecimento das ações representativas, empreendedoras e democráticas na região noroeste de Minas, Vale do Urucuia.

Assim sendo, a análise que se fez aqui foi centrada no tipo de concepção de qualificação circunscrita ao Programa, que problematizou um de seus pressupostos, o de que a qualificação concebida pelo Pronatec apresenta implicações na melhoria da qualidade de vida da população, possibilitando uma formação cidadã. Nesse sentido, algumas questões foram norteadoras para o delineamento da pesquisa, a saber: a educação profissional ofertada no contexto do Programa, por intermédio do Bolsa-Formação relativa aos cursos técnicos concomitante e FIC, provocou\provoca transformações sociais? Tal formação tem contribuído para a ampliação da cidadania ou denota uma concepção tecnicista e reprodutivista? Portanto, analisou-se a atuação do Pronatec no IFNMG no âmbito da oferta de cursos de formação inicial e continuada considerando o processo de formação na perspectiva da ampliação da cidadania, frente às transformações sociais.

Dessa maneira, para analisar se a articulação entre Pronatec e o Bolsa Família proporciona novas oportunidades aos beneficiários no Vale do Urucuia, a indagação inicial que se tem é: quais os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia. E, ainda, saber qual a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar.

Para tanto, necessário se faz entender a concepção do trabalho como princípio educativo e a concepção do Pronatec/Bolsa-Formação.

4.1 Educação e Trabalho - Pronatec/Bolsa-Formação

Sabe-se de todo enfrentamento social e histórico pelo qual passa a relação educação e trabalho e, mais especificamente, para se fazer valer o trabalho como princípio educativo. Nessa perspectiva, cumpre refletir acerca da educação e trabalho.

O universo do trabalho do Brasil contemporâneo é bastante complexo e heterogêneo. Nas últimas décadas, ao lado do modelo de produção taylorista/fordista (ainda não extinto), um novo paradigma se instala, decorrente das mudanças na base técnica, com ênfase na microeletrônica, e vai provocando novas demandas para a formação dos trabalhadores. É principalmente para essas novas demandas que se volta uma questão de especial relevância que atinge a educação brasileira e particularmente a educação profissional e tecnológica: a carência de trabalhadores qualificados. (BRASIL, 2008, p.32).

Na discussão de Amorim (2013), evidencia-se que a concepção que subjaz dos documentos oriundos do processo de institucionalização dos Institutos é que a educação para o trabalho deve ser compreendida como uma ferramenta capaz de potencializar o ser humano, proporcionando, assim, uma formação mais integral, voltada para a emancipação dos sujeitos e com o compromisso na construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente, ou seja, não cabe a concepção de educação para o trabalho como simplesmente um processo exclusivamente para uma formação que objetive tão somente a ocupação de postos de trabalho. Evidencia-se, ainda, que a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade, pautando-se no compromisso de garantia aos egressos a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento. (BRASIL, 2008, p.9).

Na reflexão do conceito de cidadania, Mendes (2013) propõe uma “nova cidadania”, denominada de cidadania plena e emancipada. Dessa forma, tal conceito tem o propósito de buscar avanços na relação educação e trabalho. Nesse sentido, a autora enfatiza que, para uma cidadania plena e emancipada, faz-se necessária a atuação do Estado não somente como um espaço de luta, mas também como uma relação social de materialização de propostas.

Uma educação nessa perspectiva de emancipação e solidariedade deverá estar atenta para valores que vão além da 'formação para o mercado' e para a competitividade e disputa no mercado de trabalho capitalista. Essa educação deverá ocupar-se de processos de formação que levem em conta a necessidade de se empreender a construção de uma nova ordem econômica, que, ao mesmo tempo em que respeita e estimula a livre iniciativa das pessoas e dos grupos como potencial criador, busca reduzir os abusos do acúmulo do poder econômico. Essa nova ordem econômica e essa nova educação são, pois, mais do que um processo limitado a uma perspectiva produtivista das relações sociais e de trabalho. Constituem-se, assim, uma educação voltada para a transformação e pela luta contra as injustiças sociais (MENDES, 2013, p. 85-86).

Dessa natureza, explicita-se a importância da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica, no tocante à concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na orientação dos processos de formação. Tal perspectiva constitui-se como as dimensões necessárias para a manutenção da autonomia e dos saberes importantes ao permanente exercício da laboralidade, para as ações de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2008, p. 9).

Assim sendo, os documentos evidenciam:

Por sua identidade, à educação, em sentido macro, cabe o dever de produzir e democratizar o conhecimento, na função precípua do estabelecimento do diálogo, objetivando devolver à sociedade o conhecimento acumulado pela humanidade. A ciência deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso. Em seu perfil mais específico, o da formação profissional, cabe-lhe, principalmente, o dever de traduzir o conhecimento científico sob o aparato das tecnologias – aqui também entendidas como manifestação da essência do homem [...] produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciadas por eles. (Ibid, p.34-35).

Nesse contexto, a qualificação humana está relacionada ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano, que se aplicam às condições omnilaterais, portanto, capazes de ampliação da capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral, sendo, assim, uma condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano. Tal perspectiva é constituída no plano dos direitos, e afirma-se que tais direitos não

podem ser mercantilizados; no entanto, quando vêm a ocorrer, é uma agressão elementar à própria condição humana. (FRIGOTTO, 1995, p. 31-32).

Nessa perspectiva, Saviani (2007) afirma:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Contudo, afirma-se que o desenvolvimento científico e tecnológico e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da produção conduzem à sociedade por encaminhar a elevação dos níveis de escolaridade, que inclui evidentemente a qualificação profissional. O país ainda vive momentos bem marcantes em relação à inserção e reinserção profissional de jovens e de trabalhadores. E é importante frisar que a formulação de políticas públicas bem como sua implantação e implementação capaz de potencializar as oportunidades de educação e trabalho é de responsabilidade e função do Estado na garantia dos direitos sociais e humanos do cidadão. Assim, a escolaridade e a qualificação profissional são fatores determinantes para o acesso do cidadão ao mundo do trabalho.

Portanto, não se pode falar dos efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec sem considerar a intrínseca relação trabalho e educação.

4.2 Os efeitos da participação dos Beneficiários do Bolsa Família no Pronatec e a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador

Neste tópico, apresentaremos dados de um estudo sociodemográfico e a contextualização dos sujeitos inseridos na efetivação de políticas de educação por meio do Pronatec na região do vale do Urucuia, o que nos direcionará a uma dimensão de compreensão dos efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, levando em consideração aspectos de inclusão produtiva e social e a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do

Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar.

Em se tratando de análise da caracterização geral da população / municípios onde ocorreram as entrevistas, de acordo com o IBGE Censo (2010) no município de Arinos de 17.674 habitantes residentes, sendo 9.171 de homens e 8.503 de mulheres, sendo que 13.741 pessoas são consideradas alfabetizadas e 1.883 com ocupação. O município de Riachinho de 8.007 habitantes residentes, sendo 4.182 de homens e 3.825 de mulheres sendo que 6.483 pessoas são consideradas alfabetizadas e 431 com ocupação. O Município de Urucuia de 13.604 habitantes residentes, sendo 7.030 de homens e 6.574 de mulheres sendo que 10.680 pessoas são consideradas alfabetizadas e 627 com ocupação. O município de Formoso de 8.177 habitantes residentes, sendo 4.283 de homens e 3.894 de mulheres sendo que 6.074 pessoas são consideradas alfabetizadas e 587 com ocupação. O município de Chapada Gaucha de 10.805 habitantes residentes, sendo 5.636 de homens e 5.169 de mulheres, sendo que 8.101 pessoas são consideradas alfabetizadas e 983 com ocupação. No município de Arinos, o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Rural) é de 170,67 e o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Urbana) é de 340,00 com um PIB per capita a preços correntes (2012) de 9.288,75 reais. No município de Riachinho, o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Rural) é de 184,00 e o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Urbana) é de 264,00 com um PIB per capita a preços correntes (2012) de 8.308,78 reais. No município de Urucuia, o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Rural) é de 176,00 e o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Urbana) é de 265,00 com um PIB per capita a preços correntes (2012) de 6.214,91 reais. No município de Formoso, o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Rural) é de 222,00 e o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Urbana) é de 300,00 com um PIB per capita a preços correntes (2012) de 16.523 reais. E, por último,

no município de Chapada Gaúcha, o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Rural) é de 152,50 e o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (Urbana) é de 318,75 com um PIB per capita a preços correntes (2012) de 7.718,04 reais. No quadro 2, percebem-se diferenças marcantes entre os municípios da região, um primeiro grupo de municípios com sérias demandas, e baixos indicadores sociais; num outro, municípios com melhores indicativos sociais e econômicos, como caracterizado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Caracterização Socioeconômica nos municípios da

Micros	Municípios	Renda mensal Per Capita 2000 (R\$ de ago/2010)	Renda mensal <i>Per Capita</i> 2000 (R\$ de ago/2010)			Taxa média anual de crescimento %	Renda per capita anual 2010	Moradores com renda inferior a R\$ 70, em %
			Total	Urbano	Rural			
Arinos	Pintópolis	134,17	315,94	402,06	259,16	8,94	3.791,28	30
	Chapada Gaúcha	215,02	468,41	538,69	365,78	8,10	5.620,92	25
	Arinos	239,54	426,84	506,92	279,21	5,95	5.122,11	20
	Formoso	294,73	533,16	440,01	709,44	6,11	6.397,93	18
	Riachinho	201,05	346,68	362,20	325,46	5,60	4.160,16	17
	São Romão	200,66	354,89	380,58	306,75	5,87	4.258,68	17
	Uruana de Minas	200,99	430,21	461,62	385,86	7,91	5.162,53	17
	Urucuia	165,65	299,00	361,86	235,97	6,08	3.588,00	17
Total	Minas Gerais	1.651,81	3.175,13	3.453,94	2.867,63	54,56	38.101,61	161,00

Fonte: Fundação João Pinheiro, calculado com base nos dados do IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. **Quadro Adaptado.**

(1) Excluí domicílios coletivos e com renda nula -

Algumas fragilidades estão presentes em uma parcela significativa da população daqueles municípios, dentre elas pode-se citar o analfabetismo e tais dados demonstram que ainda é alto o índice de analfabetismo na região,

principalmente quando se considera a expansão ocorrida na educação no Brasil nos últimos anos. Em confronto com os dados da PAD-MG de 2013, nota-se que, em todo o estado de Minas Gerais, apresentou-se melhora nas taxas de analfabetismo, na escolaridade média da população adulta e aumento da proporção de pessoas com maior nível de instrução; portanto, a taxa de analfabetismo constitui-se um indicador significativo para o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região. Assim, poder-se dizer que o conhecimento da leitura e escrita promove tanto a socialização quanto o exercício consciente da cidadania; ademais, forma sujeitos reflexivos, segundo dados do PAD – MG (2013).

Contudo, os dados do IBGE (2010) demonstram que as mulheres vêm ocupando um lugar ainda em desvantagem em relação aos homens, pois o rendimento do homem é, em média, bem mais alto que o da mulher. Uma característica que foi bastante evidenciada nas entrevistas das mulheres foi quanto à indagação do estado civil, ao que responderam que eram mães que não tinham qualquer relação matrimonial com os pais dos seus filhos, ou que viviam em um processo de união estável, ou seja, a mulher tem o cônjuge, mas não existe o casamento nas formalidades legais.

Dos 26 alunos e egressos entrevistados, 24 são mulheres, sendo uma solteira e mora com os pais, e 23 são casadas ou com união estável. Essas mulheres apresentam idades que oscilam entre 20 e 43 anos, conforme os quadros a seguir.

Quadro 3 - Caracterização Sociodemográfica de Alunos do Bolsa-Formação Trabalhador na região do Vale do Urucuia

Aluno	Idade	Escolaridade	Filhos	Estado Civil	Curso Pronatec	Trabalho e Renda
1	42	Ensino Médio Completo	1	União Estável	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
2	33	Ensino Médio Completo	1	Solteira	Agente Comunitário de Saúde	Empregada Domestica
3	43	Ensino Médio Completo	2	Solteira	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
4	39	Ensino Médio Completo	0	Casada	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
5	38	Ensino Médio Completo	2	Solteira	Agente Comunitário de Saúde	Do lar

Quadro 4 - Caracterização Sociodemográfica de egressos do BF

Aluno	Idade	Escolaridade	Filhos	Estado Civil	Curso Pronatec	Trabalho e Renda
1	43	Ensino Médio Completo	4	União Estável	Auxiliar Administrativo	Merendeira Escolar
2	22	Ensino Médio Completo	2	Amasiada	Agente Comunitário	Do lar
3	31	Ensino Médio Completo	1	Casada	Assistente Administrativo	Atendente - Balconista
4	20	Ensino Médio Completo	0	Solteira	vendas	vendedora
5	33	Ensino Médio Completo	1	Solteira	Agente Comunitário de Saude	Do Lar - Cabeleireira
6	27	Ensino Médio Completo	4	Casada	Cuidador Infantil	Do lar
7	26	Ensino Médio Completo	1	Solteira	Frentista	Servidor Publico Municipal
8	26	Ensino Médio Completo	1	Casada	Vendas	Balconista
9	28	Ensino Médio Completo	0	Solteiro	Horticultor	Vigilância Sanitária
10	34	Ensino Médio Completo	2	Solteira	Cuidador Infantil	Auxiliar Administrativo
11	29	Ensino Médio Completo	2	Casada	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
12	24	Ensino Médio Completo	0	Solteira	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde
13	27	Ensino Médio Completo	2	Separada	Frentista	Servidor Público do Município
14	18	Ensino Médio Completo	0	Solteira	Frentista	Balconista
15	25	Ensino Médio Incompleto	1	Solteira	Frentista	Empregada Doméstica
16	25	Ensino Médio Completo	1	Casada	Vendas	Vendedora
17	18	Ensino Médio Completo	1	Solteira	Operador de Caixa de Supermercado	Do lar
18	25	Ensino Médio Completo	3	União Estável	Auxiliar Administrativo	Vendedora
19	24	Ensino Médio Incompleto	4	Solteira	Vendas	Servidor Público Municipal
20	32	Ensino Médio Incompleto	1	Solteira	Cuidador Infantil	Do lar
21	28	Ensino Médio Incompleto	1	Casada	Técnico em Segurança do Trabalho	Trabalhadora Rural

Conforme mostram os quadros 3 e 4, em se tratando do nível de escolaridade, observa-se que, no geral, as mulheres entrevistadas têm o ensino médio completo; dos 26 alunos entrevistados, 23 possuem o ensino médio completo, 3 possuem o ensino fundamental completo. Outro fator que merece destaque é referente à trajetória de vida escolar das mulheres, que, quando justificam o motivo de não ter o ensino médio, estas apresentam relatos de uma vida extremamente difícil para a inserção na vida escolar pelo fato de serem provenientes do meio rural e também pela questão de, na época, o acesso à escola ser precário. Assim, as mulheres demonstram o valor social da educação e falam com certa emotividade acerca das dificuldades sociais e econômicas para se ter acesso à escola no período de juventude, enfatizando que acesso à escola em um determinado período era somente para os filhos mais velhos e do sexo masculino. Destaca-se também a falta de tempo das famílias porque a prioridade era para o trabalho doméstico e da roça, o que, conseqüentemente, garantiria o sustento da família. Abaixo, uma fala que ilustra essa análise:

Por mais que muita dificuldade que eu tive, porque no início quando eu... nos anos iniciais eu estudava na zona rural quando eu passei pro ensino fundamental eu tinha que andar 12 km pra estudar que eu morava na zona rural e tinha que estudar, estudar na serra tinha que andar a pé. (egresso 15).

Concernente ao valor social da educação, observou-se também a grande expectativa das mulheres de garantir aos filhos uma trajetória de vida escolar mais completa e avançada do que a que elas tiveram, com a preocupação de possibilitar um futuro melhor e uma inserção no trabalho e na geração de renda mais significativa do que elas mesmas estão tendo. Assim, demonstraram que o aumento do nível de escolaridade e uma melhor formação possibilitam maior autonomia e sobrevivência dos filhos, num contexto diferente do vivenciado pelos pais. Tal situação é a percepção da saída com sucesso ou portas de saída que podem ser proporcionadas pela atuação do Pronatec, conforme narrativa a seguir:

No meu caso eu mesma nunca tive a oportunidade de fazer uma faculdade, hoje eu tô fazendo o curso e pretendo continuar fazendo outros, outros cursos que virão, minha filha também, eu pretendo colocar ela, pra fazer o processo e assim... eu acho que pra muitas famílias pensa igual eu, melhorou muito. (aluno 2).

porque naquela época a maioria num estudaram porque não tinha oportunidade, num tinha né, num tinha essa oportunidade de escola, que nem o Instituto, num tinha nem os colégios. Num tinha ofertas de cursos né, não, não. Quem tivesse que estudar, tinha que ir pra fora, tinha que ter dinheiro, tinha que ter condições. E uma minoria só que ia, era na época, naquele tempo atrás era só os filhos de fazendeiro que tinha oportunidade. (aluno 2).

Foi ficar por aqui. (aluno 3).

Outro fator que cumpre destacar é em relação à formação das famílias, concernente à constituição do núcleo familiar no vale do Urucuia: embora algumas mulheres tenham uma atuação de independência como condutoras do lar, e, em muitas situações, por serem abandonadas pelo companheiro ou marido, ainda assim, faz-se presente a tradição patriarcal.

Em se tratando das atividades femininas das entrevistadas, observou-se que muitas delas, residentes em Assentamentos da Reforma Agrária, principalmente no município de Arinos, que é constituído de aproximadamente 23 assentamentos, além dos trabalhos tradicionais da vida doméstica, exercem também a função de agente comunitário de saúde, com contratos temporários de trabalho, mas com vínculo pelo município.

Pelo o menos umas quatro pessoas assim mais próximas de mim que eu conheço que fazem o curso. Dois deles até atua na área da saúde como agente comunitário, que atua e tal, é que estão se qualificando. (egresso 11).

Segundo dados do IBGE, o município de Arinos apresentou, no ano 2000, uma queda na sua população jovem, compreendida entre 10 e 29 anos, totalizando um número de 7.058. No ano de 2010, apresentou uma perda de uma população jovem nessa mesma linhagem etária de 6.418 jovens, que, em razão da falta de oportunidade e perspectiva no município, buscavam a estabilidade de um emprego em outros centros urbanos, com uma escolha majoritária da Capital Federal em razão da proximidade.

Os dados levam a compreender que se trata de uma mão de obra não qualificada para as exigências do trabalho na capital federal, o que impunha para a maioria desses jovens o enfrentamento aos trabalhos que exigiam pouca qualificação profissional, engrossando o quantitativo populacional nas cidades do

entorno do DF, o que nos dias atuais vem promovendo com a efetivação de políticas públicas uma nova dinâmica como instrumento de segurar os jovens em seu meio, seja no rural ou urbano.

De acordo com essa demanda, porque tem essa preocupação né, da gente trazer os cursos e depois também inserir esses alunos no mercado de trabalho, né! Então pra que a gente consiga inserir eles, tem que saber quais que são as oportunidades que o município tem. Então foi feito esse mapa de oportunidade e a escolha foi levada em consideração esse mapa de oportunidades. (rep dem 3).

Percebe-se nas palavras do demandante a dimensão de perspectiva para o futuro de pessoas que, ao longo dos tempos, o Estado não o fez sujeito de direito e essa intencionalidade de boas perspectivas foi perceptível em nosso trabalho de campo, ou seja, nas conversas que antecederam as entrevistas e em depoimento dos entrevistados. Esses sujeitos, inseridos em uma região que ficou conhecida nacionalmente na obra de João Guimarães Rosa, *Grande Sertão*¹, fazem-nos perceber que entre a narrativa da obra nos idos da década de 50 do século passado que muita coisa mudou, mas os aspectos de opressão e exclusão social ainda permeiam a vida da maioria das pessoas na região do vale do Urucuia.

Então, é notório que a falta de possibilidade e de perspectivas de estudos, que poderia ser aspecto de inclusão produtiva e social, somente na última década pode ser compensada na região, proveniente da atuação do Pronatec. Ainda em idade de frequentar os primeiros anos de escola, crianças e adolescentes eram premidas pela necessidade de começarem a trabalhar para ajudar no sustento de suas casas, abandonando, com isso, os estudos.

¹ Das páginas do Grande sertão: veredas, descortina-se um sertão geopolítico e ficcional, concomitantemente regional e transregional, nacional e estrangeiro, divino e profano. Um sertão onde “viver é muito perigoso”, onde mesmo Deus, se vier, que “venha armado”. Sertão “do tamanho do mundo”, que “está dentro da gente” e que, paradoxalmente, “está em toda a parte”. Dessa forma – e entre muitas outras possibilidades –, o olhar da ficção de Guimarães Rosa abre para a história de nosso país o mundo do esquecimento, o mundo do silêncio, o mundo da perda, o mundo das ausências – e que é simultaneamente o mundo das esperanças e das promessas contidas no tempo. O mesmo olhar abre, ainda, a oportunidade de explorar o mundo das tradições esquecidas, como queria Hannah Arendt, concentrar-se sobre as possibilidades políticas desenhadas no passado, possibilidades que a memória histórica recusou, preteriu, eclipsou, sem preocupar-se com a reconstituição fidedigna dos acontecimentos HELOISA MARIA MURGEL STARLING -UFMG (2006).

O curso, assim os jovens que faziam o curso com certeza eles não vão tá entrando nesse mundo das drogas assim, já vai ter outra visão, vai querer ajudar em casa, já vai querer fazer, colocar em prática o que ele aprendeu lá no curso né, então assim é uma oportunidade pra ele, pra não ir pra esse mundo né das drogas. (coordenador 1).

Sem dúvida nenhuma, eu acho que é uma coisa que ajuda demais na questão do entrosamento com as famílias, da vivência né, da vivência, igual ela trabalha na comunidade lá, quase com 100 famílias, praticamente com 100 famílias, eu acho que a questão da comunicação de viver, de chegar, de conversar com a família, levar mais coisas pra família não resta dúvida é enorme, o aprendizado é fantástico nessa questão de viver, de lidar com as famílias, você tem outra visão, certo. (familiar 1).

Ah eu acho que a visão que eu tenho do curso, que eu acho que o curso trouxe muitos benefícios e a gente espera que continue, a qualificação profissional pra nós que vivemos, principalmente no interior, a grande dificuldade do homem do campo, de todo mundo do trabalho, é qualificação profissional, porque na cidade já existia, agora pro interior tá chegando agora, então a perspectiva que a gente tem, é que continue o Pronatec, continue investindo muito mais nessa área, como nos últimos dois, três anos tem investido. As perspectivas que a gente tem, é que continue, o governo continue, jogando os recursos, necessários para que o Pronatec continue dando a qualificação profissional que é muito interessante na vida das pessoas, na elevação do conhecimento, elevação do conhecimento do homem do campo que praticamente nós vivia aqui como se fosse um bicho, cê entendeu?! E é interessantíssimo a questão, a qualificação do Pronatec veio realmente pra suprir uma área que tava abandonada e melhorou demais a vida do homem do campo e continua melhorando, pra todo nós, principalmente na zona que tá no interior aqui, que praticamente não chegava nada pra nós. (familiar 1).

Evidencia-se, assim, que a busca pela formação escolar, ainda que em épocas diferentes de suas vidas, está sendo uma constante nos cursos regulares, e a busca pela formação técnica e cidadã nos cursos ofertados pelo Pronatec vem tentando, ao que se percebe, suprir aquelas carências históricas de acesso às políticas públicas. Tal contexto é descrito por egressos, conforme segue:

Foi muito significativo, até por eu ter passado um bom período sem estudar, quando começou a primeira apresentação do primeiro trabalho, eu me senti lá, quando eu comecei estudar tremia pra apresentar e aí da maneira que a gente vai conhecendo os colegas, vai aprimorando o conhecimento do curso, no final você já sente superação pela vontade. (egresso 3).

Ai minha vida igual eu te falei no começo nunca foi fácil pra mim poder estudar, ai depois optei sair, fui pra fora do município uma cidade grande praticamente não conhecia ninguém, mais graças a Deus consegui meu ensino médio to ai, mais não tive a oportunidade de fazer uma faculdade, devido minha família ser uma família muito simples né, humilde, não teve condições de me dar, mais eu to aí, trabalhando, quem sabe agora futuramente eu não consigo fazer, porque to com meu filho também, ele já tá um pouquinho maior, eu posso arrumar alguém pra cuidar dele enquanto eu tiver estudando. Que quando a criança é pequena não é fácil deixar com qualquer pessoa né. (rep egressos 7).

No entanto, apesar da atuação do Pronatec, percebe-se que, em uma dimensão maior, o Pronatec vem recebendo algumas críticas de especialistas pelo fato de não promover a integração do Programa à educação básica e de não possibilitar a elevação da escolaridade dos seus beneficiários como evidenciado em manifesto da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED, 2013).

Em se tratando dessa discussão, é importante observar que o programa vem provocando no mercado interno um impacto de forma positiva na ampliação de todos os segmentos da economia, da indústria, do comércio, dos serviços, da agricultura, da construção civil, dentre outros setores (DIEESE, 2012, p. 17).

Nesse sentido, percebe-se que, segundo dados do Dieese (2012), as políticas governamentais adotadas ao longo da primeira década do século 21 – ou seja, as metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito; e, ainda, as mudanças identificadas no mundo do trabalho, a saber: geração de empregos, formalização e aumento da renda – foram, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de crescimento econômico no Brasil e de aspectos extremamente positivos com ressonância na região do Vale do Urucuia, conseqüentemente, contribuindo de forma significativa para a promoção de mudanças de uma triste realidade que colocava a região com um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado.

Nessa perspectiva, falar em inclusão social provocada pelas políticas públicas de governo e, em especial, pelo Pronatec, é tratar de formas de potencialidades, ou seja, quando possibilita a alunos e egressos se sentirem incluídos em um processo, sendo considerado um ganho significativo para o Programa e, considerando, ainda, a forma expressiva e significativa em que foi

executado na região, como se infere nas diversas declarações extraídas das entrevistas:

Aprendi muito, muita coisa que eu nem imaginava ainda, terminar o ensino médio você para um pouco, não deveria ter parado, mais com esse curso ai já abriu uma nova visão, então já é mais um avanço pra mim. (egresso 4).

Assim, podem-se afirmar os inúmeros aspectos relevantes que o programa concedeu na formação dos jovens da referida região que se encontravam em situação de vulnerabilidade, já que a questão da falta de oportunidades na vida educacional e de trabalho constitui-se consequente descaminho na vida, conduzindo-os para a marginalidade. Tais fatores foram destacados na abordagem dos entrevistados, que evidenciam e demonstram uma grande preocupação na agenda dos governos municipais, e, em especial, com a temática das drogas, vejamos:

Acredito que sim, eu acho que melhorou muito (com intensidade), principalmente na questão da droga né, sabe que os municípios pequenos também têm a questão da droga. (rep dem 1).

Dessa natureza, é perceptível que não se pode fechar os olhos para os fatores de desarticulação de vários núcleos familiares, que também se fazem muito presentes nas cidades menores e em todas as classes sociais: a questão das drogas e do álcool. E, nesse sentido, pode-se afirmar que a possibilidade e perspectiva de cidadania com imersão nos estudos tende a favorecer um certo distanciamento dos jovens do mundo da marginalidade. Tal entendimento já está inserido na concepção e ações de alguns dirigentes municipais, que tentam viabilizar o Pronatec na região.

A interiorização da Educação Profissional que chegou à região do Vale do Urucuia é fator de extrema relevância. É evidente que não se pode conceber que a chegada do IFNMG na região do vale do Urucuia e, conseqüentemente, a oferta de cursos buscando a formação ao trabalho e a cidadania dos sujeitos ali inseridos seja a redenção de todos os problemas sociais daquela região. No entanto, pode-se perceber o entusiasmo com que pessoas de camadas populares das comunidades, ao realizarem um curso, já se sentem sujeitos participativos e integrados

socialmente. Ou seja, a função social do IFNMG de interiorização e inclusão social por intermédio de uma formação cidadã está sendo cumprida.

Não tinha, porque antes não tinha né, assim terminava o ensino médio, quem tinha condições ia pra fora né. Quem não tinha ia trabalhar aqui mesmo no serviço que arrumasse e agora não, o Instituto veio pra poder dar essa chance pra quem fazer o curso técnico. É muito melhor terminar o curso técnico, terminar o ensino médio e tá com o curso técnico é que é mais garantido arrumar emprego, é igual assim, minha menina mesmo, ela já tem plano, planeja já futuramente alguma coisa pra ela. (aluno1).

Assim, facilita muito né, o curso superior você não imaginava nunca que chegava aqui nessa região né, certo! Então já facilitou muito de tá aqui, cidade perto, público né?! Faculdade pública e aqui perto moço, cursos bons e estão chegando mais cursos bons. (egresso 4).

É importante enfatizar que, no âmbito do Pronatec, por intermédio do investimento do Governo Federal e a ampliação da oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ocorreu uma busca de ampliação de oportunidades de inserção e reinserção profissional que contribuíssem para o desenvolvimento do país, na dimensão econômica e social. Tal contexto tem procurado o fortalecimento da articulação entre a educação profissional e a elevação de escolaridade, com promoção da valorização social da formação técnica no Brasil (Montagner e Muller, 2015).

Dessa forma, os autores afirmam que o Plano Brasil Sem Miséria contribuiu para agenda política e de gestão das políticas públicas no entendimento de que o fenômeno da pobreza apresenta múltiplas dimensões, além da privação de renda. Nesse sentido, evidenciam, ainda, que o enfrentamento dessa situação requer uma estratégia intersetorial e transversal, capaz de articular a política de transferência de renda com iniciativas para o fortalecimento do acesso da população mais vulnerável aos direitos sociais e a melhores oportunidades, tanto na educação quanto na saúde, promovendo a inserção qualificada no mercado de trabalho. Assim, Montagner e Muller (2015) evidenciam que a qualificação profissional, quando proporciona a aquisição de novas competências, habilidades e conhecimentos, é responsável pela ampliação dos beneficiários no sentido de encontrarem uma posição no mercado de trabalho formal ou, ainda, de serem

capazes de ter um aumento na renda por meio de atividade produtiva e laboral que já era desenvolvida.

Assim, pode-se dizer da tentativa por meio do Programa de articulação entre as mais variadas políticas públicas:

O Pronatec, o que a gente acha mais importante é essa articulação inter setorial que ele tem com as demais políticas públicas né. É inclusive, a equipe da assesuas tão aí, porque o assesuas ele trabalha muito a articulado com o Pronatec né, porque num é só inserir o aluno pra ter uma qualificação profissional né, ele tem que ser acompanhado, a trajetória desse aluno, ele tem que ser acompanhado. Então precisa dessa articulação com educação né, porque pode ter casos que tem jovens né, ou pessoas lá que não concluíram o ensino médio, então a gente tem que ter essa preocupação de encaminhar essas pessoas pra que conclua a ensino médio né. A articulação com o Brasil Sorridente né, com o Brasil Carinhoso né, às vezes tem uma mãe que iniciou o curso e mais aí tá faltando, porque que essa mãe tá faltando né?! As vezes porque tem uma criança, não tem com quem deixar né, então solicitar uma vaga na creche pra poder oportunizar, fazer com que essa mãe ela consiga concluir o curso, porque ela já é uma pessoa prioritária né, pessoa beneficiária do bolsa família, então a gente também tem que preocupar com esses aspectos, fazer com que esse público prioritário conclua, e que essa trajetória dele seja acompanhada né! Pode ter casos por exemplo, que às vezes as pessoas ela não tem a documentação básica, nós temos que providenciar essa documentação. Então essa articulação ela é importante e eu vejo como um ponto assim positivo do Pronatec, que não só preocupa em qualificar né, mais preocupa também em garantir né alguns direitos, algumas políticas públicas pra essas pessoas e preocupação também de inserir eles no mercado de trabalho né, não só qualificar mais também inserir eles no mercado de trabalho. (rep dem 3).

Então, cumpre ressaltar as oportunidades para a evolução dos jovens de baixa renda, com a inserção do Pronatec na região do vale do Uruçuia, que imprime a importância da categoria inclusão social.

A minha expectativa era tentar ingressar no mercado de trabalho de trabalho nessa área, só que como aqui na cidade só postos que tem né, é muita pouca vaga, eu não consegui mais eu aprendi muito. Que na época eu trabalhava como atendente em loja, certo! Ai nesse curso, eles ensinaram muito e eu aprendi sobre lidar com os clientes, e eu aprendi muito, me ajudou muito na época. (egressos 7).

Em relação à caracterização da região que se torna responsável por imprimir uma identidade e encaminhar ações para atendimento à comunidade,

destaca-se que, em Arinos, está situado o Distrito de Sagarana, repleto de contadores de histórias e causos. O lugarejo dista a 700 km de Belo Horizonte, a 240 km da capital federal; surgiu das lutas sociais nos idos de 1972 e marca o segundo Assentamento para a Reforma Agrária promovido pelo INCRA no estado de Minas Gerais. Evidencia-se que tal comunidade tem o privilégio de receber o nome de uma das principais obras² de Guimarães Rosa, que marca a expressão do regionalismo típico das Gerais capaz de definir a identidade e as raízes daquele povo.

Nesse contexto, percebe-se a estreita relação dessa gente com a sua terra, a sua cultura, ou seja, a preservação da sua identidade. Dessa maneira, pode-se dizer que os arranjos produtivos locais foram respeitados e considerados no processo de escolha dos cursos, quando da pactuação dos cursos para o distrito de Sagarana, que celebra o fim da saga do coronelismo e o início e a ruptura da estrutura fundiária vigente na região à época. Contudo, verifica-se nos municípios onde ocorreu a pesquisa a expectativa desses sujeitos com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e pesquisas em tecnologias sociais.

A imersão ao contexto em estudo possibilitou observar uma gente com poucas posses, mas se fortalecendo a cada dia em novas perspectivas e expectativas como fator de valorização da cultura popular, aspectos de sustentabilidade e de fortalecimento da economia solidária. Nessa natureza, esses sujeitos estão inseridos em uma região de baixo crescimento econômico em relação às demais regiões do estado; percebe-se que essa possibilidade impõe uma dinâmica nova e sem perder de vista a identidade das raízes do povo da região do vale do Urucuia, a qual, mesmo diante de inúmeros problemas sociais, é detentora de várias potencialidades locais, a exemplo de manifestações culturais, por meio do artesanato, da tecelagem, da pintura e do bordado. Situações que podem trazer novas possibilidades àqueles sujeitos, além das atividades tradicionais.

² O romance "Grande Sertão: Veredas" é considerado uma das mais significativas obras da literatura brasileira. Publicada em 1956. Guimarães Rosa criou elementos do experimentalismo linguístico da primeira fase do modernismo e a temática regionalista da segunda fase do movimento, para criar uma obra única e inovadora. O espaço geral da obra é o sertão. João Guimarães Rosa, no livro "Grande Sertão: veredas". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

As minhas expectativas é que ele vai me ajudar bastante, assim se tiver um concurso eu posso tá mais bem mais né, com um aprendizado bem melhor pra tá fazendo provas, porque tem me ajudado bastante e expectativas são muito boas. (aluno 1).

Percebe-se que muitos estão fazendo um traçado inverso em suas vidas, quando, diante da falta de perspectivas de alguns tempos atrás, migravam para outros centros urbanos. Presencia-se, então, o retorno de muitos desses jovens.

É pra adquirir o conhecimento, também, que quando eu morava lá em Brasília eu trabalha nessa área de vendas, mais eu não tinha o curso. Ai eu cheguei, quando eu cheguei aqui (egresso 8).

Você fazendo o curso você viu que dá pra fazer toda diferença? Dá pra fazer, porque assim as vezes você pensa que sabe, mais quando você tá ali dentro, que você tá fazendo o curso, que você ver, que a dinâmica é outra, é outra (egresso 8).

*Assim, isso, igual eu te falei, as vezes a gente pensa que sabe tudo, e assim não sabe. Em atendimento ao público que a gente teve um pouco no curso, falava um pouco de atendimento ao público, melhorou assim bastante. Porque assim, você lidar com o ser humano é gente de todo tipo né, então você que tá ali pra trabalhar com público, você ali começa a divulgar que você tem que ter calma, paciência, tem cliente que chega nervoso, estressado e você tem que ter paciência, saber lidar com aquilo ali. E ajuda bastante, melhorou bastante. **Tem o domínio da situação?** É tem o domínio, que assim você, quando você não tem uma experiência assim, igual eu trabalhava lá, eu não fiz curso, mais você trabalha ali, e as vezes assim você acaba ficando assim, ah estressado com certos clientes, porque eles chegam ali e não quer nem saber, quem é você, quer ser atendido, e num quer saber de nada né, e o cliente sempre tem razão né. Ai você fica com essa expectativa ai meu Deus o que vai ser, como que vai ser, depois que você fazer o curso, você tem um certo conhecimento pra mudar, fazer as coisas melhores. Atendimento melhor. (egresso 8).*

Atualmente, a região do Vale do Urucuia tem passado por transformações em suas atividades econômicas, marcadas pelo crescimento do agronegócio em alguns municípios; é claro, ainda com forte presença de atividades econômicas tradicionais.

No estudo em questão, pôde-se perceber o funcionamento das atividades quanto à ocupação do espaço territorial, que, conforme mencionado acima, tem uma forte presença da agricultura empresarial, com destaque na produção de grãos nas chapadas e presença de grandes áreas irrigadas, da pecuária, da agricultura

familiar, dos assentados da reforma agrária e de comunidades quilombolas. Destaca-se, ainda, que a região é de forte dinâmica para o turismo rural em razão da presença de importantes parques de preservação ambiental. Nessa ordem, verifica-se também a mudança de postura e de concepção da geração mais nova no tocante ao papel na conservação do meio ambiente.

[...] participei né de algumas formaturas aqui, teve o curso Técnico em Meio Ambiente né, teve alguns cursos que foram ofertados pelo Instituto Federal, e assim os alunos, o que eles falam é que o curso foi muito bom, alguns já trabalhando depois de classificados nos processos seletivos da prefeitura para a área e por órgão voltados ao meio ambiente, o que é significativo a população opinar pelos cursos voltados pro meio ambiente, até porque temos muitos parques na região e aqui no município e nos últimos anos a expansão do agronegócio possibilitou muito desmatamento. (rep dem 3).

É de se ressaltar também a existência bem determinante da atividade cultural de cunho local e regional, com as manifestações e organização de eventos que contam com a interação de outras regiões. Diante disso, evidencia-se a expectativa da população para a formação da sua mão de obra e a inserção ao mundo do trabalho. É justamente por esse prisma que se percebe o alinhamento a esses novos rumos de alunos e egressos, coordenadores do programa e dos gestores municipais, que têm a preocupação com a inserção produtiva:

Nós já fizemos aqui no município uma reunião com o comércio local, porque, junto com o programa de erradicação do trabalho infantil também temos a proposta de implantar né, o menor aprendiz no município, então nós já fizemos uma reunião pra tentar mobilizar esses comerciantes, empresários local pra poder tá contratando esses alunos que participaram dos cursos do Pronatec. Porque o objetivo do programa não é somente qualificar esses jovens, mas também inserir eles no mercado de trabalho. Então esse é um trabalho que a gente vem realizando no município. Outra também, orientar né, esses alunos acerca das linhas de microcrédito né, tanto agora no curso de manicure, como no corte costura nós tivemos essa preocupação, por que? Eles conhecerem essas linhas de microcrédito porque eles podem também se tornarem um microempreendedor individual né, então a gente tem essa

preocupação também, que é uma forma deles se inserirem no mercado de trabalho. (rep dem 3).

Então, verifica-se a preocupação dos gestores de atuar no sentido de potencializar no Vale do Urucua a geração de trabalho e renda, objetivando uma geração de renda para a emancipação, ou seja, que viabilize o empoderamento dos egressos.

É que eu pretendo trabalhar na área, pretendo ser uma agente comunitária de saúde. Tá terminando o curso! Terminando o curso eu pretendo fazer o processo seletivo que dizem que vai ter na cidade, e eu pretendo trabalhar. (aluno 2).

E posteriormente, fazer o curso técnico de Enfermagem, certo! Eu pretendo fazer enfermagem. Isso vai ser um ponta pé inicial, é, eu quero trabalhar na área da saúde. (aluno 2).

Esse público. Inclusive no curso de vendedor né, então assim, o mercado aqui, são poucas empresas né, mais já consegui absorver alguém que fez o curso né. Quem tem o diploma de vendedor vai fazer uma entrevista tem muito mais chance do que outro que não tem. Então assim, a padaria, a assim que terminou o curso já conseguiu inserir no mercado de trabalho, alguém que já estava nesse curso, como na padaria, em lojas, em mercado (rep dem 1).

Olha na área da saúde, por exemplo, geralmente os Agentes Comunitários de Saúde, eles não têm a formação específica para atuar na função né. Então assim, eu divulguei no rádio, fui na saúde, na secretaria de saúde, pra conversar com esses profissionais, porque é feito um processo seletivo pra contratá-los né. Então, essa questão da que dê oportunidade pra esses alunos que estejam cursando, que tem critérios pra contratá-los, o aluno que está cursando, ou que tenha concluído, ou que tenha concluído, e vocês fazem isso? Tem que ter, isso precisa acontecer, é a forma de incentivar o aluno a estudar né, e de oportunizar, oportunizar, incentivá-los né. (rep dem 1).

Outro fator importante que vale observar é o cumprimento da função social do IFNMG, mediante as necessidades da sociedade e da atuação do Pronatec.

Dessa maneira, em se tratando do papel do IFNMG, ressalta-se que, conforme evidencia Amorim (2013), “os Institutos Federais priorizam a qualidade social uma vez que a educação é compreendida como direito, alinhada a um projeto de sociedade que seja capaz de contribuir para uma inclusão social emancipatória, que assume o papel de incubadora de políticas sociais, ao ser incumbida de

construir uma rede de saberes contendo cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade”. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008, p.23). Ou seja, é uma política pública capaz de garantir:

[...] a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social. (BRASIL MEC/SETEC, 2008, p.23).

Ainda de acordo com Amorim (2013), os Institutos têm o compromisso com o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, organizados como rede social, a partir das relações sociais que existem e que permitem a troca de ideias entre diversos atores e a renovação constante de saberes.

Nessa perspectiva de atuação dos Institutos, importa ressaltar que, conforme os argumentos de Montagner e Muller (2015) e em consonância com os entrevistados, o Pronatec consegue responder à necessidade de uma alternativa de formação profissional de qualidade, no sentido de alcançar a população mais frágil, normalmente com acesso limitado a cursos de nível técnico e de qualificação profissional. Portanto, para os autores e, ainda, na perspectiva dos entrevistados, o acesso a esses cursos tem representado o alcance de um sonho no imaginário de muitas pessoas que, considerando sua condição econômica, educacional e social, anteriormente colocavam em dúvida a sua capacidade de frequentar os cursos, bem como de sua possibilidade de aprovação e certificação.

Tal percepção representa, na fala generalizada e, em especial dos entrevistados do Vale do Urucuia, de que o processo formativo do jovem e trabalhador poderia estar comprometido e, sendo assim, não alcançariam espaços formais de trabalho, tanto como empregados quanto como empreendedores. Assim, o Programa vislumbra uma perspectiva de que tal realidade pode ser mudada e que, portanto, é fundamental o compromisso de todos os parceiros na compreensão da realidade e que mediante investimento no processo de educação profissional de qualidade, a realidade de pobreza, vulnerabilidade social pode ser transformada, potencializando as oportunidades de educação e de trabalho dessa parcela da população, que normalmente não consegue vencer as

barreiras das condições de fragilidade em que se encontra. (MONTAGNER; MULLER, 2015)

É justamente por esse prisma que se analisam as percepções dos entrevistados, frente às transformações ocorridas no cenário do Vale do Urucuia com as oportunidades advindas da implantação do IFNMG e, conseqüentemente, da atuação do Pronatec. Nesse sentido, apresenta o entendimento tanto de egressos quanto de demandantes.

Eu acredito que sim né, por que? Porque hoje o mercado cada vez ele exige a mão de obra qualificada né, e assim nós tamos num município de difícil acesso né, aos municípios de grande porte. Então esse Instituto Federal chegando próximo a nós, próximo a Chapada, então tá tendo essa oportunidade de qualificar os jovens aqui, não só de Chapada mais da região, e ter esse acesso né. Igual hoje nós temos vários jovens né estão indo pra Arinos né, tão estudando e assim eles voltam com outro ânimo, com outro gás e isso também, uma coisa importante propicia que esses jovens, as pessoas do município permaneçam no município, por que o aconteceu muito antigamente? Como nós não tínhamos muita oportunidade né, da oferta de ensino, as pessoas iam embora pra Brasília né! Ia embora pra Brasília, chegava lá ficava muito tempo em Brasília trabalhando e chegava sem nenhuma qualificação, por que foi pra Brasília somente as vezes buscar uma outra oportunidade, chegou arrumou um emprego e não se preocupou em qualificar, então a com a vinda do Instituto, a gente percebe que houve uma mudança de visão né. (rep dem 3).

Eu penso, hoje os alunos tanto aqui na cidade quanto no meio rural têm tudo na mão pra estudar. Porque igual no meu tempo quando eu estudava a gente não tinha isso, a gente tinha que lutar mesmo, era ir a pé, voltar a pé, enfrentar chuva, enfrentar sol, hoje o carro pega na porta da casa traz pra escola e leva de volta. Hoje tem de tudo. (egresso 7).

A pé, ela mesmo sabe a gente estudava junto era muito difícil a gente saía de casa 8 horas da n... da manha chegava 9, 10 da noite e a estrada era... tinha que levar almoço em vasilha de plástico era muito difícil mesmo. A gente conseguiu, aí eu... quando eu vim embora pra cá pra mim trabalhar e estudar, foi a época que eu fiz o primeiros, tava no segundo ano foi a época que minha mãe faleceu, mas eu terminei o segundo e pretendo voltar, que depois eu engravidei eu fui embora pra Brasília voltei e pretendo voltar, fazer o terceiro ano, fazer um vestibular uma faculdade, alguma coisa assim. Que possa me ajudar mais em questão de poder atuar na área de serviço melhor, trabalhar...melhor. (egresso 15).

Considerando o trabalho como uma das questões mais marcantes enfrentadas pelos jovens e adultos das classes populares oriundos da escola pública, e, ainda pelo fato de a crise estrutural do desemprego ocasionar um clima de grande tensão no referido contexto, e, também, pelo fato de ser crucial demanda para a sobrevivência familiar, o Pronatec tem sido analisado como um Programa que proclama a promoção do direito à Educação Profissional a um número significativo de brasileiros. (CORBARI, 2013).

Nesse sentido, tem-se no bojo do Pronatec a Bolsa-Formação que é a oferta de cursos de formação inicial e continuada do trabalhador beneficiado com programas de transferência de renda do governo – o Bolsa Família ou beneficiário do seguro desemprego. A Bolsa-Formação constitui-se na principal novidade do Pronatec, com oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), oferecidos gratuitamente a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social (MEC, 2001). Enfatiza-se que os beneficiários terão direito a cursos gratuitos e de qualidade, à alimentação, ao transporte e aos materiais escolares, possibilitando a sua posterior inserção profissional.

São inúmeras as oportunidades advindas da atuação do Pronatec que, evidentemente, potencializam o jovem e trabalhador para o mundo do trabalho e, em consequência, para portas de saídas. No entanto, apesar de todo impacto positivo na inserção do trabalhador, conforme análise de Viriato e Favoretto (2012), muito se atende às necessidades imediatas do mercado de trabalho, ou seja, aos interesses do capital, em que se propicia ao trabalhador uma qualificação profissional desprovida da formação cidadã, às vezes desvinculada da elevação da escolaridade. Assim, na justificativa de Corbari (2013), a análise que se faz da concepção do Programa expressa pela presidente Dilma, considerando a tensão que caracteriza a luta de classes, é que se tem o Pronatec como um fator de fortalecimento do Ensino Médio Integrado, com o propósito de inclusão na formação profissional e, em consequência, potencializando a saída com sucesso e diminuindo a evasão escolar. No entanto, a presidente enfatiza também a relevância do Programa para a economia, a qual será mais moderna e competitiva, considerando a formação de técnicos para atuarem nas mais variadas áreas, e um quantitativo de mão de obra especializada que atenda às demandas do mercado de trabalho, ou

seja, o foco no integrado que prioriza a politecnia e a formação humana integral e cidadã passa a não ser a prioridade no contexto da educação profissional.

Outro fator a ser considerado que é expresso por Viriato e Favoretto (2012) é a vinculação do Programa para cursos de formação continuada à Secretaria de Assistência Social, ou seja, há uma forte tendência de essa vinculação implicar uma formação profissional que preconize e imprima um aspecto meramente assistencialista para a sobrevivência e que desconsidere a socialização do conhecimento científico. Os respectivos autores enfatizam também que as escolas de aprendizes anteriormente apresentavam em seus princípios e objetivos a lógica de regeneração social pela escola.

Ademais, Montagner e Muller (2015) chamam a atenção para o fato de que o público do Pronatec não somente almeja acesso a cursos de formação e capacitação como também quer garantir a possibilidade de vencer limitações que são oriundas de lacunas de formação escolar e das dificuldades intimamente ligadas às condições das famílias. Tal contexto demonstra ainda que, além da precariedade nas condições econômicas e sociais, os matriculados no Pronatec, em maioria, são constituídos por grupos de maior fragilidade para o mundo do trabalho, tais como adolescentes, jovens, mulheres e negros.

Ainda em se tratando do processo de inclusão ou exclusão referente ao papel do IFNMG e atuação do Pronatec, corrobora-se com Wittaczik (2008) que afirma a relevância das instituições de educação profissional de terem como objetivo a responsabilidade de gerar saberes coletivos e flexíveis. Nesse sentido, Kuenzer (1999) evidencia o receio de modelos excludentes, perversos e muito polarizados da educação profissional que são determinados pelas características do mundo do trabalho.

Assim, pode-se considerar a importância do cumprimento da função social do IFNMG e, especialmente, do papel do Pronatec no Vale do Urucuia, que, na visão de Pacheco (2011), é o de garantir a perenidade das ações, incorporando setores sociais que, ao longo da história, ficaram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do país. Nessa ótica, o autor reconhece o valor social da natureza pública e de ser uma educação profissional e tecnológica como instrumento na construção e no resgate da cidadania e transformação social. Dessa

forma, depreende-se das entrevistas o poderoso instrumento que o Pronatec vem assumindo na região em estudo.

De fato, considerando a inserção dos alunos da Bolsa-Formação no contexto do IFNMG e uma estreita relação do IF com a comunidade onde está inserido, é de se destacar o compromisso de promover a formação com responsabilidade social, que atenda aos anseios e demandas da sociedade, pois se evidencia a participação da sociedade local na vida do IF e do IF na vida desses sujeitos.

Conheço, eu fiz a minha capacitação lá, quando eu fui selecionada pra ser coordenadora, eu fui fiz a capacitação, depois também durante os cursos nós fomos várias vezes lá, levamos os alunos pra fazer aulas práticas de, no curso de Horticultura Orgânica, e fomos pra inauguração do auditório, refeitório, foi umas quatro, cinco vezes, que nós fomos. (coordenador 1).

Sim, eu adorei lá o Instituto, eu achei assim, fantástico, a coordenadora lá, Ana levou nós para conhecer os laboratórios, as áreas lá de aulas prática de horticultor, nossa assim os meninos ficaram encantados e eu também. Assim, tem dormitório onde os alunos ficam, aqueles que são carentes, quando não tem espaço lá, eles levam eles pra Arinos e lá eles ainda pagam né, o aluguel pra eles ficarem, assim todo mundo ficou interessado e assim, é o que a gente tava precisando mesmo, principalmente os mais carentes. (coordenador 1).

Uma oportunidade que teve, abraçaram a oportunidade, abraçaram a oportunidade né. então, o Instituto ele fez a diferença desde de 2013 pra cá no nosso município com a oferta desses cursos né, eu só tenho que agradecer parabenizar né, toda a direção, a reitoria do Instituto né, que acreditou em Riachinho quis formar a parceria conosco também. (rep dem 4).

como o Instituto Federal pra nós foi um presente, foi o maior presente que nós tivemos na região aqui. (Familiar 1) .

Observa-se que passam necessariamente pelo campo da educação a perspectiva de transformação social e a autonomia, na abordagem dos entrevistados. Embora o Pronatec não necessariamente tenha se efetivado no aumento da escolaridade e, sim, no processo de qualificação para a inserção produtiva, que considera a geração de trabalho e renda, ainda assim, o poder de transformação no sentido de ter incitado nos cursistas a vontade de ingressar no IFNMG e a abertura

para procurar outros cursos tanto técnicos quanto superiores foi bastante evidenciado nas entrevistas.

tem que oportunizar. Nós temos ai demanda pra cuidador infantil né, que precisa, pra você ver, o mercado num dá pra absorver muita mão de obra né, então nós tivemos, nós temos demanda pra cuidador infantil, operador de computador, o curso foi excelente também né. Então assim, a expectativa ainda é muito grande, o pessoal... (rep dem 1).

Olha na área da saúde, por exemplo, geralmente os Agentes Comunitários de Saúde, eles não têm a formação específica para atuar na função né. Então assim, eu divulguei no rádio, fui na saúde, na secretaria de saúde, pra conversar com esses profissionais, porque é feito um processo seletivo pra contrata-los né. Então, essa questão da que dê oportunidade pra esses alunos que estejam cursando, que tem critérios pra contrata-los, o aluno que está cursando, ou que tenha concluído, ou que tenha concluído, e vocês fazem isso? Tem que ter, isso precisa acontecer, é a forma de incentivar o aluno a estudar né, e de oportunizar, oportunizar, incentiva-los né. (rep dem 1).

É na verdade o município tem, muitos que fizeram o curso foi beneficiado assim devido estarem melhor preparado, chegaram a passar em concurso público aqui né. Houve isso, pelo o menos eu ouvi de vários ex-alunos. Isso ai ajudou muito, o serviço público absorve muito egressos, muitos passaram em concurso, é, muitos egressos. (rep dem 2).

Nesse contexto, cabe analisar que, conforme Sen (2000), a educação é uma condição de liberdade, e o que se percebe nos relatos das pessoas entrevistadas é que a educação aparece como um fator de essencial relevância para a comunidade, sendo considerado um projeto de futuro para os filhos, que já vivem na expectativa de uma melhor formação devido à existência e atuação do IFNMG e pela possibilidade dos cursos de qualificação do Pronatec. Sendo assim, a ausência de escolaridade é um fator de exclusão social.

*A senhora falou de uma turma ai que formou 95%? 95% a frequência, de 40 alunos, 38 concluíram, anran! A evasão, sabe?! Quase 1%, 2%. Então assim nós divulgamos mesmo o trabalho, foi uma expectativa muito grande e principalmente agora com esses cursos ai né. Eu preocupada sabe?! Assim que a gente, **com esses novos cursos técnicos**, com os cursos técnicos que serão ofertados agora, assim uma expectativa muito grande e é muito bom para o município também né. Não só como minha vida profissional,*

mais assim, engrandece o município, administração como um todo. (rep dem 1).

E a sociedade também aceitou de forma bem tranquila, nossa foi ótimo a aceitação da comunidade. Espera-se novas pactuações, e nós esperamos né. Inclusive nós pactuamos acho que uns cinco ou seis cursos, e o pessoal tava aguardando, ai falou não, vai ser apenas os técnicos agora, mais pro ano que vem acredito que poderá sair né. (rep dem 1).

Destacam-se, conforme as falas dos entrevistados, outros fatores que provocam exclusão. Nesse sentido, enfatiza-se que, ao longo das entrevistas, surgiram manifestações sobre os entraves aos aspectos de inclusão, promovida pelo Programa. Destaca-se que a maioria das entrevistadas são mulheres, sendo mães de famílias, donas de casa e com características de pouca escolaridade, negras e com empregabilidade de baixa remuneração. E, ainda, inseridas em um contexto de relação conjugal quase sempre dominada pela figura masculina. Além desses aspectos, outros fatores foram surgindo, tais como a falta de infraestrutura no transporte e estradas na região, dificultando consideravelmente a mobilidade dos alunos até a sala de aula, sendo fatores relevantes na opinião deles para a permanência com qualidade, ou seja, propiciando um processo de evasão.

Uai, assim no início eu até achei mais difícil, em relação eu ter meus quatro filhos e ter que deixar com os outros, mais eu fui do começo até o fim, às vezes teve dia que eu tive que levar um, porque não tinha com quem deixar, teve colegas que desistiu por causa disso mais fui até o final. (egresso 19).

Eu acho assim que dificuldade todo mundo passou, igual nós mesmo, aconteceu da gente ficar na estrada, de moto furar pneu, já caiu transtorno pra gente chegar, mais tirando isso foi bom. (egresso 2).

muitos são da zona rural A maioria é, muitos é! E isso é dificulta pra esse pessoal desistem, muitos é, muitos desistem por conta que é longe né. (aluno 5).

é lá teve muitas que falou que umas colegas não pode ir por causa do esposo que ciuava. (grupo focal).

Eu tenho duas filhas um neto tem minha mãe idosa que você tem que ta lá, dando assistência, cuidando, trabalho, mas eu vou ... (grupo focal).

quando eu iniciei esse curso eu estava gestante, ai eu ganhei minha moça, ai terminou passou o.. resguardo, eu voltei né? Ai vim pro curso ai eu tinha que trazer minha bebezinha também no curso, justamente daquele jeito lá, no carrim chegava e colocava dentro da sala de aula e... Ficava aí junto comigo até hora de terminar, aí toda vez que tinha eu é o dia da semana que tinha eu trazia ela, então eu não desisti né? Eu trabalhei de agente de saúde, até quais sete anos ai fui mandada embora em setembro, mais não desisti também do curso. (grupo focal).

Ainda, as dificuldades no tocante ao acesso às informações e à fragilidade na publicidade dos Institutos Federais, bem como na divulgação dos seus processos seletivos foram apontadas, mostrando, assim, aspecto significativo de exclusão.

Não ha divulgação precisa acontecer de forma mais eficaz, porque são poucos, do processo seletivo e dos vestibulares. Porque assim, falta essa interação entendeu, essa divulgação do Instituto. Eu não sei quando, por exemplo, vai acontecer, o vestibular, o processo seletivo. Precisa acontecer, eu acho que falta. Melhor divulgação? Essa divulgação para os municípios intensificar. (rep dem 1).

A estagnação econômica, marcada pela falta de crescimento na economia que implica a paralisação de importantes obras do Governo Federal, também representa uma ruptura nas políticas de intersectorialidade, já que o Pronatec é uma política intersectorial, conforme se percebe na fala a seguir:

você falou de conseguir emprego né, porque ai tá vindo umas creches ai, eu tava assim na fé de arrumar emprego, só que a creche até hoje nunca saiu. (egresso 14).

Em uma das entrevistas, surge o termo “preconceito”, como uma percepção das dificuldades enfrentadas na consolidação da permanência com qualidade e saída com sucesso. Tal fato não chegou a ser explicado com detalhes pela entrevistada, que demonstrou uma certa timidez ao tratar do assunto; assim, não entrou em detalhes se ela foi vítima ou se percebia algum ato ou ação caracterizados de forma preconceituosa com relação a esses sujeitos.

E porque é difícil, assim, a gente ...tem que trabalhar, tem criança pra cuidar, tem que estudar ainda ... e pra gente que tem pouca oportunidade na vida, que veio da zona rural, as vezes é difícil... Muita gente tem preconceito, muitos desiste, (egresso 15).

Segundo se infere em uma das entrevistas, a nova sistemática adotada, em se tratando do formato e dos atores envolvidos na pactuação para oferta de cursos nos municípios, passou a dar aos Ministérios a responsabilidade de articulação com os municípios, constituindo demandantes e responsáveis por analisar os cursos ofertados, fato que ocasionou a retirada de tal ação dos IFs, que estão inseridos no interior e mais próximos dos alunos e, conseqüentemente, das suas necessidades e realidades, marcando a descontinuidade do importante papel da política de expansão de interiorização dos IFs.

Nos últimos anos que faziam as pactuações era a gente Instituto e os demandantes, municípios só que esse ano mudou os Ministérios fazem diretamente com os municípios e isso ao que parece ocasionou o fato de dificultar os municípios que estão aqui mais próximos a fazerem diretamente com o Ministérios. O que acontece, ouve erros consideráveis como por exemplo pactuaram um curso de cacauicultor para uma cidade que só produz grãos, sem observar a dinâmica local. (coordenador 2).

Agora os ministérios que estão pactuando os cursos e isso dificulta como por exemplo aqui em Buritis com vocação na produção de grão ai o ministério dentro dessa questão de território escolhe um curso de cacauicultor e somos obrigados a ofertar e já esta no Edital 211 de 01 de outubro de 215. (coordenador 2).

E isso tem implicações na vida também dos demandantes, em relação até à falta de diálogo:

Só que nós aqui da assistência, nós ainda não conseguimos esse diálogo né, é inclusive até tentamos algumas pactuações com o Instituto Federal, mas não tivemos sucesso né. (rep dem 3)

o ponto negativo que eu vejo hoje tá sendo essas dificuldades mesmo de tá fazendo essas pactuações né, do curso do Pronatec. Esse ano mesmo nós tivemos conhecimento que o Governo Federal ele lançou né o jovem aprendiz, mais só foi aberto pros municípios de grande porte né, e os municípios de pequeno porte. E assim nós temos uma dificuldade porque nos municípios de pequeno porte nós não temos o sistema "S" né, pra gente tá fazendo uma parceria, então a gente tem essa dificuldade. Então esse é um ponto negativo né, que a gente tá vendo que esse ano esses cursos eles não estão chegando para os municípios de pequeno porte. (rep dem 3).

Para se falar de aspectos de inclusão produtiva, torna-se necessário contextualizar a reflexão de Souza (2013) que faz algumas indagações acerca do referido tema. Para a autora, conforme informações do MDS (2010), a SAIP tem definido inclusão produtiva como o “processo que conduz à formação de cidadãos, integrados ao mundo pelo trabalho”. Assim, a análise que é feita por Soares (2013) é a de que deveria ser concebido o termo como possibilidade de proporcionar autonomia para vida digna sustentável, e não somente como caminho para inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, oficialmente, o termo “inclusão produtiva é considerado como um dos três eixos do Brasil Sem Miséria, que tem como objetivo proporcionar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, tendo estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural, que considera o estímulo ao aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade”. (BRASIL, 2012).

Mesmo que o objetivo seja viabilizar aos extremamente pobres as oportunidades que o país oferece, na prática, parece haver certo consenso que a inclusão produtiva é referência para ações que estimulem a geração de ocupações e renda para indivíduos ou grupos, visando sua autonomia e emancipação. Ao extrapolar a esfera do MDS, o preocupante é que a inclusão produtiva passa a ser pensada como “porta de saída”, e a emancipação como independência dos programas e benefícios viabilizados pelo Estado. (Souza, 2013, p. 291-292)

Contudo, a autora enfatiza:

Ainda que não exista uma política pública que defina o escopo da inclusão produtiva, se os resultados estão no campo da subjetividade, das relações interpessoais — sem dúvida ganhos da maior importância — não deveriam ser classificadas no plano da inclusão produtiva. Não ignoramos a importância de ações que garantam trabalho e renda para esta parcela da população. Porém, o que estão chamando de inclusão produtiva vem se confundido com ações pontuais, fragmentadas e assistenciais. Acho fundamental que o Estado assuma essa agenda, que defina uma política de inclusão produtiva focada nos excluídos do mundo do trabalho, mas esta não pode ser tratada como porta de saída, tampouco confundida com políticas de capacitação profissional. Defendemos a urgente mudança na legislação para que os investimentos pesados financiados pelo Estado possam abrigar esses usuários, não de maneira periférica, mas como partícipes do processo de crescimento do país. Sem desconsiderar que o combate à pobreza, de forma qualitativa, está condicionado a mudanças na estrutura de produção e na regulamentação do Estado, mas, partindo do pressuposto que

informação é direito, e que boa parte dos serviços ofertados não é acessada por falta de conhecimento da população de sua existência, se a assistência social cumprir o papel de mobilização e encaminhamento, mudando a natureza de sua complexa relação com a inclusão produtiva, ou seja, de executora de ações, para articuladora, estará dando grande contribuição para aproximar os usuários das oportunidades econômicas e sociais existentes. (Souza, p. 296, 2013).

Trazendo essas considerações para o cerne da discussão sobre inclusão produtiva, tem-se o entendimento aqui de inclusão produtiva como a integração dos cidadãos ao mundo do trabalho, proporcionada pelo processo de formação/qualificação, que é capaz de provocar possibilidades de propiciar autonomia para uma vida digna. Embora considere a crítica e a reflexão de Soares (2013), a análise do impacto do trabalho e da geração de renda mediante a articulação do Pronatec no Vale do Urucuia tem-se demonstrado como um fator relevante de provocar um processo de encaminhamento para o cursista ser inserido no mundo do trabalho, via possibilidade de arrumar uma colocação de posto de trabalho, ora pela abertura de ingressar no IFNMG para o aumento do nível de escolaridade, via mudança de concepção, e por vislumbrar possibilidades de atuação atinentes ao empreendedorismo e até de elevação da autoestima. É esse o entendimento, fruto das entrevistas:

Oh a gente consegue perceber né, que eu posso te falar assim, essa questão, da vulnerabilidade financeira né, igual eu até citei, nós tinha uma família mesmo que sempre constantemente tava no Cras né, em busca de benefícios eventuais né, de uma cesta básica, e a partir do momento que ela foi qualificada e ela foi inserida no mercado de trabalho essas idas dela no Cras não aconteceu mais né. Por quê? Porque a gente começou a perceber que essa vulnerabilidade financeira ela foi superada porque ele conseguiu ser inserido no mercado de trabalho né. E a gente sabe hoje que essa vulnerabilidade financeira ela acaba gerando uma série de outras vulnerabilidades na família, então a gente percebe mais pra esse lado financeiro. (rep dem 3).

Houve. Houve alunos que a gente sabia que não tinha condições de ter um serviço né, tá na área de trabalho e hoje já tá trabalhando. (coordenador 1).

Sim! Sim, a gente percebe porque, é igual eu acho assim, só o fato da gente tá trabalhando com essas pessoas do programa Bolsa Família né, e tá conseguindo inserir eles no mercado de trabalho né, tá conseguindo uma certa superação dessa vulnerabilidade

financeira, eu acho que a gente percebe que o curso ele é importante pro município. (rep dem 3).

Assim, sim né, porque além da qualificação profissional né, da inserção no mercado de trabalho, a gente percebe também um certo empoderamento e emancipação financeira dessas famílias que participaram né, desse curso. Então a gente acredita que houve uma certa mudança e a comunidade também, o comércio local requer também desses profissionais qualificados e a questão do curso de frentista mesmo, quando esses empresários donos desses postos tiveram conhecimentos desses cursos né de frentista, eles mesmo né, nos procuraram que tinha interesse de tá recebendo essa mão de obra qualificada, então a gente percebe que teve essas mudanças na comunidade uma vez que esse comércio, absorveu essa mão de obra né, e conseguiu possibilitar essa emancipação, esse empoderamento financeiro na vida dessas famílias que participaram desses cursos do Pronatec. (rep dem 3).

Portanto, a análise possibilitou a compreensão da atuação no âmbito da educação profissional ofertada no contexto do Programa, por intermédio do Bolsa-Formação relativa aos cursos FIC, no sentido de ter proporcionado transformações sociais e tal formação, mesmo com a crítica de não ter aumento de escolaridade e fortalecimento de políticas públicas para uma formação omnilateral, politécnica e integral, tem contribuído para a ampliação da cidadania, mesmo que ainda com denotações de uma concepção tecnicista.

Assim, pode-se falar em um despertar para a cidadania por intermédio da atuação do Pronatec no Vale do Urucuia, que não descarta as fragilidades condizentes de um processo amplo como o Pronatec.

Diante do exposto, fica evidente a dimensão de compreensão dos efeitos positivos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, que leva em consideração aspectos de inclusão produtiva e social. Nesse sentido, pode-se afirmar que os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia, são de potencialidades para a construção de “portas de saídas”, que implicam no alargamento das possibilidades de inserção no mundo do trabalho, na geração de renda e, evidentemente, no aumento da qualidade de vida.

Assim sendo, a hipótese levantada inicialmente de que a qualificação concebida pelo Pronatec apresenta implicações na melhoria da qualidade de vida da população, possibilitando uma formação cidadã, pode ser comprovada uma vez que,

mesmo parcialmente, a inserção no programa e as percepções e bagagem conceitual adquiridas no curso foram relevantes no sentido de provocar empoderamento nos alunos e uma nova postura crítica para atentar rumos às possibilidades que podem ser deslumbradas. Percebe-se, assim, que o maior diferencial da qualificação foi a mudança de postura e o despertar para novos horizontes ou o acreditar em outros caminhos.

Nesse sentido, respondem-se às indagações provocadas pelo estudo em questão: a educação profissional ofertada no contexto do Programa, por intermédio do Bolsa-Formação relativa aos cursos técnicos concomitante e FIC, provocou\provoca transformações sociais? Tal formação tem contribuído para a ampliação da cidadania ou denota uma concepção tecnicista e reprodutivista? em corroboração com as ideias de desenvolvimento social, sustentadas pelo economista Amartya Sen (2000), que considera a noção de desenvolvimento relacionada a formas de liberdade, empoderamento, “poder de agência” e equidade. Em específico no caso do Vale do Urucuia, pode-se de dizer que o aumento das liberdades proporcionadas aos cursistas pela atuação da formação ofertada pelo Pronatec configura-se em uma potencialidade para o exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho e geração de renda, ou seja, resulta em maior autonomia dos alunos e egressos, “poder de agência” como diria Sen (2000); oportunidades para o exercício das liberdades como um aumento da qualidade de vida das pessoas.

Cumprе enfatizar que a base conceitual dessa forma de pensar a abordagem das capacitações fundamenta-se em três elementos: os funcionamentos, a capacidade e as liberdades. Para Sen (2000), a abordagem das capacitações é baseada naquilo que as pessoas são capazes de ser e fazer. Assim, a ideia de expansão das oportunidades para o exercício das liberdades e o aumento das oportunidades para o exercício das liberdades implica o aumento da qualidade de vida do indivíduo.

Nessa perspectiva, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia, cabe referendar os argumentos de Sen (2000) a respeito da interdependência entre liberdade e responsabilidade.

as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais, e ambientais. Uma criança a quem é negada a oportunidade do aprendizado escolar básico não só é destituída na juventude, mas desfavorecida por toda a vida [...] O trabalhador adscritício nascido na semiescavidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade *requer* liberdade. (SEN, 2000, p. 361)³.

As discussões que ora são consideradas remetem à questão relativa aos efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia e à concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar que passam necessariamente pela análise da condição de agente em situação de vida e trabalho. Portanto, nessa realidade empírica verificada neste estudo, a condição de agente ou empoderamento pode ser verificada nos seguintes elementos que implicam situação favorável à inclusão social no vale do Urucuia: acesso ao Pronatec, ingresso posterior ao Pronatec aos cursos técnicos e superiores do IFNMG, maior participação na vida da comunidade, inserção ao mundo do trabalho, autonomia, empreendedorismo, perspectiva de montar “um negócio”, acesso a informações, melhoria no conhecimento técnico para atuação na área, melhor interação e mediação nos municípios e conselhos, órgãos.

³ Na *Abordagem das Capacitações*, Sen (2000) propõe uma maneira diferenciada para se analisar bem-estar. Ele trabalha com uma perspectiva baseada na forma de vida que a pessoa efetivamente leva e sugere a necessidade de observação da avaliação que o próprio indivíduo faz de sua condição. Tal abordagem considera aspectos como heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas e outras. Convém ressaltar que Sen faz uma distinção entre agência, bem-estar pessoal e padrão de vida. Padrão de vida é o bem-estar relacionado à própria vida das pessoas. Bem-estar pessoal é tido, por exemplo, como uma satisfação obtida em ajudar outra pessoa, e a noção de agência pode se dizer que são ações em prol de um objetivo que congrega valores maiores. Segundo as afirmações de Kuhn (2008), a *Abordagem das Capacitações*, analisada pelo indiano Amartya Sen, evidencia que os processos de desenvolvimento representam formas de expansão e aumento da possibilidade de escolha dos indivíduos em se tratando da vida que esses valorizam e que gostariam de possuir. Assim, cada indivíduo deve ter a oportunidade de ser capacitado a tomar as decisões de acordo com aqueles valores socioculturais identificados no seu ambiente de convivência.

Dessa forma, as análises permitem inferir que a articulação entre o Pronatec e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia constitui-se como uma forma de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das pessoas e formação para a ampla cidadania, visando à oportunidade de escolhas e consciência crítica diante de um projeto coletivo rumo ao fortalecimento das ações representativas, empreendedoristas e democráticas na região noroeste de Minas, Vale do Urucuia.

CAPÍTULO 5 - PRODUTO TÉCNICO: ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Para a abordagem da proposta de intervenção da realidade, ou seja, o produto técnico proveniente do trabalho em questão, necessário se faz apresentar algumas observações identificadas ao longo desta pesquisa.

Assim, cabe ressaltar que, considerando um número significativo de municípios na região do Vale do Urucuia, com não mais que vinte anos de emancipação política administrativa, somando a isso, considera-se, também, a pouca formação técnica acadêmica dos seus munícipes, pôde-se observar nos encontros com gestores e demandantes que antecederam as entrevistas, uma certa fragilidade do corpo técnico das prefeituras em se tratando da operacionalidade de ferramentas que possibilitam dinamizar as relações políticas com os Ministérios e Secretarias. Tal situação é evidenciada nas áreas relativas às políticas de saúde, educação e assistência social.

Diante dessa situação, os gestores municipais, ainda que em dificuldades financeiras em seus municípios, têm buscado potencializar os seus servidores em processos de qualificação, capacitando-os para adequar às demandas de atendimento às necessidades de seus municípios, frente às Secretarias e Ministérios, não sendo diferente nas demandas e gestões referentes ao Pronatec, conforme se observa na entrevista a seguir:

Um município muito novo, e como tal diante das dificuldades da região, a gente tem feito o possível dos nossos servidores participarem de capacitações que possibilitam trabalhar nos cadastros, nos acessos aos programas. Essa falta de conhecimento técnico, no início foi um dificultador, mas aos poucos a gente vai vencendo essas barreiras ne? (rep. Dem. 3).

Percebe-se que, gradativamente, a relação entre os municípios demandantes e os ministérios e, ainda, com as secretarias, em se tratando da articulação para implementação do Pronatec, foi se consolidando. Vejamos:

A bolsa-formação segue um processo de escolha em que os demandantes -ministérios, secretarias - entram em contato direto com as prefeituras e levantam as demandas, em um segundo momento, o

MEC-Pronatec libera para os ofertantes o Mapa de Demanda Identificada-MDI. Os ofertantes, por sua vez, entram em contato com os municípios e apresentam ao ministério a intenção de oferta. O MEC, então, homologa os cursos para a oferta. Após esta fase, o MEC libera uma demanda potencial, que é aquela em que os ofertantes podem manifestar a intenção de oferta de um curso dentro das necessidades do público da sua área de abrangência. (dirigente 2).

Outro aspecto que merece especial atenção é que a intersectorialidade dessas políticas tem potencializado aspectos de inclusão significativas na região, como a seguir:

eu falo assim, o Pronatec, o que a gente acha mais importante é essa articulação inter setorial que ele tem com as demais políticas públicas né. É inclusive, a equipe da assessores tão aí, porque o assessores ele trabalha muito a articulado com o Pronatec né, porque num é só inserir o aluno pra ter uma qualificação profissional né, ele tem que ser acompanhado, a trajetória desse aluno, ele tem que ser acompanhado. Então precisa dessa articulação com educação né, porque pode ter casos que tem jovens né, ou pessoas lá que não concluíram o ensino médio, então a gente tem que ter essa preocupação de encaminhar essas pessoas pra que concluía a ensino médio né. A articulação com o Brasil Sorridente, com o Brasil Carinhoso, às vezes tem uma mãe que iniciou o curso e mais ai tá faltando, porque que essa mãe tá faltando? Às vezes porque tem uma criança, não tem com quem deixar né, então solicitar uma vaga na creche pra poder oportunizar, fazer com que essa mãe ela consiga concluir o curso, porque ela já é uma pessoa prioritária né, pessoa beneficiária do bolsa família, então a gente também tem que preocupar com esses aspectos, fazer com que esse público prioritário conclua, e que essa trajetória dele seja acompanhada né! Pode ter casos por exemplo, que às vezes as pessoas ela não tem a documentação básica, nós temos que providenciar essa documentação. Então essa articulação ela é importante e eu vejo como um ponto assim positivo do Pronatec, que não só preocupa em qualificar né, mais preocupa também em garantir né alguns direitos, algumas políticas públicas pra essas pessoas e preocupação também de inserir eles no mercado de trabalho né, não só qualificar mais também inserir eles no mercado de trabalho. (rep dem 3).

Pode-se dizer que tal fator marca um alinhamento significativo na efetivação das políticas públicas dos municípios da região, capaz de torná-las exitosas, desde o processo da captação das demandas até a efetividade da prestação das ações ofertadas e do dever social cumprido, quando tais ações cumprem as funções sociais para que foram instituídas.

Em se tratando do Programa do Bolsa-Formação, pôde-se constatar que tal execução segue um processo de escolha em que os demandantes, a saber, ministérios e secretarias, entram em contato direto com as prefeituras e levantam as demandas. Posto isso, em um segundo momento, o MEC-Pronatec, libera para os ofertantes o Mapa de Demanda Identificada – MDI. Os ofertantes, por sua vez, entram em contato com os municípios e apresentam ao ministério a intenção de oferta. O MEC, então, homologa os cursos para a oferta. Após essa fase, o MEC libera uma demanda potencial, que é aquela em que os ofertantes podem manifestar a intenção de oferta de um curso dentro das necessidades do público da sua área de abrangência. Já referente ao processo de divulgação para captação de candidatos, os ministérios ou secretarias entram em contato com os municípios e com os ofertantes, e ambos fazem a divulgação. No IFNMG, utiliza-se o portal institucional, a TV e a comunidade, com o apoio dos coordenadores adjuntos de cada campus. Já em relação às matrículas e às aulas, ressalta-se que o Pronatec Bolsa-Formação funciona com pré-matrícula e matrícula. A primeira é feita na unidade remota, na qual o aluno quer estudar; nesse caso, ele recebe uma autorização para matrícula. Já a segunda matrícula acontece no campus sede. O aluno apresenta a autorização de matrícula e assina o termo de compromisso e matrícula, segundo explicação da entrevistada que é gestora.

No tocante à visão dos demandantes quanto ao valor social da educação e da atuação do Pronatec, foi perceptível o amadurecimento dos gestores públicos da região quanto aos aspectos de empregabilidade e de inclusão social dos seus munícipes. Ao nosso olhar, tal perspectiva e postura são frutos de uma nova concepção instituída no país nos últimos anos, de maior participação popular na instituição e execução de políticas públicas, e, nesse entendimento, o Programa possibilita a implantação dos cursos em um determinado município levando em consideração os anseios da população local e os arranjos econômicos ali disponíveis. Extraíu-se do nosso trabalho essa preocupação recorrente dos demandantes quando da pactuação dos cursos em seus municípios. Abaixo, uma fala que ilustra essa análise:

E uma das tarefas né do programa é fazer o mapa de oportunidade do município, né! Então foi feito o mapeamento de oportunidade pra saber quais as oportunidades que o município tem, e os cursos eles

são escolhidos, são selecionados de acordo com esse mapa de oportunidade que nós temos no município. (rep dem 3).

O conjunto de ações e a atuação de forma definida e com princípios e metas bem postos constituem-se o resultado satisfatório da atuação do Pronatec. É justamente o que se comprova na justificativa de Montagner e Muller (2013), que consideram que os resultados positivos estão relacionados a uma intensa articulação intersetorial ocasionada tanto no âmbito federal entre ministérios envolvidos no Pronatec e também nas ações de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria, principalmente na interlocução no âmbito municipal.

Observa-se o envolvimento das prefeituras na implantação, com forte trabalho de divulgação, que oportuniza aos jovens da região a possibilidade de qualificar para o mundo do trabalho, levando em consideração ser a região do Vale do Urucuia integrante da última fronteira agrícola de Minas Gerais, com bolhas de crescimentos provocadas pelo agronegócio em um ou outro município e que veem na qualificação profissional, por meio da educação, a formação de um capital que possa mudar as estatísticas sociais e econômicas da região.

Neste capítulo, pretende-se indicar um produto final capaz de auxiliar no fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação profissional e tecnológica, no sentido de contribuir na implementação do Pronatec, favorecendo o acompanhamento dos egressos para o conhecimento da prática profissional destes bem como o real atendimento dos objetivos propostos pelo Programa. Assim, com esta proposta, deseja-se, também, sensibilizar os gestores do Programa a desenvolverem um olhar reflexivo e crítico, na perspectiva de avaliação da atuação do Pronatec, capaz de identificar fragilidades e potencialidades no processo educacional de implementação do referido Programa. A expectativa é de contribuir para o conhecimento da atuação dos egressos, de forma a poder identificar os resultados alcançados; a geração de informações que possam auxiliar nos processos de tomada de decisão, bem como a detecção de pontos críticos no Programa, para um melhor atendimento das demandas da sociedade trabalhadora, ou seja, será um mecanismo de retroalimentação para o aperfeiçoamento da gestão do Programa no Vale do Urucuia e, no âmbito do IFNMG, de modo a constituir uma ferramenta para a análise e melhoria dos processos organizacionais e para a

eficácia da articulação entre o Pronatec e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia.

Portanto, o Produto Técnico, proveniente da revisão teórica e do resultado da presente pesquisa, trata-se de uma proposta de intervenção da realidade, que se constitui de uma ferramenta para acompanhamento dos egressos do Pronatec-Bolsa-Formação e, ainda, a proposta de uma análise crítica dos resultados, com ênfase na publicização para os gestores do IFNMG, no Vale do Urucuia.

Assim, durante o processo, faz-se necessária uma avaliação do Projeto, que ocorrerá no âmbito do IFNMG, Campus Arinos, no Vale do Urucuia, com os gestores do Pronatec e do Campus. Dessa forma, tal avaliação dar-se-á em todas as fases, ou seja, no seu processo inicial a partir do início de 2016 até final de 2017. O intuito é acompanhar o egresso desses cursos do Pronatec em um período de 02 anos, em consonância com o Centro de Referência em Educação a Distância e Projetos Especiais – CEAD.

Assim, cumpre ressaltar que a Pró-Reitoria de Extensão do IFNMG iniciou uma força-tarefa com o objetivo de acompanhar a trajetória profissional de seus ex-alunos, convidando-os a participarem respondendo a um questionário eletrônico disponível no portal da Instituição, conforme APÊNDICE G. De acordo com o IFNMG (2015), ao promover esse reencontro com os egressos, busca-se obter informações imprescindíveis para o planejamento, transformação ou manutenção de suas políticas educacionais, uma vez que o acompanhamento dos ex-alunos será uma eficiente ferramenta de avaliação para o ensino. Dessa natureza, o IFNMG entende que o estreitamento muito contribuirá no fortalecimento da carreira dos profissionais que ajudou a formar. E, ainda, de acordo com o descrito no portal da Instituição, ao preencher o questionário, o ex-aluno deixará seu currículo no banco de dados do IFNMG, podendo participar do banco de estagiário, banco de emprego, balcão de palestra, seleções de professores para programas como o Pronatec, projetos de pesquisa e extensão (como colaborador), além de cursos voltados para o aperfeiçoamento profissional. Enfatiza-se a necessidade de implementar o questionário já existente, conforme APÊNDICE H para inserir informações que atendam à atuação no âmbito do Pronatec, em se tratando de cursos de qualificação – formação inicial e continuada.

Diante do exposto, ressalta-se que a proposta que ora se faz concernente ao Produto Técnico é de parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, o CEAD e o Campus Arinos, do IFNMG, no sentido de fortalecer e implementar o processo de acompanhamento de egresso para que se proceda uma análise crítica dos questionários que serão preenchidos por ele, e, em seguida, possam dar ciência à comunidade do IFNMG dos resultados, ou seja, apresentem os resultados no âmbito do Colégio de Dirigentes e em especial, à Coordenação do Pronatec do IFNMG e do Campus Arinos, com o intuito de verificar os resultados e impactos referentes à articulação entre o Pronatec e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.” Amartya Sen

Esta pesquisa estruturou-se a partir da constituição do tema: articulação entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – e o Bolsa Família: a execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia, que é uma temática relevante, considerando que o Brasil passa por momentos bem marcantes em relação à inserção e reinserção profissional de jovens e de trabalhadores. Ainda, a escolaridade e a qualificação profissional são fatores determinantes para o acesso do cidadão ao mundo do trabalho, e que cabe ao Estado a formulação e implementação de políticas públicas capazes de potencializar as oportunidades de educação, trabalho e geração de renda. Portanto, este estudo foi estruturado a partir da constituição do tema em problema definindo alguns olhares teóricos.

Ademais, os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec estão intrinsecamente interligados na relação educação e trabalho, uma vez que o desenvolvimento científico e tecnológico e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da produção necessariamente impõem à sociedade o encaminhamento para a qualificação profissional e, conseqüentemente, para a elevação do nível de escolaridade.

Nesse sentido é que se desenvolveu a análise no tipo de concepção de qualificação circunscrita ao Pronatec, problematizando um dos pressupostos do Programa de que a qualificação concebida pelo Pronatec apresenta implicações na melhoria da qualidade de vida da população, possibilitando uma formação cidadã.

Cumprе enfatizar que a expansão da educação profissional tem potencializado oportunidades de acesso à formação profissional, garantindo o acesso a um emprego que se constitui como fator significativo de diminuição das condições de vulnerabilidade socioeconômica dos mais carentes de renda e de serviços. De acordo com a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Pronatec foi criado para expandir e democratizar a oferta de cursos relacionados à Educação

Profissional. Assim, analisou-se a atuação do Pronatec no IFNMG no âmbito da oferta de cursos de formação inicial e continuada considerando o processo de formação na perspectiva da ampliação da cidadania, frente às transformações sociais.

Este estudo abordou algumas questões que foram norteadoras para a pesquisa, tais como: a educação profissional ofertada no contexto do Programa, por intermédio do Bolsa-Formação relativa aos cursos técnicos concomitante e FIC, provocou\provoca transformações sociais? Tal formação tem contribuído para a ampliação da cidadania ou denota uma concepção tecnicista e reprodutivista? Ressalta-se, também, que tal estudo buscou ampliar a produção teórica acerca da atuação da educação profissional, propiciando novas análises sobre a expansão da educação profissional e, em específico, a atuação do Pronatec.

O IFNMG, em sua abrangência, trata-se de uma estratégia de ação política e de transformação social para as regiões Norte, Nordeste, Jequitinhonha e parte da região Noroeste. Assim, surge o IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – com Campus na cidade de Arinos, na Região Noroeste, Vale do Urucuia, com a proposta de produzir, disseminar e ampliar o conhecimento para formação dos cidadãos, buscando a formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico daquela região, com desenvolvimento sustentável e perfeita integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo (PDI-IFNMG 2014).

Nesse contexto, elegeu-se o referido Campus Arinos do IFNMG, como *locus* deste estudo. Dessa forma, os objetivos que permearam a trajetória desta pesquisa foram: analisar se a articulação entre Pronatec e o Bolsa Família está proporcionando novas oportunidades aos beneficiários no Vale do Urucuia; caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico e ocupacional, os beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador; identificar o perfil dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador – Pronatec e beneficiários do Bolsa Família; analisar os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia; e, por fim, analisar a concepção dos alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar.

Assim, mediante a definição do problema de pesquisa com base na atuação do Pronatec/Bolsa-Formação no Vale do Urucuia, Campus Arinos e de desenvolver um estudo descritivo sociodemográfico do trabalho dos alunos e egressos do programa, julgou-se necessário o confronto do empírico e o teórico nas análises.

Nesse contexto, evidencia-se que a educação profissional e tecnológica tem ocupado um lugar de relevância na agenda de políticas públicas, fato que faz da educação uma estratégia para as ações de inclusão social e desenvolvimento da sociedade. Exemplo disso é a iniciativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Pode-se inferir pelos resultados que a condição de agente ou empoderamento está implícita nos seguintes elementos que implicam situação favorável à inclusão social no vale do Urucuia: acesso ao Programa, possibilidade de ingresso aos cursos técnicos e superiores do IFNMG, maior participação na vida da comunidade, inserção ao mundo do trabalho, autonomia, empreendedorismo, acesso a informações, melhoria no conhecimento profissional, melhor interação e mediação nos municípios, bem como nos conselhos e órgãos. Constata-se, ainda, que a articulação entre o Pronatec e o Bolsa Família constitui-se como uma forma de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das pessoas e formação para a ampla cidadania, visando à oportunidade de escolhas e consciência crítica diante de um projeto coletivo rumo ao fortalecimento das ações representativas, empreendedoristas e democráticas na região noroeste de Minas, Vale do Urucuia. Nessa perspectiva, indica-se um despertar para a cidadania por intermédio da atuação do Programa no Vale do Urucuia, que não descarta as fragilidades condizentes de um processo amplo como o Pronatec. Fica evidente a dimensão de compreensão dos efeitos positivos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, que leva em consideração aspectos de inclusão produtiva e social. Nesse sentido, pode-se afirmar que os efeitos da participação dos beneficiários do Bolsa Família no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social no Vale do Urucuia, são de potencialidades para a construção de “portas de saídas”, que

implicam o alargamento das possibilidades de inserção no mundo do trabalho, na geração de renda e, evidentemente, no aumento da qualidade de vida.

Assim, corrobora-se com as ideias de desenvolvimento social, sustentadas pelo economista Amartya Sen (2000), quando este considera a noção de desenvolvimento relacionada a formas de liberdade, empoderamento, “poder de agência” e equidade, que responde às indagações provocadas ao longo deste estudo. Nesse sentido, em se tratando do Vale do Urucuia, pode-se inferir que o aumento das liberdades potencialmente proporcionadas aos alunos e egressos pela atuação da formação ofertada pelo Pronatec configura-se em uma potencialidade para o exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho e geração de renda, ou seja, resulta em maior autonomia dos alunos e egressos, “poder de agência” como diria Sen (2000); oportunidades para o exercício das liberdades como um aumento da qualidade de vida das pessoas.

Nessa perspectiva, falar em inclusão social provocada pelas políticas públicas de governo e, em especial, pelo Pronatec, é tratar de formas de potencialidades, ou seja, quando possibilita a alunos e egressos se sentirem incluídos em um processo, sendo considerado um ganho significativo para o Programa e, considerando, ainda, a forma expressiva e significativa em que foi executado na região, como se infere nas diversas declarações extraídas das entrevistas.

No entanto, apesar da relevante atuação do Pronatec no Vale do Urucuia, evidencia-se a falta de promoção da integração do Programa à educação básica, que, por vezes, não possibilita a elevação da escolaridade dos seus beneficiários, mesmo considerando que a inserção, principalmente das mulheres no Programa, despertou novos olhares para outras dimensões tais como a procura pelos cursos regulares do IFNMG e o acreditar em suas possibilidades e potencialidades. Assim, constata-se que, apesar de ainda necessitar de muitas contribuições e melhorias, no tocante à atuação do Programa, o Pronatec responde a uma necessidade da região do Vale do Urucuia, pois se constitui como uma alternativa de formação profissional de qualidade e alcança uma população mais frágil que, historicamente, ficou marginalizada e que tem uma perspectiva de mudança de uma realidade de não ser inserida em espaços formais de trabalho, seja como empregados ou empreendedores.

Convém ressaltar, ainda, a importância do fortalecimento da construção coletiva e participativa em um Programa na dimensão do Pronatec, para que de fato tenha o compromisso de romper com as concepções tecnicista e reprodutivista e, assim, efetivar o desenvolvimento dos sujeitos para a compreensão do mundo e construção de seus projetos de vida, capaz de promover a emancipação humana por meio da transformação social e potencializar a democratização do acesso, a permanência do aluno ao cursos com qualidade e da saída com sucesso.

Assim, espera-se que o estudo aqui apresentado possa orientar futuras ações para o desenvolvimento de um Programa que prime pela qualidade e atendimento adequado e condizente com as necessidades da sociedade. Ressalta-se, então, que a presente pesquisa não apresenta um fim em si mesmo. Outros trabalhos precisam ser instituídos para o alargamento do olhar sobre uma melhor implementação do Pronatec, que aponta múltiplas possibilidades de pesquisa e constitui um substancial aporte para outros debates.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir com as discussões concernentes à educação, trazendo subsídios para a continuidade das pesquisas e reflexões sobre a qualificação profissional e conseqüente inserção ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M.M.T. *A organização dos institutos federais de educação ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

_____, Mônica Maria Teixeira Amorim; DORE, Rosemary; MOREIRA, Priscila Rezende; SILVA, Wander Augusto. Educação Profissional no Brasil e a Questão do Dualismo Escolar. In: *Anais do IV Seminário Científico Internacional Teoria Política do Socialismo*. Marília-SP: UNESP, 15-18/08/2011.

ANPED, Associação Nacional de Programa de Pós Graduação em Educação - Carta de Recife: Educação como Prioridade 1 no Brasil. Agosto de 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: base de dados. Disponível em: <www.undp.org.br>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BARDIN, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BOLETIM PAD – MG 2013 – Indicadores Básicos Documento metodológico, ano 3, n. 71 dezembro de 2014. Acesso em 11 nov. 2015.

BRASIL MEC/SETEC. *Educação profissional e tecnológica: legislação básica - Técnico de Nível Médio*. Brasília, 2008.

BRASIL. Campinas, São Paulo, UNICAMP, IE, 1998, p. 10.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 26, de 14 de Fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. . In: *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Constituição Federal do Brasil. Atualizado em 2015.

_____. *Decreto nº 2.208/97*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Decreto nº 2406, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1997*. Regulamenta a Lei Federal nº 8948/94 (trata de Centros de Educação Tecnológica). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2406_97.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. *Decreto nº 5.154/04*. Revoga o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2010.

_____. *Decreto nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Edição de 14/07/2006. Brasília, 2006.

_____. *Decreto nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Edição de 25/04/2007. Brasília, 2007.

_____. *Decreto nº 6.095/ DE 24 DE ABRIL DE 2007*. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União, Edição de 25/04/2007. Brasília, 2007. p. 223.

_____. *Decreto nº 6.301/2007*. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: <http://www.etcbrasil.mec.gov.br/gCon/recursos/upload/file/Decreto_etec%282%29.pdf>. Acesso em: 20 out.. 2014.

_____. Decreto nº 5209 de 17 de setembro de 2004.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. *Lei Nº 6545/78*. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Edição de 04/07/1978. Brasília, 1978.

_____. *Lei Nº 11.741, de 16 de Julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.* Diário Oficial da União, Edição de 17/07/2008. Brasília, 2008.

_____. *Lei Nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008.* Diário Oficial da União, Edição de 30/12/2008. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. *Anais da I Conferência de Educação Profissional e Tecnológica (CONFETEC).* Brasília: MEC/SETEC, 2007c.

_____. Ministério da Educação. *Brasil Profissionalizado.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 20 set.. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e diretrizes.* MEC/SETEC, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.* Brasília, 2007. Disponível em: <<http://pde.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – PNE.* Ministério da Educação. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf>. Acesso em: 18 set.2014.

_____. Ministério da Educação. *Projeto de Lei: PL 3775 de 16 de julho de 2008.* Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/projetolei_ifets.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Regimento da I Conferência de Educação Profissional e Tecnológica – I CONFETEC.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_regimento.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 21/12/1996. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Dez. 2008.

_____. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

_____. Lei Nº 11.741, de 16 de Julho de 2008. Diário Oficial da União, Edição de 17/07/2008. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Brasília, DF, 16 de novembro de 1993. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1993/lei-8731-16-novembro-1993-349599-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

_____. Lei Nº12.513 de 26 de outubro de 2011.

_____. Ministério da Educação. Anais da I Conferência de Educação Profissional e Tecnológica (CONFETEC). Brasília: MEC/SETEC, 2007c.

_____. Ministério da Educação. Anais da I Conferência de Educação Profissional e Tecnológica (CONFETEC). Brasília: MEC/SETEC, 2007

_____. Ministério da Educação. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e diretrizes. MEC/SETEC, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional e tecnológica: legislação básica – Técnico de Nível Médio / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. – 7. ed. – Brasília: MEC, SETEC, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portal Brasil sem Miséria no seu Estado. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL/MEC. Documento-Base do Seminário “Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas”. Brasília: MEC, 2003.

CADERNOS BDMG. Publicação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Departamento de Planejamento, Programas e Estudos Econômicos. Belo Horizonte. n. 13, p.1-112. dez 2006. Disponível em <http://www5.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/cadernos/Caderno_13_1_BDMG.pdf>. Acesso em 06 de Novembro 2014.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. *Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre*. Brasília: Plano, 2003, p. 78, 170.

CARVALHO, Leila Tibiriça e SILVEIRA, Olivia Maria Costa. Estratégias Metodológicas para pesquisa com egressos. In. *Estudo com Estudantes Egressos, concepções e possibilidades metodológicas*, DAZZANI, Maria Virginia Machado e LORDELO, José Albertino Carvalho (Organizadores) .– Salvador: EDUFBA , 2012

CASSIOLATO, Maria Martha M. C. Ronaldo Coutinho Garcia / Rio de Janeiro, janeiro de 2014.

CASTIONI, Remi. O Papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local. IN: CASTIONI, R. e SOUZA, E.C.L (ORGs). *Institutos Federais: os desafios da institucionalização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 45-55

CÊA, G. S. S. *A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: perspectivas, tendências e riscos. O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil*. Edunioeste, Cascavel, 2007.

ClAVATTA, M. *Formação integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná/ Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Profissional*. Curitiba: SEED – PR, 2008.

CORBARI, Leila – Educação Profissional no Brasil(2003-2012): uma análise das categoria trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA , e-TEC e Pronatec /Leila Corbari – Cascavel, PR : UNOESTE,2013 ,213 f.Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Centro de Educação – Comunicação e Artes.

DI GIOVANNI, Geraldo. "Sistema de Proteção Social: uma introdução conceitual". In: OLIVEIRA, Marco Aurélio de (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, São Paulo, UNICAMP, IE, 1998, p. 10.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSIDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Modelo de Gestão e perfil da oferta de educação profissional nas redes estaduais. Salvador: Dieese, 2012.

DORE SOARES, Rosemary. *Ensino Técnico no Brasil: 90 anos das Escolas Técnicas Federais*. Universidade e Sociedade (Brasília) .

DORE, Rosemary e LUSCHER, Ana. Education and Training of 15-20 years-old in Brazil. In: *Revista Formação & Insegnamento*. Ano VI, n.1/2, Veneza, 2008.

DRAIBE, Sônia; RIESCO, I. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 220-254. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina.

DUARTE, M.R.T.; ALMEIDA, J.M; SILVA, K.S. Desafios teóricos e metodológicos e avaliação de programas educacionais. In : DUARTE, M.R.T. (Org.) *Palavras de Jovens sobre o ProJovem*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

FALEIROS, V. de P. *A política social do Estado capitalista*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991, p. 8.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3. 1995.

_____. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Apresenta informações sobre a Fundação e suas atividades. Disponível em <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em 14 de Novembro de 2015.

GARCIA, S.R. de O. *A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: avanços e desafios*. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília-DF: Líber livro, 2005.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 1999. (1991).

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*. Cuaderno 12, 1932. Mexico: Ediciones Era, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. *Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008*.

KUENZER, A.Z. *Pedagogia da Fábrica*. As relações de produção a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____, A. Z. *Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos*. Brasília, INEP, Educação Superior em Debate, n.8. 2008.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2007.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA FILHO, D. L. *Educação Processos produtivos e Projetos de Sociedade: desafios para a construção de uma política pública para os que vivem do trabalho*. O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação da Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED – PR, 2008.

LÔRDELO, J.A.C; DANAZZI, M.V.M. A importância dos estudos com egressos na avaliação de programa. In: LÔRDELO, J.A.C.; DANAZZI, M.V.M.(Org.) *Estudos com*

estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas. Salvador: EDFBA, 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, Maria Aparecida Colares. *Racionalidade, cidadania e desenvolvimento rural: a formação do técnico em agropecuária no norte de Minas Gerais.* 268 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS – 2013.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.* 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTAGNER Paula e LUIZ HERBERTO MULLER. *Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/ Bolsa-Formação entre 2011 e 2014.* Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 24 (2015)- . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015- . 180p.; 28 cm.

NOVAES, T. D. Reflexões sobre o processo de implantação do Pronatec no Instituto Federal do Paraná. Disponível em: Acesso em: 04 nov. 2015.

OLIVEIRA, M. A.M. *Políticas Públicas para o Ensino Profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS.* Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica.* Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011.

PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional – IFNMG, 2014-2018.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. *Ser Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 18 e 19, jan./jun. 2011.

PTCPC - Plano Territorial de Cadeia de Produção Cooperativa: Leite. Território da Cidadania Noroeste de Minas: CEADES - Centro de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento Territorial / MDA - Ministério do Desenvolvimento , 2011.

Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009

ROUSSEFF, Dilma. Discurso na cerimônia de anúncio da expansão da rede federal de educação superior e profissional e tecnológica. Portal do Planalto. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/multimedia/galeria-de-audios>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SADER, Emir. *10 anos de governo pós- neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012..

SALDANHA, L. de L. W. O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional. In: *SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 9., 2012, Caxias do Sul. Caxias do Sul: ANPED SUL, 2012.

SAVIANI, Dermeval. PDE está em cada escola. Disponível em:<<http://www.revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/pde-esta-cada-escola-500794.shtml>>. Acesso em: 10 Nov 2014.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 , p. 13.

SPÓSITO, M. *O povo vai à escola*. São Paulo, Loyola, 1984.

SOARES, Andrei et al. Pronatec: consolidação do direito à educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, E.M; MORIGI, V. (org). *Ensino técnico, Formação Profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Tekne, 2012.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas; FAVORETTO, Aparecida. *Currículo integrado e o método dialético no ensino: entre limites e possibilidades*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 30, n. 2, 719-744, maio/ago. 2012.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2006.

WITTACZIK, L. S. *Educação profissional no Brasil: Histórico*. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º sem. 2008. Disponível em: <<http://www.revista.ctai.senai.br/index.php/educacao01/article/.../26/21>> . Acesso em: 14 nov. 2015.

XAVIER, M.E.S.P. *Capitalismo e Escola no Brasil: a Constituição do liberalismo em ideologia educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZIBAS, D.M.L. *Breves anotações sobre a história do ensino médio – Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal – raízes históricas e panorama atual* - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação; Psicologia da Educação PUC/SP (org.) - Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto. As Políticas Sociais e os Direitos: alguns apontamentos sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste. In: *Revista Política Hoje*, vol, 18, n. 2 , 2009 .

APÊNDICE A - ALUNOS DO BOLSA-FORMAÇÃO

1. DADOS GERAIS

Identificação_____ Idade_____

Estado Civil_____ Escolaridade_____

Atividade/Ocupação_____

Número de filhos_____ Idade dos filhos_____ Sexo_____

Número de filhos que residem na residência _____

Papel na família (mãe/ provedora)_____

Número de membros do estabelecimento familiar_____

DATA _____ LOCALIDADE_____ MUNICÍPIO_____

ENTREVISTADOR/ A_____ NÚMERO_____

2. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

- 2.1 Você trabalha? () Sim () Não
- 2.2 Se, sim, qual a atividade que desenvolve?
- 2.3 Principais atividades econômicas da família_____
- 2.4 Renda mensal_____
- 2.5 Para que se destina essa renda?
- 2.6 Bens que possui:
- 2.7 Para que se destina a renda do Bolsa Família

3. TRAJETÓRIA/MODOS DE VIDA E TRABALHO

- 3.1 Qual o curso você faz?
- 3.2 Onde você estudou antes de entrar no Pronatec?
- 3.3 Como obteve informações para ingressar no curso?
- 3.4 Qual a expectativa do curso para a sua vida?
- 3.5 Quais foram os procedimentos orientadores para a sua inserção como público beneficiário do Bolsa Família no IFNMG?
- 3.5 O que o curso provoca em sua vida?

3.6 Quais os efeitos da participação no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social ?

3.7 Qual a sua concepção como aluno do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar, ou seja, o que o curso representa na sua relação com a sua família e comunidade?

3.8 Comentários sobre a sua experiência/trajetória no Programa.

APÊNDICE B - ALUNOS EGRESSOS

1. DADOS GERAIS

Identificação_____ Idade_____

Estado Civil_____ Escolaridade_____

Atividade/Ocupação_____

Número de filhos____ Idade dos filhos_____ Sexo_____

Número de filhos que residem na residência _____

Papel na família (mãe/ provedora)_____

Número de membros do estabelecimento familiar_____

DATA _____LOCALIDADE_____MUNICÍPIO_____

ENTREVISTADOR/ A_____NÚMERO_____

2. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

2.1 Você trabalha? () Sim () Não

2.2 Se, sim, qual a atividade que desenvolve?

2.3 Principais atividades econômicas da família_____

2.4 Renda mensal_____

2.5 Para que se destina essa renda?

2.6 Bens que possui:

2.7 Para que se destina a renda do Bolsa Família

3. TRAJETÓRIA/MODOS DE VIDA E TRABALHO

3.1 Qual o curso vocês fez no Pronatec?

3.2 Como obteve informações para ingressar no curso?

3.3 Qual a expectativa do curso na sua vida?

3.4 O que o curso provoca/provocou em sua vida?

3.5 Quais os efeitos do curso do Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social?

3.6 Qual a sua concepção como egresso do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar, ou seja, o que o curso representa/representou na sua relação com a sua família e comunidade?

3.7 Comentários sobre a sua experiência/trajetória pós conclusão do curso.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MEMBROS DAS FAMÍLIAS (Pai, mãe, esposa, marido e filhos – responsáveis)

1. DADOS GERAIS

Identificação_____ Idade_____

Estado Civil_____ Escolaridade_____

Relação de Parentesco com o Aluno:

Atividade/Ocupação_____

Número de filhos____ Idade dos filhos_____ Sexo_____

Número de filhos que residem na residência _____

Papel na família (mãe/ provedora)_____

Número de membros do estabelecimento familiar_____

DATA _____ LOCALIDADE_____ MUNICÍPIO_____

ENTREVISTADOR/ A_____ NÚMERO_____

2. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

- 2.1 Você trabalha? () Sim () Não
- 2.2 Se, sim, qual a atividade que desenvolve?
- 2.3 Principais atividades econômicas da família_____
- 2.4 Renda mensal_____
- 2.5 Para que se destina essa renda?
- 2.6 Bens que possui:
- 2.7 Para que se destina a renda do Bolsa Família

3. TRAJETÓRIA/MODOS DE VIDA E TRABALHO

- 3.1 Algum outro membro da família fez os curso do Pronatec?
- 3.2 Como vocês obtiveram informações para ingressar no curso?
- 3.3 Qual a expectativa do curso na vida familiar?
- 3.4O que o curso provoca/provocou na vida familiar?
- 3.5 Quais os efeitos da participação no Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social na vida

da família?

3.6 Qual a sua concepção como membro da família de aluno do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar, ou seja, o que o curso representa/representou na relação do aluno com a sua família e comunidade?

3.8 Comentários sobre a sua experiência/trajetória no Programa, como parente de aluno.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA - REPRESENTANTES DOS DEMANDANTES (Secretários Municipais, Assistência Social e Educação), Presidente de Associação, Presidente de Sindicato, Representantes de Entidades diversas

1. DADOS GERAIS

Identificação _____ Idade _____
 Estado Civil _____ Escolaridade _____
 Atividade/Ocupação _____
 DATA _____ LOCALIDADE _____ MUNICÍPIO _____
 ENTREVISTADOR/ A _____ NÚMERO _____

2 . TRAJETÓRIA/MODOS DE VIDA E TRABALHO

- 2.1 Quais os cursos são ofertados em seu Município pelo Pronatec?
- 2.2 Como se dá a escolha dos cursos a serem ministrados no município?
- 2.3 Como é feita essa divulgação no município para captação de candidatos?
- 2.4 As matrículas e as aulas são realizadas no Município ou fora deles?
- 2.5 Como ocorrem as escolhas dos professores que trabalharam nos cursos e quais os critérios são adotados?
- 2.6 O que o município tem feito para propiciar oportunidade de empregabilidade aos concluintes dos cursos?
- 2.7 O que o curso provoca/provocou na vida das pessoas da sua comunidade?
- 2.8 Quais os efeitos da participação dos seus munícipes nos cursos Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social ?
- 2.9 Qual a sua concepção sobre os alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar, ou seja, o que o curso representa/representou na sua relação com a sua família e comunidade?
- 2.10 Comentários sobre a sua experiência/trajetória na execução do Programa no Município.

APÊNDICE E – DIRIGENTES IF/COORDENADORES PRONATEC BOLSA-FORMAÇÃO

1. DADOS GERAIS

Identificação _____ Idade _____
 Estado Civil _____ Escolaridade _____
 Atividade/Ocupação _____
 DATA _____ LOCALIDADE _____ MUNICÍPIO _____
 ENTREVISTADOR/ A _____ NÚMERO _____

2 . TRAJETÓRIA/MODOS DE VIDA E TRABALHO

- 2.1 Quais os cursos são ofertados na modalidade Bolsa-Formação?
- 2.2 Como se dá a escolha dos cursos a serem ministrados?
- 2.3 Como é feita essa divulgação para captação de candidatos?
- 2.4 As matrículas e as aulas são realizadas no IF ou nos Municípios?
- 2.5 Como ocorrem as escolhas dos professores que trabalharam nos cursos e quais os critérios são adotados?
- 2.6 O que o IF tem feito para propiciar oportunidade de empregabilidade aos concluintes dos cursos?
- 2.7 O que o curso provoca/provocou na vida dos alunos. Existe estudo de avaliação (diagnóstico) desses aspectos por parte do IF?
- 2.8 Quais os efeitos da participação dos alunos dos cursos do Pronatec, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho com inclusão social ?
- 2.9 Qual a sua concepção sobre os alunos do Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários do Bolsa Família, considerando os aspectos atitudinais relacionados ao núcleo familiar, ou seja, o que o curso representa/representou na sua relação com a sua família e comunidade?
- 2.10 Comentários sobre a sua experiência/trajetória na execução do Programa no IF.

APÊNDICE F – GRUPO DE DISCUSSÃO GUIA ORIENTADOR DA DINÂMICA

- 1) Prestar atenção em todas as imagens;
- 2) Em duplas, escolher duas imagens mais marcantes;
- 3) Falar os critérios-motivos que vocês utilizaram para a escolha das duas imagens;
- 4) Fazer análise através de desenhos ou de palavras da relação imagem/participação das mulheres na sociedade atual. Dar exemplos de situações de autonomia e poder de decisão das mulheres na região do Vale do Urucuia.
- 5) Apresentação para o grupo.

APÊNDICE G

Questionário Eletrônico - IFNMG - Egressos IFNMG
<http://questionario.ifnmg.edu.br/index.php/admin/...>

APÊNDICE H

Este documento objetiva sistematizar as informações obtidas a partir do preenchimento do formulário de cadastro que constitui uma das etapas do Projeto de Intervenção - Acompanhamento de Egressos do Pronatec/Bolsa-Formação do Vale do Urucuia. As informações se constituem em elemento básico para o cadastro dos egressos e para a criação de um banco de dados que permitirá à instituição enviar informações ou questionários de acompanhamento de egressos.

Tal ação é imprescindível para o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais da instituição e o Programa, que tem por finalidade: conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mercado de trabalho dos egressos, associada à formação profissional; verificar a adequação entre a formação oferecida no curso e as exigências do mercado de trabalho; identificar a continuidade dos estudos dos egressos após a conclusão dos cursos; examinar aspectos qualitativos da atuação no âmbito do Pronatec, examinar aspectos qualitativos do Programa e o desempenho dos estudantes, para utilizá-los na elaboração de políticas de gestão.

ANEXO A - FORMULÁRIO DE CADASTRO

A finalidade da aplicação do questionário é cadastrar os estudantes oriundos do Pronatec/Bolsa-Formação do Vale do Urucuia, possibilitando que lhes sejam enviados os formulários de acompanhamento de egressos via e-mail após a sua saída da instituição, por ocasião da conclusão do curso.

O formulário de cadastro foi organizado com o objetivo de coletar informações referentes à identificação pessoal do estudante, à escolaridade de seus pais, à sua origem escolar (se é egresso de escola pública ou privada), à sua experiência profissional concomitante à realização do curso, aos setores em que atuou, à remuneração mensal obtida no mercado de trabalho e aos motivos que porventura tenham impedido a sua atuação profissional de forma paralela à realização do curso.

Abaixo está reproduzido o modelo de formulário aplicado aos estudantes concluintes dos cursos ofertados pelo IFNMG, Campus Arinos no Pronatec/Bolsa-Formação. A partir das respostas obtidas, serão produzidos gráficos que representam cada um dos itens analisados, bem como uma análise crítica dos resultados.

FORMULÁRIO DE CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/____ Sexo: M () F ()

Filiação

Pai: _____ Escolaridade _____

Mãe: _____ Escolaridade _____

2. ENDEREÇO

Rua: _____ Nº: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone(s) para contato: () _____ () _____

E-mail: _____

3. FORMAÇÃO

3.1 Curso/Habilitação: _____

3.2 Ano de ingresso: _____

3.3 Campus: _____

3.4 Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?

- 1 () Somente em escola pública
- 2 () Somente em escola particular
- 3 () Maior parte em escola pública
- 4 () Maior parte em escola particular

3.5 Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio (2º Grau)?

- 1 () Somente em escola pública
- 2 () Somente em escola particular
- 3 () Maior parte em escola pública
- 4 () Maior parte em escola particular

4. DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS

(Para alunos que desenvolveram atividades profissionais concomitantes aos cursos)

4.1 Data de admissão: ___/___/_____

4.2 Atividade desenvolvida: _____

4.3 Área de atuação:

- () Na sua área de formação
- () Fora de sua área de formação

4.4 Local do exercício profissional:

- () Em órgão governamental
- () Como autônomo
- () Em cooperativas
- () Em propriedade rural
- () Em empresa – comércio de produtos
- () Em empresa – prestação de serviços
- () Em empresa – indústria

4.4 Média salarial (salário mínimo nacional atual: R\$ 678,00): () salários

4.5 Caso não tenha trabalhado, assinale os motivos:

- () Dedicção exclusiva às atividades acadêmicas
- () Falta de oportunidade de trabalho no meu domicílio
- () Falta de oportunidade de trabalho no mercado em geral
- () Ausência de formação exigida no mercado de trabalho
- () Falta de segurança para atuar na área
- () Exigência de experiência
- () Outra razão. Especifique: _____

5. EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS